

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 54

Ano XXIII - Nº 54 - agosto de 2014



**50 anos do golpe militar:
dores, sonhos e resistências –
uma história inacabada**

Um a mais é muito mais.

Nossa luta é conjunta e você faz parte dela.



Filie-se ao ANDES-SN.

www.andes.org.br | facebook.com/andessn

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 54

Ano XXIII - Nº 54 - agosto de 2014

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

50 anos do golpe militar: dores, sonhos e resistências – uma história inacabada

- 6 A universidade sob céu de chumbo:**
a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar
Roberto Leher e Simone Silva
- 18 A sobrevivência** do pau de arara
Clara Versiani dos Anjos

Olhar transversal

- 25** *Bira Dantas*

50 anos do golpe militar: dores, sonhos e resistências – uma história inacabada

- 26 O regime de chumbo** e o Massacre de Manguinhos
Raíza Tourinho Lima

Entrevista

- 38 Olhando a ditadura** pela escotilha da prisão
Julio Cezar Colvero

Educação e trabalho docente

- 44 Lugar da universidade** – construção do livre pensar?
Karen Nunes Montes D'Oca e Helena Beatriz Kochenborger Scarparo
- 58 Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí:**
sua promoção e seus males na pátria sertaneja
Daniel Arruda Nascimento e Francélia Waldélia Cruz Araújo

Debates

- 70** **Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais:**
o desafio é (re)encantar-se
Maria Clariça Ribeiro Guimarães

Palavra de poeta

- 82** **Canta** América
Tem gente com fome
Solano Trindade

Prosa

- 86** **Quais são os** inimigos do povo?
Theotônio Júnior

Memória em foco

- 96** **O Brasil** na era da ditadura

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN:
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos,
mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição, ver página 101.

Conselho Editorial

Antônio Candido, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antônio de Oliveira, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel (in memoriam), Paulo Marcos Borges Rizzo, Renato de Oliveira, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação Luiz Henrique Schuch

Coordenação GTCA

Cintia Xavier, João Francisco Ricardo Kastner Negrão, José Queiroz Carneiro, Luiz Henrique Schuch e Rondon Martin Souza de Castro

Editoria Executiva deste Número

Ana Maria Ramos Estevão, José Queiroz Carneiro e Rondon Martin Souza de Castro

Pareceristas Ad Hoc

Daniel de Oliveira Franco (UFPI), Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE)
e João Francisco Ricardo Kastner Negrão (UFPR)

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Gabi Caspary e Pádua Pires (a partir de 'Monsters and Madonnas', de William Mortensen)

Revisão Gramatical Gigi Silva

Tiragem 5.000 exemplares

Impressão Editora Teatral

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308 | Pinheiros | SÃO PAULO - SP | CEP 05410-010
Tel.: (11) 3061-3442 | Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)
Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2014 - Ano XXIII Nº 54

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.
I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
e-mail: secretaria@andes.org.br

Já se disse em uma das reuniões do ANDES-SN: ainda estamos juntos! Nesses 50 anos do Golpe Civil-Militar, muitas seriam as razões para que essa pequena frase fosse uma das mais difíceis de serem pronunciadas. O 31 de março, ou primeiro de abril, de 1964 nos traz tristes recordações, de uma violência desmedida, de um autoritarismo vivo e constante e um obscurantismo que cobriu a história recente do país com a mortalha da triste desesperança. Cada minuto sob a crueldade dura um século.

O ANDES-SN nasceu justamente no momento em que todos achavam que a dor não teria mais fim. Sob o AI-5, a categoria docente em meio a uma improvável greve, anúncio de que o autoritarismo estaria caindo de podre, fundou-se a Associação Nacional dos Docentes. Assim mesmo, como associação, com toda a sensibilidade feminina do gênero, que optou por tornar-se masculino no transcorrer e na intensificação da luta nas universidades. Os professores tomaram a sério ter que endurecer sem perder a ternura; em meio ao caos e à incerteza, deixaram a marca da luta pelas razões mais essenciais para a construção de um novo país: a educação, o ensino, a universidade, a referência pelo público, pelo socialmente referenciado.

Nos limites de uma sociedade marcada pela disciplina feita pelas marcas da tortura, dos desaparecimentos, do desrespeito à vida, o ANDES-SN inaugurou a era da contestação, de não se esconder e não transigir. Não havia mais o que se perder além da própria vida.

O Golpe Militar de 64 continua sendo, gradativamente, desvendado. A cada dia, os horrores de todo um período de 21 anos nos surpreendem. Como conseguimos sobreviver sendo vítimas de algo tão grande e tão forte como foi a crueldade que nos cercava? A resposta pode ser: nos recusamos a ser vítimas... não nos entregamos, não evitamos que

a palavra nos escapasse da boca. Foi a palavra, essa nossa arma que também é instrumento de trabalho, que nos salvou da omissão. Foi com a palavra que pudemos nos colocar como referência, ainda sob a ditadura, mas principalmente agora, podemos contar como donos da palavra que sempre proferimos, com a memória. Dissemos sempre: nunca mais! E é isso que marca mais esta edição da revista “Universidade e Sociedade”. É a memória, aquela mesma que quiseram calar e que, agora, nos ensina a enxergar nossas cicatrizes. E mostrá-las. A sociedade brasileira ainda sangra de suas feridas, mas as marcas nos colocam em um degrau acima dos daqueles que se entregaram.

Hoje, estamos mergulhados em um meio social que nos mescla com aqueles que nos reprimiram. A memória nos impede de cometermos o temível erro do esquecimento. Este somente é possível em um mundo onde as mesmas mazelas do passado encontram sua continuidade. Qualquer professor sabe: as palavras são instrumentos independentes do bem ou do mal. Cabe a nós fazermos com que as palavras sejam a herança para uma outra sociedade mais justa e igualitária. Lembrarmos daqueles que se empenharam na consolidação do golpe é lembrarmos do papel dos Estados Unidos, dos empresários, dos militares que se instalaram no poder. É lembrarmos o que significou a universidade como trincheira democrática, de luta contra os desmandos e os nomes dos heróis antes anônimos, aqueles que foram cassados, aprisionados, desaparecidos e, na melhor das hipóteses, aposentados. É a palavra hoje deslindando o que foi a caça às bruxas... consciências compradas com o vil metal ou corpos arrasados em sessões de pau de arara e choques elétricos.

Foram 21 anos de incertezas, muitos não sobreviveram para ver seu fim e muitos agora não sabem o que aconteceu. Nas palavras que marcam esta revista está essa memória, essa marca na pele que nunca sairá. No entanto, a boa notícia é que estamos juntos e resistimos. Sempre!

A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar

Roberto Leher

Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

E-mail: leher.roberto@gmail.com

Simone Silva

Técnico-Administrativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

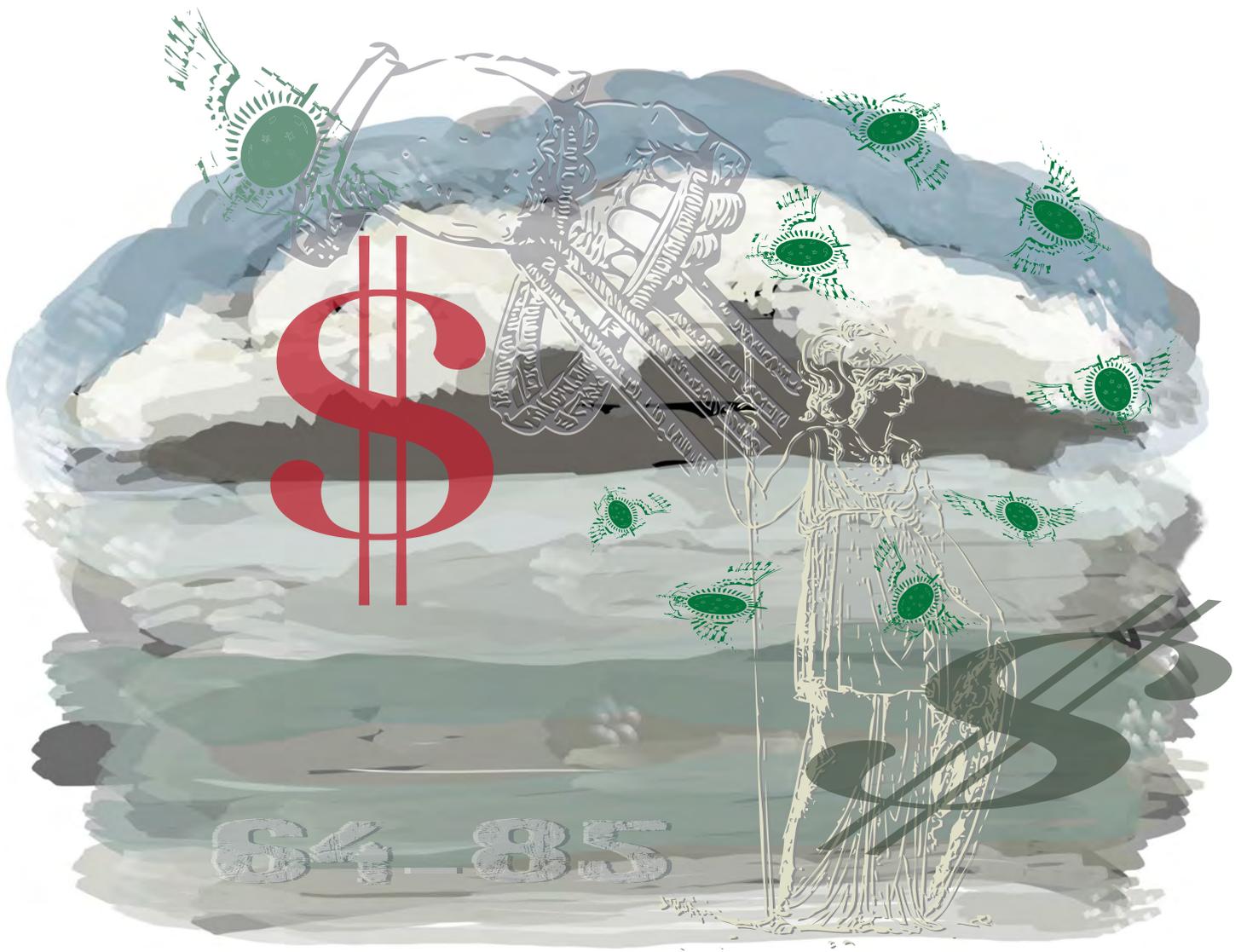
Resumo: O presente artigo, por meio do método histórico, propugna que a consolidação da pesquisa e da pós-graduação na segunda metade do século XX esteve associada às contradições provocadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista já subordinado ao capitalismo monopolista. A ditadura empresarial-militar, expressando a supremacia do imperialismo, engendrou uma contrarreforma sob a égide da heteronomia, erigindo um sofisticado aparato de fomento à ciência e à tecnologia que enredou de modo profundo o cotidiano da vida universitária com a racionalidade da universidade operacional, utilitarista, pragmática. O estudo realiza um histórico desse processo de heteronomia, discute as formas de repressão e de cooptação de quadros universitários para o projeto da ditadura e faz indicações sobre as lutas e resistências que possibilitaram a criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Palavras-chave: Universidade. Ditadura Empresarial-Militar. Políticas de Ciência e Tecnologia. Repressão. Heteronomia. Resistências.

Introdução

Está em curso uma intensa batalha teórica sobre o significado da ditadura empresarial-militar. O presente artigo concebe a ditadura no contexto da contrarrevolução colocada em marcha pela ação articulada de frações burguesas locais e dos militares com os núcleos imperialistas dominantes. Neste diapasão, o texto sustenta que a “reforma” universitária de 1968

esteve associada ao capitalismo monopolista sob a égide da heteronomia, erigindo um sofisticado aparato de fomento à ciência e à tecnologia que enredou de modo profundo o cotidiano da vida universitária com a racionalidade da universidade operacional, utilitarista, pragmática. O estudo realiza um histórico desse processo de heteronomia, discute as formas de repressão e de cooptação de quadros universitários para o projeto da ditadura e faz indicações sobre



as lutas e resistências que possibilitaram a criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

A expansão da pesquisa e a proliferação de programas de pós-graduação no Brasil são um processo singular na história das universidades. Entre as particularidades do caso brasileiro é importante destacar que as universidades são instituições tardias, pois criadas apenas no século XX; a constituição das entidades representativas dos cientistas, como a Academia Brasileira de Ciências (1916) e a SBPC (1948), igualmente são do último século. As primeiras instituições públicas de fomento à ciência e à tecnologia, como o Conselho Nacional de Pesquisas (CNP, atual CNPq), foram criadas em 1951, fundamentalmente, objetivando o domínio da energia nuclear como conhecimento geopolítico (1951-54) (em 1951, a área recebeu 65% do seu orçamento total, conforme Morel, apud Fernandes, 1990, p. 90-91). A CAPES foi instaurada no

mesmo ano para apoiar a formação de docentes para as universidades e institutos de pesquisa.

A principal exceção à lógica militarista na construção de uma universidade com pesquisa sistemática, desvinculada da razão militar, estava em curso na USP, criada em 1934, orientada pela lógica particularista dos setores dominantes paulistas, derrotados em 1932, que compreenderam o alcance de uma universidade com pesquisa para a concretização da hegemonia burguesa paulistana: daí o lema “A ciência vencerá!”.

O caráter tardio da universidade não é a única particularidade do caso brasileiro. A pós-graduação, antes limitada a raros programas, foi exponencialmente expandida na década subsequente ao golpe empresarial-militar de 1964, passando de 36 programas em 1965 para 669 em 1976, crescimento que seguiu vertiginoso até o final da ditadura, em 1985, quando foram contados 1116 cursos¹. E mais intri-

gante ainda, a expansão da pós-graduação não se deu em um contexto reformista burguês, nos moldes de uma revolução burguesa clássica, no bojo da construção de um projeto autopropelido de nação (casos da universidade napoleônica e humboldtiana); ao contrário, a revolução burguesa, em processo, objetivava maior estreitamento com as frações burguesas hegemônicas no capitalismo monopolista, isto é, com o núcleo imperialista do capitalismo mundial. Por isso, o caso brasileiro não deixa de ser pleno de elementos desconcertantes, contraditórios e aparentemente paradoxais: a consolidação da pesquisa e da pós-graduação se deu *pari-passu* à institucionalização da heteronomia universitária imposta por uma severa ditadura empresarial-militar. Assim, mais pesquisa e pós-graduação significaram menos autonomia universitária, abarcando as suas três dimensões axiais: didático-científica, de gestão financeira e de meios administrativos para assegurar a liberdade acadêmica.

Foi na ditadura que esse processo foi consolidado, conforme os grandes números da pós-graduação confirmam, mas seria um erro estabelecer uma periodização em que o pré-1964 fosse considerado

Assim, mais pesquisa e pós-graduação significaram menos autonomia universitária, abarcando as suas três dimensões axiais: didático-científica, de gestão financeira e de meios administrativos para assegurar a liberdade acadêmica.

como um período de plena liberdade acadêmica, apoio público e universal à pesquisa, um tempo de florescimento do pensamento crítico em todas as esferas da universidade, e o pós-ditadura como o marco zero da heteronomia.

Como assinalado, as primeiras iniciativas públicas de maior envergadura em prol da ciência e da tecnologia estavam orientadas por uma *ratio* militar (geopolítica) e pela ideologia do desenvolvimento. Cabe ressaltar que, para os cientistas participantes desse processo, o domínio da física nuclear era muito mais amplo, pois poderia abrir caminho para a ciência básica e para a formação de pessoal capacitado para

enfrentar os obstáculos à industrialização e ao desenvolvimento. Ilustrativo deste posicionamento, físicos ilustres como José Leite Lopes, Jaime Tiomno e Luís Marques assessoraram o Conselho Nacional de Economia, objetivando identificar e solucionar os gargalos tecnológicos para a industrialização do país, o que demandaria uma profunda reforma da universidade, com o fim de torná-la coetânea dos desafios da segunda etapa de substituição das importações, a produção de maquinaria pesada (Fernandes, 1990, p. 87).

Os obstáculos concretos a uma reforma universitária inscrita no rol de reformas estruturais ficaram patentes na derrota em 1961 do projeto liberal da LDB em favor do Substitutivo Lacerda, francamente privatista. Não havia entre as lideranças da burguesia uma efetiva disposição de empreender uma transformação radical da universidade, como ficaria evidente, após o golpe, no processo de desmonte da UnB, em 1964-1965 (Salmeron, 1999). A falta de apoio das frações burguesas dominantes locais a tais reformas confirmam a impertinência (para as frações burguesas vitoriosas no golpe) da substituição das importações e do projeto nacional-democrático, como supunham ser possível um arco de forças que reunia o PCB (conforme a Declaração de Março de 1958), a SBPC, o ISEB, a esquerda trabalhista, movimentos sindicais, estudantis e iniciativas populares como o CPC da UNE, as campanhas de alfabetização e conscientização em curso no Nordeste etc.

Mesmo no período em que se supunham possíveis as reformas de base, no caso da reforma universitária, a comunidade científica organizada na SBPC não contribuiu de modo destacado para constituir uma frente ampla em prol da reforma (Fernandes, 1990, p. 89), preferindo o apoio de empresários considerados progressistas, leia-se industriais, em detrimento das lutas conjuntas com o movimento estudantil (UNE) e popular (movimentos de alfabetização popular, sindicais, CPC etc.).

Os limites reformistas da comunidade científica devem-se, entre outros fatores, à forma de financiamento à ciência e à tecnologia. No pós-II Guerra, com o desenrolar da Guerra Fria, muito da pesquisa universitária dependeu do financiamento de fundações privadas estadunidenses, como a Fundação Ford, por exemplo. Certamente, existiram pesquisas,

auspiciadas por tais fundações e agências de governo, que contribuíram para a consolidação da pesquisa no Brasil, a exemplo dos avanços na genética (Rockefeller), na geologia (USAID) etc., o mesmo podendo ser dito de intercâmbios com universidades estadunidenses em vários campos do conhecimento. Contudo, o apoio dessas fundações pressupunha uma universidade que não fosse hostil ao imperialismo, inclusive sob a forma do nacional-desenvolvimentismo, gerando contradições e tensões, pois, como assinalado, importantes setores da *intelligentsia* universitária abraçaram tal projeto, a exemplo da UnB e, fora da universidade, da Petrobras. Não casualmente, parte relevante dessa *intelligentsia* foi cassada pela ditadura.

No período pré-1964, em que prevaleceu o financiamento das fundações estadunidenses e da USAID, a ética na produção do conhecimento dependeu, em grande parte, da ética dos pesquisadores envolvidos e, em alguns casos, dos representantes locais das referidas fundações, engendrando relações sociais contraditórias entre pesquisadores e doadores e, em certos casos, conflituosas; afinal, no contexto da Guerra Fria não poderia haver apoio desinteressado.

Toda a área de convênios relacionada com a transferência de conhecimentos foi acompanhada de perto pelo Departamento de Estado dos EUA, bem como por seus órgãos de informação e inteligência. Tais formas de colaboração, em que pesem benefícios localizados, não poderiam concorrer plenamente para forjar um sistema universitário dotado de autonomia efetiva. Para entender o problema da heteronomia, é preciso diferenciar: (i) a ação mediada pelas fundações estadunidenses e pela USAID em sua cruzada anticomunista (Scheman, 1988); e (ii) o internacionalismo universitário, presente, por exemplo, nas missões francesas durante a criação da USP ou no aperfeiçoamento de professores no exterior, seja em programas de pós-graduação, seja em grupos de pesquisa. Esta distinção não significa que tenha inexistido pesquisa eticamente orientada auspiciada na forma apontada em (i) ou, alternativamente, que toda pesquisa advinda de (ii) tenha sido crítica e livre das influências particularistas, em especial pelo contexto de Guerra Fria. As fundações e a USAID tinham objetivos muito claros ao auspiciar a pesquisa no Brasil, ação que envolveu considerável soma de

recursos no período anterior ao golpe de 1964.

O montante de recursos internacionais permite dimensionar o quanto a comunidade acadêmica era dependente de tais recursos e dos laços criados com as instituições estadunidenses. Em 1965, a Revista *Ciência e Cultura* publicou informações do *Defense Research Office* publicizando os investimentos das organizações americanas no Brasil no período 1961-1964. Foram disponibilizados 13.703.576 dólares, cerca de US\$ 110 milhões na moeda de hoje, montante que, na época, pode ser considerado relevante, pois sequer havia orçamento para pesquisa no Brasil.

Tabela 1: Financiamento estrangeiro a pesquisa (1961-1964)

Ford Foundation	\$ 3.955.000
Rockefeller Foundation	\$ 1.850.983
Kelling Foundation	\$ 592.157
U. S. Air	\$ 313.300
United Nations - Technical Assistance	\$ 6.502.200
U. S. Department of Agriculture	\$ 248.838
Nat. Institute of Health	\$ 132.478
Department of Defense	\$ 96.320
Atomic Energy Commission	\$ 12.300

FONTE: Informações obtidas na Revista *Ciência e Cultura* da SBPC, 1965, vol. 17, nº 1.

Desse modo, antes mesmo do golpe, parte da comunidade acadêmica já estava fortemente vinculada ao modelo estadunidense e, como assinalado, não possuía vínculos efetivos com os movimentos reformistas. Os formuladores das políticas educacionais e de ciência e tecnologia, comprometidos com a preparação e a efetivação do golpe, sabiam que a universidade poderia ser um celeiro onde aliados e colaboradores poderiam ser buscados. Os empresários, os militares e os tecnocratas (seus técnicos títeres, na expressão de Fernandes, 1984) sabiam que os docentes propensos a apoiar o golpe estavam dispersos e, por isso, centros de pensamento como o IPES-IBAD² se empenharam em estreitar os laços destes intelectuais com os círculos de tecnocratas envolvidos com a ditadura empresarial-militar. Certamente, muitos cientistas, embora reconhecessem a validade do modelo estadunidense, recusaram colaborar com o regime, buscando o exílio e mesmo resistindo quase que clandestinamente nos interstícios da universidade e das entidades científicas.

Repressão e heteronomia

As resistências existiram e foram relevantes. Os acadêmicos mais estreitamente vinculados ao projeto nacional-desenvolvimentista, expresso, por exemplo, na UnB, na SUDENE, no ISEB, na UNE e nos movimentos populares, foram prontamente identificados como potenciais inimigos do golpe. No primeiro ano da ditadura, 85 foram cassados, entre os quais se destacam Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Entidades como a SBPC, que, no momento do golpe, mantiveram relativo silêncio, em 1965 já expressavam preocupação com os afastamentos e com os Inquéritos Policiais Militares, especialmente na UnB, instituição em que mais de 80% dos seus docentes foram expulsos ou se viram forçados a sair (Salmeron, 1999). Repressão que atingiu de modo especialmente violento também os estudantes, pois mais de 250 foram expulsos em 1969. Objetivando impor o silêncio sobre o movimento estudantil, em 1964 foi instituída a Lei Suplicy de Lacerda, criando o Diretório Nacional dos Estudantes (sob estreito controle e vigilância das reitorias), proibindo greves e propagandas partidárias nas entidades estudantis e, em 1969, foi editado o Decreto 477 voltado mais diretamente para a repressão estudantil.

Com o AI-5/1968, mais 168 professores universitários e de institutos públicos de pesquisa foram cassados, inclusive os 10 cientistas da Fiocruz, no que ficou conhecido como o “Massacre de Manguinhos”. Paulatinamente, foram sendo erigidas finas teias de relações entre os aparatos de repressão do Estado, como o SNI, DOPS, CENIMAR, e a vida cotidiana das universidades.

Com o AI-5/1968, mais 168 professores universitários e de institutos públicos de pesquisa foram cassados, inclusive os 10 cientistas da Fiocruz, no que ficou conhecido como o “Massacre de Manguinhos”³. Paulatinamente, foram sendo erigidas finas teias de relações entre os aparatos de repressão do Estado, como o SNI, DOPS, CENIMAR, e a vida cotidiana das universidades. A partir de 1970 foram criadas 35 Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs ou ASIs) nas principais universidades do país.

Tais nexos aconteceram de modo institucional, mas também de forma sub-reptícia na institucionalidade, com a colaboração de reitorias, diretores e chefes de departamentos, a exemplo da demissão de um grande número de docentes que não possuía vínculos estáveis com as instituições e que puderam ser afastados por atos ditos administrativos. Estimativas conservadoras confirmam mais de 300 casos de afastamento de docentes universitários no país durante a ditadura⁴, muitos deles indicados em reunião de departamentos, como os da Medicina da USP (Fernandes, 1984) ou por decisão de chefes de departamento, como Eremildo Luis Vianna, no IFCS-UFRJ; este número não compreende os que, por terem suas vidas ameaçadas ou não vislumbrarem condições mínimas de liberdade, se viram forçados a abandonar a universidade (como os 225 docentes da UnB que saíram após a demissão de 15 colegas). Ademais, inexistiu levantamento completo sobre os docentes e os estudantes assassinados, a exemplo da professora Ana Rosa Kucinsky, do Instituto de Química da USP, e de seu companheiro, o físico Wilson Silva, e de Vladimir Herzog (Comunicação USP e FAAP), totalizando, entre estudantes, docentes e técnicos, 47 mortos na USP⁵ e, na UFRJ, ao menos 25 pessoas já comprovadas.

Seria um erro compreender que, na perspectiva dos interesses burgueses, o processo de repressão a professores e estudantes significou destruição; ao contrário, cabe aqui a expressão consagrada por Schumpeter de “destruição criadora”. Ao mesmo tempo em que a repressão foi recrudescida, o governo e seus apoiadores avançavam na contrarreforma da universidade, um objetivo perseguido de modo diligente desde os primeiros meses da ditadura. Como assinalado, a pós-graduação, como locus da pesquisa sistemática, era reduzida antes de 1964 e o governo necessitava de nichos capazes de formar pessoal com maior sofisticação para erigir a infraestrutura indispensável ao capitalismo monopolista, em áreas como energia, agricultura, engenharias, telecomunicações etc.

Um primeiro passo foi conduzir a pós-graduação ao modelo tido como recomendável, o estadunidense, e guiá-la pelo objetivo estratégico da formação de capital humano. Este foi o sentido de sua regulamentação através do Parecer nº 977/65 e o financiamento

oriundo das parcerias com as agências internacionais foram os caminhos traçados para consolidar o ensino superior e a pós-graduação no Brasil, o que gerou um crescimento quantitativo. Este parecer não fez nenhuma tergiversação sobre suas intenções. Título de um dos tópicos: “*Um exemplo a ser seguido - a norte-americana*”.

Sendo ainda incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema. O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação. Atendendo ao que nos foi sugerido pelo aviso ministerial, tomaremos como objeto de análise a pós-graduação norte-americana, cuja sistemática já aprovada por uma longa experiência tem servido de inspiração a outros países (PARECER Nº 977/1965).

A intervenção estadunidense neste período não era privilégio do Brasil; outros países da América Latina também conviviam com esse tipo de ingerência, seja a partir do financiamento e da organização de golpes militares, seja como no caso do Projeto *Camelot* (Horowitz, 1969), criado em 1964, com recursos do *Special Operations Research Office-Soro*, do Exército dos Estados Unidos, porém operado pela *American University of Washington*, com o objetivo de avaliar a possibilidade de guerras nacionais nos países da América Latina, a capacidade dos governos de prevê-las e a probabilidade de que estes governos pudessem constituir um sistema capaz de obter informações essenciais para o controle da situação.

Criadas as normas para a expansão da pós-graduação, o próximo passo da ditadura foi se apropriar dos anseios sociais, em especial, estudantis, da noção de reforma universitária, ressignificando o seu conteúdo e adotando medidas presentes na UnB que, recontextualizadas, poderiam garantir a legitimidade da “reforma”. A Comissão Meira Mattos (dezembro de 1967) e, a seguir, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (julho de 1968), como iniciativas que, embora não plenamente coincidentes, tinham como meta fazer o ajuste da universidade brasileira aos requisitos do capitalismo monopolista.

Além de permanentemente acompanhada pelos intelectuais estadunidenses, a Reforma Universitária

foi precedida pelos contratos com os EUA destinados ao planejamento da educação e execução orçamentária, através dos acordos MEC-USAID. Pode-se afirmar que a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, institucionalizou de modo combinado (pois expressa posicionamentos de formuladores brasileiros e estadunidenses) todas essas iniciativas contrarreformistas.

[...] ao analisar o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Ao compará-lo com o Relatório MEC-USAID para o ensino superior, notamos de imediato as grandes semelhanças: a concepção empresarialista da universidade e o paradigma explícito da universidade norte-americana a mostrar o caminho para a brasileira. Em reforço a esse (pré) conceito, o Relatório MEC-USAID, só publicado em 1969, dizia que a versão preliminar havia sido levada como subsídio ao Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (CUNHA, 1988, p. 24-25).

A consolidação e o crescimento quantitativo da universidade e da pós-graduação se dão sob a égide autocrática, desvinculado de um projeto autopropelido de desenvolvimento científico comprometido com os problemas atuais e futuros dos povos. O crescimento acelerado da pós-graduação, por isso, apro-

Criadas as normas para a expansão da pós-graduação, o próximo passo da ditadura foi se apropriar dos anseios sociais, em especial, estudantis, da noção de reforma universitária, ressignificando o seu conteúdo e adotando medidas presentes na UnB que, recontextualizadas, poderiam garantir a legitimidade da “reforma”.

fundou a heteronomia da universidade *vis-à-vis* ao Estado e ao capital. Ainda que, contraditoriamente, tenha propiciado condições de pesquisa teórica relevante, especialmente na ciência básica, contribuindo para a formação de pesquisadores, socializou muitos dos novos pesquisadores em conformidade com uma racionalidade tecnicista, não crítica, frente ao padrão de acumulação do capital expropriador e explorador da grande massa popular, difundido como “milagre econômico” realizado com um enorme custo socioambiental, em especial sobre os movimentos do campo e sobre os povos indígenas.

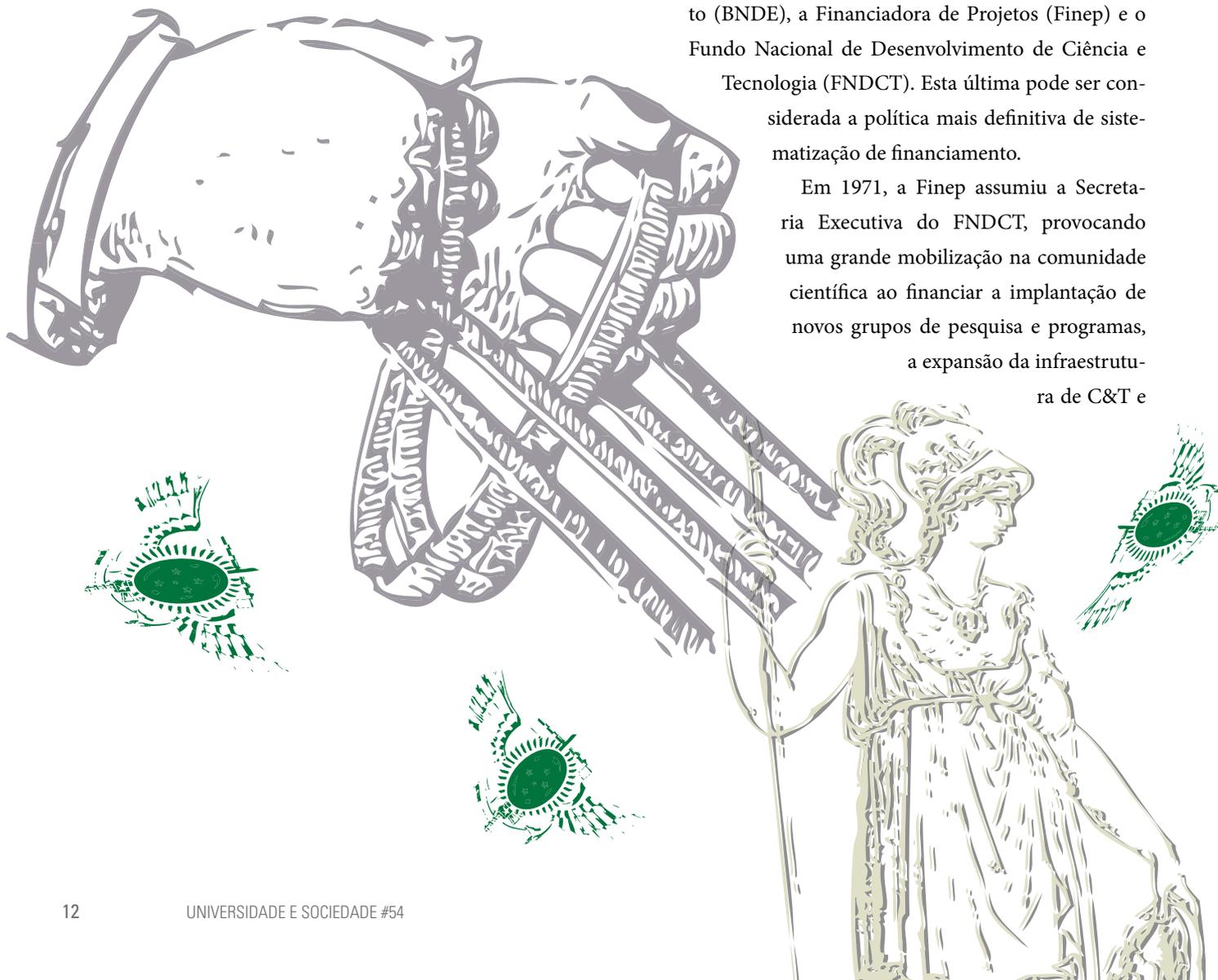
O esforço de ampliação da base de apoio ao padrão de acumulação empreendido pela ditadura empresarial-militar e de expansão da pesquisa, inserida no II Plano Nacional de Desenvolvimento como um objetivo estratégico, exigiria reequilibrar os termos repressão-persuasão, ampliando os meios persuasivos, reduzindo, a partir de 1975, os meios abertamente coercitivos, em prol de formas mais sutis de coerção, como a imposição de agendas, prioridades, metas, por meio de constrangimentos econômicos (Leher e Silva, 2011). Daí a prioridade do governo ditatorial no controle mais estreito e orgânico dos órgãos de fomento.

Os antigos conselhos precisavam se adaptar à nova situação do país. Logo após o golpe, o CNPq sofreu a tentativa, inicialmente, sem sucesso, de ser transformado em fundação. Já a Capes teve seu papel de Campanha transformado em Coordenação e, posteriormente, em órgão executivo das políticas do MEC. O plano quinquenal para a pós-graduação foi instituído a partir do Programa Estratégico de

Desenvolvimento - PED (1968-1970) e tinha como perspectiva principal constituir um instrumento de apoio à C&T que pudesse ter expansão nacional. Seu objetivo era formular programas de investigação de temáticas que possibilitassem o desenvolvimento do país nas áreas consideradas estratégicas: astronomia, matemática, física, química e tecnologia, além de biologia e ciências sociais e de uma preocupação particular com a região amazônica.

Com efeito, o realinhamento da C&T nas políticas do governo militar exigiria recursos financeiros e mecanismos de controle para garantir a eficácia pretendida. A reconfiguração da Capes e do CNPq de autarquia para fundação de direito privado foram decisivas para o estabelecimento de uma nova metodologia de financiamento da pesquisa, assim como a criação de outros órgãos já com características claras de agências de financiamento, como a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), o Programa de Expansão Tecnológica (Protec), órgão do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), a Financiadora de Projetos (Finep) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (FNDCT). Esta última pode ser considerada a política mais definitiva de sistematização de financiamento.

Em 1971, a Finep assumiu a Secretaria Executiva do FNDCT, provocando uma grande mobilização na comunidade científica ao financiar a implantação de novos grupos de pesquisa e programas, a expansão da infraestrutura de C&T e



a consolidação da pesquisa e da pós-graduação. Sua tarefa foi além da distribuição de recursos, incluindo a análise da viabilidade de projetos de investimento para o Ministério de Planejamento. As políticas de C&T sempre estiveram vinculadas à ideia de desenvolvimento, porém, no período da ditadura, este processo foi planejado. A cada plano de desenvolvimento do país, desde o PED, foram elaborados planos de desenvolvimento das políticas de C&T. Avançando na política de planificação da distribuição dos recursos, em 1972 foi criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) com a meta de incentivar a pesquisa no setor privado. Atuando em conjunto com o Ministério do Planejamento, objetivava realizar estudos relativos à formação de política nacional de desenvolvimento científico através da realização de pesquisas por sociedade de economia mista e empresas do setor privado, com a articulação com órgãos de pesquisa governamentais.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972 a 1974) priorizou a orientação de transferência de tecnologia para o país, projeto que foi incorporado ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnologia – I PBDCT (1973-1974). Submetido ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em articulação com o CNPq, dedicava-se ao desenvolvimento de novas tecnologias, basicamente Energia Nuclear e Pesquisa Espacial, novas indústrias na área de eletrônica, química, aeronáutica e no fortalecimento da capacidade de absorção e criação de tecnologia pela empresa pública e privada. Outro elemento importante no plano era o engajamento do setor produtivo. Foi necessário o fortalecimento financeiro e institucional para a consolidação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica com o intuito de integrar a indústria, a pesquisa e a universidade. Para tal empreendimento, a dimensão das dotações orçamentárias foi de um grau inédito no Brasil. Para avaliar a ordem de grandeza dos valores destinados aos programas brasileiros, pode-se mencionar que o programa global de apoio técnico da ONU ao mundo ‘subdesenvolvido’ foi de cerca de US\$ 320 milhões ou Cr\$ 1,9 bilhões anuais, enquanto que o I PBDCT contou com dispêndios federais no biênio de 1973-1974 na ordem de Cr\$ 4,3 bilhões, ou seja, Cr\$ 2.150 bilhões anuais (valores de 1973).

O plano seguinte foi brindado com uma importante reformulação no CNPq, em 1974, que passa a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e, no ano seguinte, sob justificativa de maior agilidade operacional e sem as resistências verificadas em 1964, é transformado em fundação de personalidade jurídica de direito privado e é vinculado diretamente à recém-criada Secretaria de Planejamento (Seplan/PR), ligada à Presidência da República, o que significava seu deslocamento para o centro das decisões econômicas do país.

Pode-se afirmar que a Seplan era a representação da consolidação do Estado tecnocrático. Era ela o centro do poder e da articulação entre os ministérios, empresas privadas e estatais e a responsável por coordenar e desenvolver, a partir de seus órgãos, acessórios como o Ipea – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, planos de execução orçamentária e projetos, acompanhando-os detalhadamente. Por este quadro e pelo entendimento de que os avanços tecnológicos do país tinham uma relação direta com o crescimento econômico e, principalmente, pelas suas características de centralização, estabeleceu-se uma vinculação entre o CNPq e a Seplan. Além desta mudança, o CD – Conselho Deliberativo do CNPq foi substituído pelo Conselho Científico e Tecnológico – CCT, órgão máximo de assessoramento do CNPq (SILVA, 2012, p. 103, 104).

Outro elemento importante no plano era o engajamento do setor produtivo. Foi necessário o fortalecimento financeiro e institucional para a consolidação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica com o intuito de integrar a indústria, a pesquisa e a universidade. Para tal empreendimento, a dimensão das dotações orçamentárias foi de um grau inédito no Brasil.

Em 1976, o CNPq adotou uma tabela de classificação de áreas, que aparentemente serviria apenas para avaliar os resultados das políticas de expansão. No entanto, ela serviu como base para o estabelecimento de um critério hierárquico e supostamente meritocrático, efetivado pelos comitês assessores organizados por áreas do conhecimento.

Retoma-se mais uma vez a questão apresentada por Bourdieu (1983). Os comitês assessores são formados por membros do campo científico que detêm o poder de analisar e propor uma hierarquia entre os campos do saber, entre os cientistas e entre temáticas a serem pesquisadas. E que desembocará na preocupação de Merton na composição do *Effect Matheus*, que aponta o estabelecimento de grupos de pesquisas de primeira classe que terão sempre uma boa avaliação, salvo problemas muito graves, e, portanto, sendo beneficiados com as mais altas quantias de financiamento (SILVA, 2012, p. 106).

O II PBDCT (1976-1979), diferente do I PBDCT, priorizava as políticas industrial e agrícola em detrimento da pesquisa científica. Porém, seguia a política de alinhar a universidade, empresas e setores públicos e privados nos trilhos definidos para a atividade de C&T. O III PBDCT (1980-1985) teve sua vigência no período de crise política e financeira e direcionou o grosso dos recursos para a EMBRAPA, que, no pe-

O setor produtivo privado, por sua vez, pouco contribuiu para a absorção do pessoal altamente qualificado e para a instalação de uma nova infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, confirmando que não é a indução a partir da universidade que poderia modificar o padrão tecnológico das empresas, o que, após 1985, determinará medidas ainda mais diretamente vinculadas ao setor produtivo.

ríodo 1981-1984, possuía um orçamento superior ao do CNPq e, neste, os recursos para ciência aplicada eram cada vez maiores do que os de ciência básica: em 1984, 40% maiores (Fernandes, 1990, p. 157).

Um balanço dos três PBDCT indica que, apesar de toda a pressão por parte do governo, grande parte da pesquisa seguiu localizada nos cursos de pós-graduação. O setor produtivo privado, por sua vez, pouco contribuiu para a absorção do pessoal altamente qualificado e para a instalação de uma nova infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, confirmando que não é a indução a partir da universidade que poderia modificar o padrão tecnológico das empresas, o que, após 1985, determinará medidas ainda mais diretamente vinculadas ao setor produtivo.

Diante da debilidade do III PBDCT, o governo ditatorial encaminhou o I Plano de Apoio ao Desenvolvimento Científico - PADCT (1982), criado para facilitar a obtenção de empréstimos internacionais, concebido como um instrumento de ação complementar às agências de financiamento e com metas pré-definidas a alcançar. A aprovação final do primeiro empréstimo e a renovação do contrato só ocorreram após o fechamento dos acordos da dívida externa brasileira. A presença do Banco Mundial, já existente há pelo menos três décadas, foi intensificada no financiamento e na determinação das políticas de C&T.

Em 1985, foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, constituindo um 'novo marco' para a história da C&T no Brasil baseado nos mesmos argumentos que sempre circundaram a C&T: o fortalecimento da educação e da pesquisa como elemento de desenvolvimento do país sem romper as barreiras da dependência tecnológica e científica.

As nações capitalistas desenvolvidas e, principalmente, as nações hegemônicas do mundo moderno podem financiar os progressos globais da ciência e da tecnologia avançada (...). As nações subdesenvolvidas precisam pôr em primeiro plano seus objetivos nacionais e, portanto, para elas o processo interessa na medida em que, através da modernização ou da racionalização do ensino e da expansão da pesquisa científica e tecnológica, elas conseguem melhores condições de participação do fluxo do padrão de civilização de que participam. Isto significa que, para elas, o que entra em jogo, na fase da negação e de superação do subdesenvolvimento, é o grau de autonomia cultural relativa que alcança (ou pode alcançar) por meio da educação escolarizada, da ciência e da tecnologia avançada (FERNANDES, 1975, p. 88-89).

De forma distinta da busca "de autonomia cultural", o aparato de fomento à C&T erigido no período ditatorial institucionalizou a heteronomia estrutural da universidade frente ao Estado, aos governos e aos interesses particularistas do capital. Difundiu um *ethos* acadêmico, referenciado no pragmatismo e no utilitarismo, que naturaliza a associação entre conhecimento e capital humano, inserindo as universidades nos circuitos de regulação da força

de trabalho. Mesmo a autonomia constitucionalmente assegurada posteriormente, em 1988, nasce como letra morta, tal a assimilação da crença de que a heteronomia é um dado a não ser problematizado.

O abandono do objetivo da autonomia cultural levou a ditadura a optar por uma massificação relativa da educação superior, um dos impulsionadores da contrarreforma de 1968, em virtude das lutas dos chamados excedentes, por meio da expansão da rede privada, preferencialmente, pela proliferação de cursos de curta duração. O GT sobre a Reforma Universitária e, em outros termos, o Relatório *Atcon*, convergiram na avaliação de que algumas universidades deveriam ser escolhidas como centros de excelência, dotadas de recursos adicionais para a pesquisa e a pós-graduação. Em nenhum momento a ditadura admitiu a ideia de que a pressão por mais vagas na educação superior poderia ser assimilada pela expansão das universidades públicas. A opção pelo setor privado foi inequívoca. Isenções tributárias foram concedidas para os que tivessem seus filhos matriculados nas organizações de ensino privadas, isenções que se estenderam às próprias empresas, ainda que abrigadas sob o manto da filantropia. Foi aberta uma linha de crédito subsidiado pelo Estado para que os consumidores provenientes de famílias sem recursos pudessem adquirir a mercadoria educacional, por meio do Crédito Educativo. Reunidas, tais medidas impulsionaram de modo extraordinário a expansão privada. Em 1975, as privadas já dividiam meio a meio as matrículas com as públicas e alcançando, no início dos anos 1980, mais de 60%. A exemplo do Programa Universidade para Todos (2004), a justificativa para tais medidas em favor da privatização foi a necessidade de ‘democratização’ urgente do acesso à educação superior, sem que com isso o setor público necessitasse ser ampliado, pois os poucos “centros de excelência” bastariam para dar conta das neces-

sidades de pessoal formado com maior sofisticação científica. Desse modo, a exponencial privatização da educação foi mais um dos acres frutos da ditadura empresarial-militar.

Resistências e lutas

As resistências das universidades, de seu movimento docente, estudantil e técnicos e administrativos foram de crucial importância nas lutas contra a ditadura, mas, como lembra Fernandes (1984), não podem ser vistas de modo desvinculado das lutas decisivas empreendidas pelos trabalhadores, desde as greves de Osasco em 1968 que inspiraram, inclusive, a organização da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) em 1981 e, antes, das Associações de Docentes. Florestan Fernandes (1984, p. 19) considerou o surgimento da ANDES como “um bom salto” na direção de uma maior articulação das lutas universitárias com as lutas por outro projeto de universidade afim aos anseios dos trabalhadores.

A expansão das universidades – ainda que muito modesta frente às necessidades da juventude e a despeito do deslocamento crescente da demanda reprimida por vagas para as organizações privadas – possibilitou considerável ampliação do corpo docente das Federais, das Estaduais e das privadas e o número de estudantes saltou de pouco mais de 140 mil em 1964 para mais de 1,4 milhão em 1985.

A partir das manifestações da crise econômica do capitalismo mundial na segunda metade dos anos 1970, os docentes que lutavam contra a ditadura passaram a se organizar nas Associações de Docentes com reivindicações concretas, como: concursos públicos; efetivação dos docentes que não puderam realizar concursos (em virtude da inexistência dos

84-85

mesmos e dos famigerados atestados de bons antecedentes ideológicos fornecidos pelo DOPS que impediam qualquer docente inconformista, crítico ao modelo em curso, de se inscrever nos concursos); e, finalmente, unificação da carreira dos docentes das universidades autárquicas e fundacionais. De uma entidade associativa, a ANDES incorporava o método de luta da classe trabalhadora, por meio de greves, manifestações e congressos orientados por análises de conjuntura crescentemente classistas, lutas que aconteceram ainda na vigência da ditadura, que possibilitou crescente consciência política em seus militantes, processo que levará a embates sobre a natureza sindical (centrada no trabalho) ou associativa (parte da sociedade civil liberal-democrática), que, após a Constituição de 1988, possibilitou a sua conversão em Sindicato Nacional (1991).

Em meio à reorganização das lutas dos professores, estudantes e da própria comunidade científica na SBPC, começaram a surgir os primeiros dossiês sobre a ditadura. A Associação dos Docentes da USP publicou “O livro negro da USP: o controle ideológi-

As fraturas entre os setores burgueses que apoiaram a ditadura foram alargadas pelas lutas, manifestações, greves e jornais dos sujeitos que até então estavam sob o controle repressivo e político da ditadura, eclodindo o ‘Novo Sindicalismo’ e a reorganização de movimentos camponeses, estudantis e urbanos.

co na universidade” (1978), os professores da UFMG publicaram o texto “UFMG: resistência e protesto” (1979) e a Associação de Docentes da UFRGS, o texto “Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS” (1979). A Associação de Docentes da UFRJ reintegrou os docentes cassados na Associação, em ato marcadamente político.

A luta dos docentes para lograrem representação própria foi possível, em grande parte, em virtude da massificação das reuniões da SBPC a partir da segunda metade da década de 1970, especialmente após a inclusão das ciências sociais e humanas. Nestas reuniões fervilharam os debates e, a partir de 1978, entrou na agenda a anistia aos cientistas e professores

cassados (readmissão automática e imediata dos professores cassados), luta que foi ampliada posteriormente na forma da consigna “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita!”, enfrentamento necessário tendo em vista as restrições à anistia pretendidas pelo governo Geisel, situação denunciada em 1978 pela ADUFRJ com apoio da Sociedade Brasileira de Física. Em 1978, a reunião anual da SBPC abrigou o encontro que possibilitou a criação da Associação Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior, formalmente criada em 1981 (Fernandes, 1990).

As fraturas entre os setores burgueses que apoiaram a ditadura foram alargadas pelas lutas, manifestações, greves e jornais dos sujeitos que até então estavam sob o controle repressivo e político da ditadura, eclodindo o ‘Novo Sindicalismo’ e a reorganização de movimentos camponeses, estudantis e urbanos. No início dos anos 1980, percebendo o ascenso das lutas sociais, os setores dominantes lograram estabelecer como narrativa a dita teoria do autoritarismo que encontrou eco em meios acadêmicos, nos meios de comunicação que até então estavam a serviço da ditadura, entre “brasilianistas” e no MDB e que alcançou hegemonia sobre quais as tarefas da dita transição. Esse movimento possibilitou uma transição pelo alto, situação que manteve inalterados os principais pilares da política educacional e de ciência e tecnologia. A heteronomia seguirá como a marca do capitalismo dependente no cotidiano das universidades.

Na universidade, o contraponto frente ao suposto consenso sobre a necessidade de superar o autoritarismo, via abertura democrática, mas sem alterações econômicas e políticas que fizessem o acerto de contas com o capitalismo dependente, passou a ser organizado principalmente na ANDES, na UNE e na FASUBRA. O aparente consenso da reforma do governo Sarney, por meio do GERES, confirmava a força da permanência dos fundamentos do modelo estadunidense recontextualizado pela ditadura. Desde então, uma tarefa histórica da luta dos trabalhadores resta em aberto: a reforma radical das universidades. **US**

notas

1. Capes - Situação atual da Pós-Graduação, Apêndice B Séries Históricas. Disponível em:

<<http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o-2011-2020-Volume-I.pdf>>.

2. IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática criados em 1961, objeto do clássico estudo de Dreyfuss: *1964, a conquista do Estado*.

3. O número de professores cassados, levantados por Morel (apud Fernandes, 1990, p. 135), é parcial. Muitos outros foram forçados ao exílio, outros foram demitidos, pois tinham contratos precários, como muitos na UnB, na UFRJ etc. As comissões da verdade, recentemente instituídas nas universidades, poderão atualizar essas informações cruciais.

4. Algumas instituições e unidades foram severamente atingidas após o AI-5. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP perdeu catedráticos como Florestan Fernandes e seus assistentes, tais como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (repressão que alcançou outros pesquisadores com trabalhos vinculados a Florestan, como Miriam Limoeiro Cardoso, IFCS-UFRJ), e, também, na área de filosofia, Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti. Antes, em 1964-65, sete professores da Faculdade de Medicina da USP foram afastados, como Erney Plessmann de Camargo, Thomas Maack, Michel Rabinovitch, Isaias Raw, Luiz Rey e Pedro Henrique Saldanha.

5. Marcos Pivetta, O impacto na academia Pesquisa FAPESP, Edição 218 - abril de 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/o-impacto-na-academia>>. Acesso em: 6 maio 2014.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BRASIL. **Parecer nº 977/65**. Brasília: MEC/CEE, 1965.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**. O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. São Paulo: UNESP, 1988.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, A. M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Ed. UnB, ANPOCS, CNPq, 1990.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo. Ed. Alfa - Omega, 1975.

FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOROWITZ, I. L. **Ascensão e queda do projeto Camelot**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LEHER, R. e SILVA, S. Financiamento e heteronomia na pesquisa acadêmica (1950-1990), **Revista Praia Vermelha**, V. 21, N. 1, Julho-Dezembro, 2011.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília: Ed. UnB, 1999.

SCHEMAN, L.R. (Ed.) **The alliance for progress**. New York: Praeger, 1988.

SILVA, S. **Pesquisa Científica, editais de financiamento e a heteronomia acadêmica**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGÉ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

referências

A sobrevivência do pau de arara

Clara Versiani dos Anjos

Professora da Universidade Santa Cecília e Universidade Metropolitana de Santos - SP

E-mail: claraversiani@me.com

Resumo: O artigo apresenta reflexão a respeito da “sobrevivência” da tortura no Brasil após os 50 anos do golpe que deu início à ditadura militar, esta encerrada há 30 anos. Evidencia o “viés autoritário” como parte do caráter nacional manifestando-se na omissão ou apoio de parte expressiva da sociedade à violência policial e constituindo-se em obstáculo para o desenvolvimento de uma “cultura cívica” que enfatize os direitos e liberdades individuais.

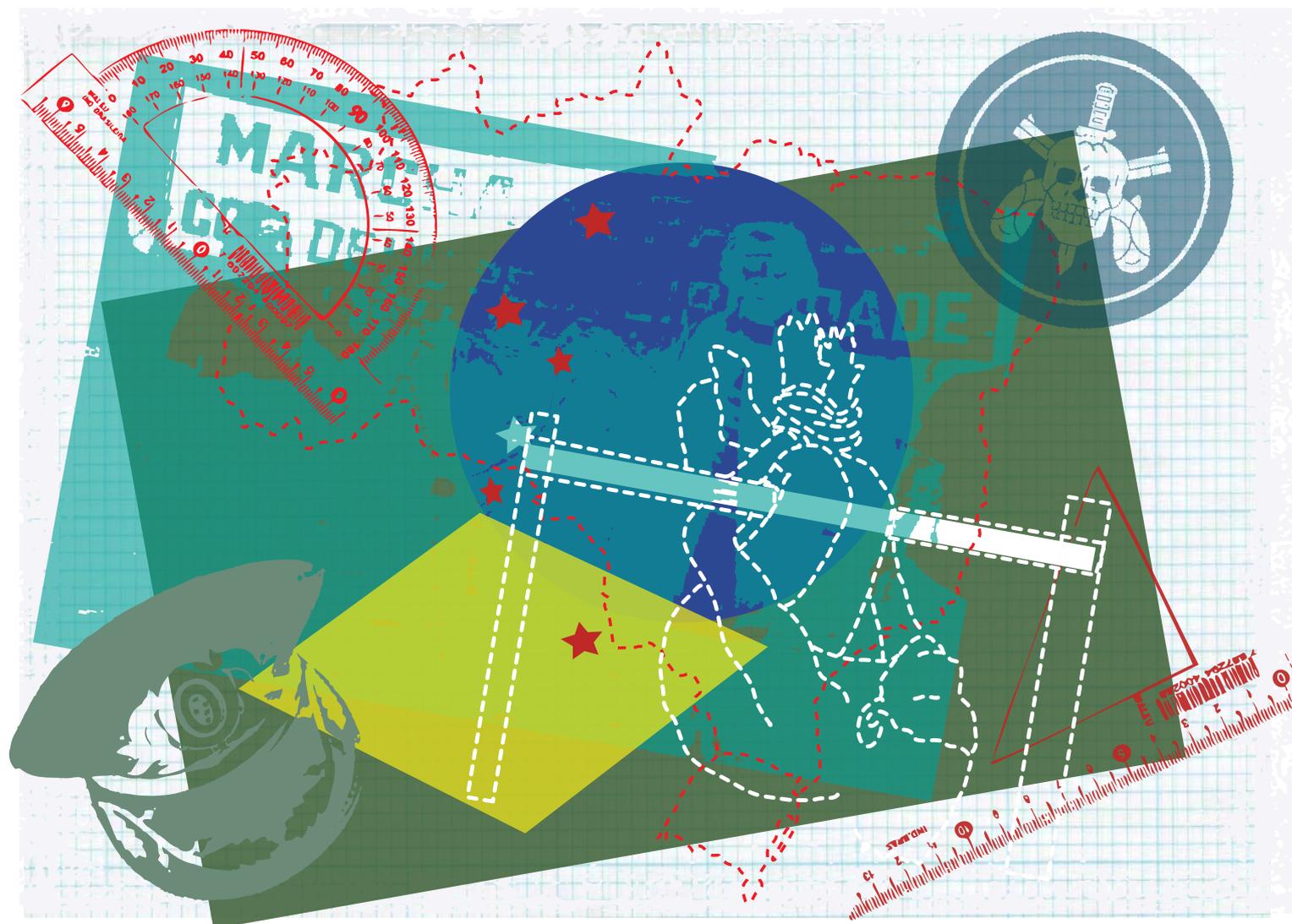
Palavras-chave: Pau de Arara. Autoritário. Tortura. Brasil.

Em livro de 1993, “Trajetória política do Brasil”, o historiador Francisco Iglésias, justificando o recorte de tempo de sua obra (1500 -1964), argumentou que, a despeito da história de tempo presente ou recente ser válida, o processo que começou com o golpe de 1964 representara uma “inflexão tal, que para quem o houvesse vivido não havia chance de tratá-lo de outro modo que o excessivamente subjetivo e pessoal” (IGLESIAS, 1993). Cinquenta anos depois, talvez seja possível conduzir análises menos carregadas de subjetividade e que estabeleçam melhor o significado do golpe e da ditadura que a ele se seguiu, avaliando, por exemplo, aspectos da nossa história que ajudaram a formar o “viés autoritário” que não só deu a base de legitimidade necessária ao movimento e regime militares, como legítima porque tolera, até hoje, o “pau de arara”.

Ao longo desses cinquenta anos, não foram poucos os intelectuais de diversas linhas de formação que pesquisaram, refletiram e discutiram sobre 31 de março de 1964 e o regime que a ele se seguiu, fazendo avançar a pesquisa e o conhecimento sobre a nossa história.

Não foram poucas as obras que enfatizaram o evidente protagonismo dos militares e também a influência das multinacionais, do governo norte-americano, bem como do alto empresariado nacional na articulação do golpe, assim como de parcela importante das classes médias urbanas com sua participação emblemática nas “Marchas da Família”, mas não só nelas.

Atualmente a ênfase recai não apenas sobre a participação e articulação de tais setores para a derrubada de João Goulart e de seu governo. O que alguns



pretendem discutir é o quanto a sociedade “supportou” o regime no sentido de formar a sua base de legitimidade.

O cineasta Renato Tapajós, diretor e escritor do filme “Corte Seco”, lançado este ano, citando o jornalista Alípio Freire, ex-militante de organizações de esquerda durante o período da ditadura, considera que, assim como eles, “o pau de arara também sobreviveu” (FERRAZ, 2014).

Este artigo pretende refletir sobre tal “sobrevivência”, a da tortura, do ponto de vista do quanto cinquenta anos depois do golpe, trinta anos do fim da ditadura, ela continua sendo legitimada por parte expressiva da sociedade brasileira que, se não se manifesta publicamente a favor dela, tampouco a condena, dada a tolerância com relação aos métodos empregados pelas forças de segurança do Estado na repressão “aos de baixo” .

Pesquisa Datafolha, publicada em 30 de março deste ano, registrou o apoio de 62% dos entrevistados à democracia, mas revelou também que: 56% acreditam que é melhor que o governo vigie a sociedade; 31% consideram que direitos humanos não devem valer para criminosos; 21% acham que a tortura deve ser praticada se for a única forma de conseguir provas; 68% consideram que a corrupção hoje é pior do que no tempo dos militares; e para a segurança, 51% julgam que hoje é pior (DATAFOLHA, 2014).

Outros dados, estes do relatório da Anistia Internacional publicado em maio de 2013, mostram que, no Brasil, denúncias de torturas no sistema carcerário continuam sendo feitas; e assassinatos cometidos por policiais são registrados como “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”. Entre janeiro e setembro de 2012, somente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, 804 pessoas foram mortas em

circunstâncias dos chamados “autos de resistência”. Mais dados da mesma organização, e para o mesmo ano, revelam a ação de grupos de extermínio com a participação de policiais civis e militares nos estados do Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo. No Maranhão, de 2007 a 2012, 94 foram os mortos sob detenção no estado (AMNESTY INTERNATIONAL, 2012).

Dados de 2010 do relatório da pesquisa “Atitudes, normas culturais e valores em relação aos direitos humanos e violência”, do Núcleo de Estudos sobre Violência-NEV, da Universidade de São Paulo - USP, que abrangeu 11 capitais, mostram que: 31,7% das pessoas entrevistadas concordam totalmente com a frase “O Judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados”, sendo que outros 33,2% concordam parcialmente. A pesquisa ainda revela que 39% dos entrevistados concordam com a afirmação “Direitos Humanos são direitos de bandidos”.

A respeito da tortura, na mencionada pesquisa, 1/3 dos entrevistados acha que é legítimo que a polícia faça uso de algum tipo de ação assim tipificada para obter informações de suspeitos de crimes como roubo ou tráfico de drogas (CARDIA, 2012). No regime democrático, apoiado pela maioria, o “pau de arara sobrevive”.

A respeito da tortura, na mencionada pesquisa, 1/3 dos entrevistados acha que é legítimo que a polícia faça uso de algum tipo de ação assim tipificada para obter informações de suspeitos de crimes como roubo ou tráfico de drogas (CARDIA, 2012). No regime democrático, apoiado pela maioria, o “pau de arara sobrevive”.

A atuação da pesquisadora como docente em instituições particulares de ensino superior, à frente de disciplinas relacionadas à História e à Ciência Política, fez com que se dedicasse à reflexão sobre o conceito de cidadania no Brasil. A perspectiva adotada é a proposta por José Murilo de Carvalho, que, ao avaliar tal processo, constata a sua “inversão” entre nós se tomados como referências o processo clássico proposto por Marshall (apud CARVALHO, 2001) e também o apresentado por Bobbio (1992).

O objetivo de tal reflexão tem sido discutir com os alunos dos cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e de Licenciatura em História o quanto tal inversão, além de outros fatores, atrasa o avanço da real fruição dos direitos instituídos pela Constituição de 1988 entre nós. O quanto a falta de garantias, tanto para exercício das liberdades individuais quanto dos direitos sociais, faz com que vivamos, até hoje, numa sociedade de cidadãos de primeira, segunda e terceira classes.

Ainda, o quanto este atraso é responsável por outros, como ressalta Amartya Sen (2010), na medida em que há uma estreita ligação entre a garantia de tais direitos e o desenvolvimento.

A reflexão proposta neste artigo é de natureza histórica, partindo da premissa de que “nosso viés autoritário” que permitiu e permite a tolerância da sociedade com ações de agentes do Estado tipificadas como tortura constituiu-se historicamente como parte do “caráter” nacional.

É também uma reflexão que busca evidenciar a “banalidade do mal”. O quanto a nossa tolerância cotidiana com as diferentes formas de opressão dos “outros”, a ignorância da história ou ainda a resistência em encararmos a nossa participação, pela atividade ou omissão, permitiu/permite a “sobrevivência do pau de arara”.

A formação do Estado brasileiro é marcada pela permanência do traço patrimonial, herdado da administração portuguesa. A estrutura patrimonial de poder também havia na América espanhola, o que explica, sob muitos aspectos, as semelhanças que podemos encontrar entre as sociedades latino-americanas no que se refere às limitações da fruição do conjunto de direitos e de participação política; na dificuldade em adotar na vida cotidiana como princípio, fundamental para o exercício pleno da cidadania e das liberdades na modernidade, o reconhecimento de nós mesmos e dos outros como “iguais”.

O Estado que surgiu com a Independência apresentava, em comparação com o restante da América ibérica, ainda menos mudanças com relação à estrutura pré-existente. O processo conduzido de forma “negociada” com os membros da elite mercantil portuguesa residente no Brasil, inegavelmente conduzido pelo príncipe regente português, garantiu uma

“libertação moderada”, de “meio-termo”.

Neste Estado que se formou, o liberalismo, ideologia fatora do princípio da igualdade e das liberdades individuais, tampouco teve muito lugar. Como coloca Morse,

[...] Na Ibero-América o liberalismo e a democracia não interagiram diretamente, sendo assimilados de forma independente, e em verdade intermitente, a uma cultura política que ambos podiam afetar, mas nenhum podia suplantar. Se na Anglo-América a coexistência de ambos levou adiante a antiga dialética liberdade-ordem, na Ibero-América eles foram integrados à dialética mais antiga entre cálculo do poder e bem comum, entre política com arte ou ciência e o Estado como incorporativo e tutelar. [...] Nesse processo, o liberalismo europeu na Ibero-América tornou-se, sob diferentes amálgamas, propriedade tanto de partidos ou regimes “liberais” quanto conservadores, e perdeu muitas das conotações “liberais” adquiridas desde a época de Locke (MORSE, 1988, p. 88-89).

Muito embora o liberalismo no Brasil, e na América Latina como um todo, tenha sido capaz de desenvolver uma “racionalidade modernizante”, o que conduziu à vinculação das economias locais às do Ocidente, ou mesmo ao surgimento de um certo talento empresarial, a ideologia liberal que floresceu

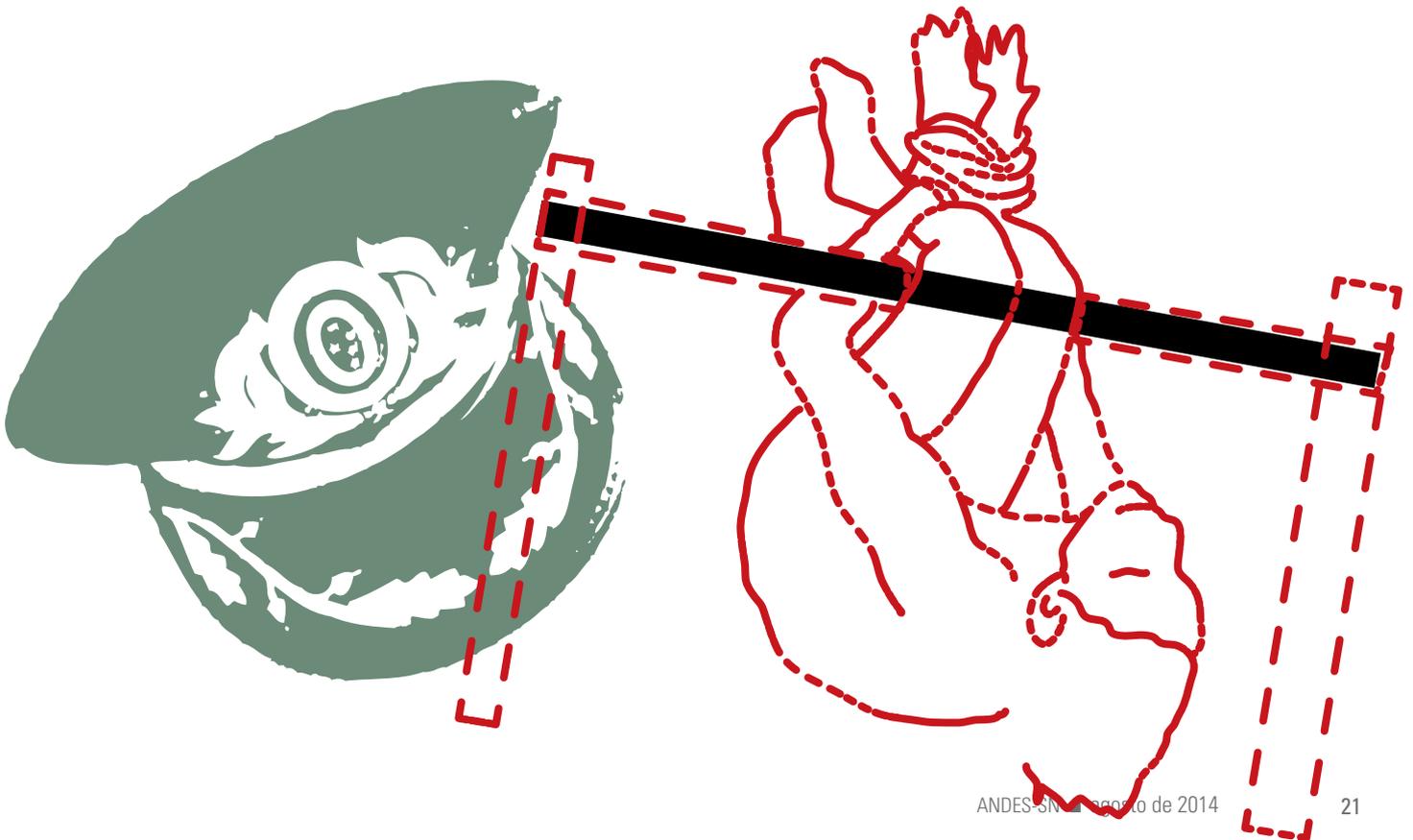
aqui era, e parece ainda ser, “compatível com a hierarquia e a subordinação” (Id. *ibid.*, p. 92).

O “autoritarismo enviesado” neste processo de formação do Estado foi ainda mais fortalecido com os elementos positivistas. Estes acabaram por integrar a identidade da nação refundada com a República.

Ainda que o positivismo tenha surgido na França como expressão da modernidade, de uma sociedade industrial e contemporânea, na América Latina, especialmente no Brasil, sua visão orgânica encontrou correspondência na primazia do Estado sobre o indivíduo, na ausência ou pouco desenvolvimento do individualismo, como destaca Carvalho (1987), típico das sociedades ibéricas e herdado por nós. O positivismo aqui seduziu fortemente os militares (CARVALHO, 1990).

O Estado surgido depois da independência e “refundado” na República, correspondendo ao traço essencial da sociedade, era conservador. A sociedade foi seduzida pelas ideias de uma minoria que governava para modernizar, mantendo as massas sob controle, o progresso com ordem.

O caráter conservador da primeira República pode ser avaliado, por exemplo, pela ausência na Constituição de 1891 do direito à educação, ou seja, a não incorporação pelo Estado deste compromisso. A educação, um direito social, de “segunda geração”



(BOBBIO, op. cit.), é considerada essencial para o exercício dos demais direitos e liberdades individuais. Fundamental para a formação e desenvolvimento da cidadania.

Apesar da “revisão da vida nacional” (IGLESIAS, op. cit, p. 233) depois da Revolução de 30, o “viés autoritário” permaneceu. Ainda que a Constituição de 1934 expressasse o “reconhecimento de uma nova ordem social” (Id., p. 236), tal reconhecimento disse respeito somente às cidades e aos trabalhadores urbanos, mantendo a influência e o poder dos grupos oligárquicos. O golpe de 1937, que deu início à fase autoritária nacional-populista, alimentou ainda mais a nossa natureza resistente aos “outros”.

A derrubada de Vargas e uma nova Constituição, a redemocratização iniciada no governo Dutra, os avanços da indústria e urbanização dos anos JK não nos tornaram politicamente “modernos”. O “viés” se manteve e deu o tom para o discurso moralista de Jânio Quadros, garantindo sua eleição.

A forte crise desencadeada quando da renúncia de Jânio e a posse de João Goulart e a oposição de diversos setores ao governo instalado são evidências do conservadorismo que alimentava o “medo dos outros”, dos “de baixo” e dos “de fora”.

No entanto, entre nós, tais aspectos, sobretudo os que se referem à violência, assumem contornos trágicos. Dados do documento “Homicídios e juventude no Brasil”, divulgado em 2013 e distribuído pela Secretaria Geral da Presidência da República, mostram que, de 1980 a 2011, houve uma evolução das taxas de homicídio de 132,1%.

O “viés” permitiu a formação da “elite orgânica”, apontada por Dreifuss (1981), que, além dos representantes das multinacionais, militares e empresários, era integrada também por membros dos setores médios, da Igreja e por intelectuais. Dentre os documentos pesquisados pelo autor, destaca-se, por exemplo, uma lista com nomes de lideranças sindicais que, entre 1961 e 1964, participaram de cursos de treinamento nos Estados Unidos.

Os 30 anos de ditadura produziram, sem dúvida, “atrasos” no processo da formação da cidadania

no Brasil. Mas, por outro lado, produziram alguns avanços. Estes, no entanto, como enfatiza Carvalho (2001), deram-se, a exemplo do que ocorreu no Estado Novo, na ampliação dos direitos sociais. Mas os direitos políticos, assim como os civis, permaneceram limitados.

O fim da ditadura militar não significou do ponto de vista da cidadania uma profunda alteração no quadro, pelo menos não para a maioria. Mesmo com a recuperação dos direitos políticos e, após 1985, dos direitos civis. A tortura só foi criminalizada em 1997.

A questão que neste ponto se coloca é o quanto a inversão no processo de formação da cidadania no Brasil e o atraso no desenvolvimento dos direitos, sobretudo os individuais, contribuíram para a “sobrevivência do pau de arara”.

No que se refere à inversão, é possível relativizá-la, uma vez que consideremos as “singularidades históricas”, ou seja, de que não há um único caminho na direção da construção da cidadania e de uma sociedade em que todos se reconheçam como “iguais em direitos”. Ainda, mesmo em sociedades consideradas desenvolvidas sob este aspecto, que não conheceram a “inversão” no processo clássico de formação da cidadania, sociedades nas quais os direitos civis formam a “base da pirâmide”, a intolerância, a desigualdade socioeconômica e política, a negação do “outro”, o preconceito, as manifestações racistas, a violência urbana e policial têm lugar em maior ou menor grau.

No entanto, entre nós, tais aspectos, sobretudo os que se referem à violência, assumem contornos trágicos. Dados do documento “Homicídios e juventude no Brasil”, divulgado em 2013 e distribuído pela Secretaria Geral da Presidência da República, mostram que, de 1980 a 2011, houve uma evolução das taxas de homicídio de 132,1%. O relatório mostra ainda que o homicídio é a principal causa de mortalidade entre os jovens no país (39,3%). Na comparação com regiões em guerra, registrou-se aqui, entre 2008 e 2011, um total de vítimas de homicídios de 206.005, pouco abaixo do número de todas as mortes somadas nos principais conflitos armados do mundo, entre 2004-2007 (208.349 vítimas) (WAISELFSIZ, 2013). No caso dos números divulgados pelo documento mencionado, não há a separação, no entanto, entre as motivações, ou seja, os causados por disputas entre

criminosos, os provocados por autoridades policiais ou os passionais. Mas dados de outros documentos reforçam a percepção da persistência e trágica presença da violência policial e da omissão da justiça.

Muito embora o Brasil seja signatário dos principais tratados e declarações internacionais a respeito dos Direitos Humanos, apesar dos protocolos e programas nacionais e regionais de combate à tortura, como destacado também no relatório do NEV, os passos têm sido lentos (JESUS; JESUS FILHO, 2012). Quando da Revisão Periódica Universal - RPU, avaliação da ONU sobre a situação dos direitos humanos nos países signatários da Declaração, observou-se que, em 2012, com uma população de detidos de 500 mil, 36% estavam presos provisoriamente, ou seja, sem julgamento (JESUS; JESUS FILHO, 2012, p. 95).

É parte de o senso comum considerar que a “falta de educação” ou os problemas do sistema público de ensino, ou as desigualdades econômicas, seriam os responsáveis pela “violência”, esta mencionada assim, quase como uma categoria abstrata de tão geral, sem que se estabeleça precisamente de onde, afinal, ela parte. No entanto, a reflexão proposta, sem desconsiderar a importância dos fatores mencionados, é de que a “violência” é resultado também do nosso “viés autoritário”, este, por sua vez, nascido do pouco desenvolvimento de uma cultura cívica em que nos vejamos como iguais.

No processo de “inversão” do alcance dos direitos que compõem a noção moderna de cidadania destacado por Carvalho (2001), podemos verificar a ocorrência no Brasil de uma ênfase maior em direitos sociais, sobretudo durante governos autoritários, ou mesmo o alcance de outros direitos como os políticos, por exemplo, sem que houvésemos alcançado ou adquirido uma vivência dos direitos civis. O surgimento ou afirmação posterior dos direitos civis no Brasil produziu uma noção de cidadania bastante consciente dos “poderes” que os direitos sociais conferem, mas numa sociedade pouco consciente das “liberdades” que os direitos civis garantem.

Sen (2010), na análise que faz da relação entre direitos humanos e desenvolvimento, mostra a inter-relação entre os direitos civis, os políticos e os direitos sociais. A alta intensidade de necessidades econômicas, segundo ele, “aumenta a urgência das

liberdades políticas”, em função: da importância para a vida humana que direitos civis e políticos têm; o papel instrumental que têm no sentido de garantir aos indivíduos a possibilidade de serem ouvidos; e o quanto contribuem para a compreensão das reais necessidades econômicas num certo contexto social. Ao analisar, por exemplo, os episódios de “fomes coletivas” na Irlanda, em Bengala, na Etiópia, no Sudão e na Somália, Sen destaca o quanto uma ideia de “superioridade cultural” e/ou a assimetria de poder político, ou seja, o não reconhecimento do outro como igual e sua exclusão da possibilidade de participação, conduzem à indiferença, ou à responsabilização dos “inferiores”, “dos de baixo”, “daquela gente” pela situação.

Nos últimos anos, há uma profunda ênfase e considerável esforço na implementação de políticas públicas para redução das desigualdades sociais. Para alguns, uma década de esforço, para outros, mais de uma, dependendo da “lente político-partidária”.

No entanto, os dados a respeito dos abusos dos agentes de segurança do Estado, as denúncias de tortura, as prisões sem julgamento e as mortes provocadas em “autos de resistência” cedem pouco ou quase nada.

Muito embora o Brasil seja signatário dos principais tratados e declarações internacionais a respeito dos Direitos Humanos, apesar dos protocolos e programas nacionais e regionais de combate à tortura, como destacado também no relatório do NEV, os passos têm sido lentos (JESUS; JESUS FILHO, 2012).

Ao final da obra na qual analisa a trajetória da cidadania no Brasil, Carvalho coloca o quanto a “desigualdade corrói a nossa vida cívica” (Op. cit. p. 229). Treze anos depois dessa conclusão, podemos observar, pelos dados dos documentos aqui mencionados, que ela continua corroendo.

Sem desconsiderar a importância dos esforços na diminuição das desigualdades econômicas a partir de políticas públicas, a esta altura da nossa história, é mais importante ainda o esforço da sociedade civil em produzir uma “cultura dos direitos e liberdades”, que incorpore, por fim, “os outros”. Tal “cultura” só

se desenvolverá na medida em que continuemos a “nos encarar”, a concentrarmo-nos menos nas “celebrações” e voltarmos os olhos para o que criamos a partir de então e o “longo caminho a seguir”.

Não é possível voltar atrás e também não é possível “apagar os anos de chumbo”, porque só a “lúcida consciência das coisas” nos permitirá afastar os “demônios do presente” (HOLANDA, 2000). **US**

AMNESTY INTERNATIONAL. Informe 2012 – **O estado dos direitos humanos no mundo**.

Disponível em: <<http://www.amnesty.org/pt-br/region/brazil/report-2012>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARDIA, Nancy. Direitos humanos segundo a pesquisa “Atitudes, normas culturais e valores em relação aos direitos humanos e violência”. In: **5º Relatório sobre direitos humanos no Brasil São Paulo**: NEV / USP, 2012. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/portugues/>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS (São Paulo). **Brasileiros preferem democracia, mas são críticos com seu funcionamento**. 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

FERRAZ, Lucas. Tortura protagoniza primeiro filme de ficção de Renato Tapajós. Ilustrada, **Folha de São Paulo**, 27 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/03/1431196-tortura-protagoniza-o-primeiro-filme-de-ficcao-de-renato-tapajos.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

IGLESIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

JESUS, Maria Goretti Marques de; JESUS FILHO, José. Uma década é pouco: tortuosos caminhos para a consolidação de uma política de combate e prevenção à tortura no Brasil. In: **5º Relatório sobre direitos humanos no Brasil São Paulo**: NEV / USP, 2012. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/portugues/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

WAISELSIZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios e violência no Brasil**. Brasília-DF: Secretaria Nacional da Presidência da República / Secretaria Nacional da Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2013_jovens.php>. Acesso em: 14 abr. 2014.

referências



O regime de chumbo e o Massacre de Manguinhos

Raíza Tourinho Lima

Mestranda da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz)

E-mail: raizatourinho@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo é resultado de um esforço para elucidar um pouco mais os impactos que a repressão exercida pelos governos militares ditatoriais obteve sobre a saúde brasileira, especialmente diante da coerção dos pesquisadores do campo da Saúde. Assim, abrangeremos apenas a primeira década dos 21 anos de regime militar, evidenciando as políticas de saúde adotadas no período, a relação do Estado com as universidades e, por fim, o conhecido episódio do Massacre de Manguinhos, que, sem diretamente derramar uma gota de sangue, assassinou durante anos a pesquisa brasileira na área de Saúde.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Pesquisa Científica. Saúde. Massacre de Manguinhos. Comissão da Verdade da Reforma Sanitária.

Introdução

Há uma tendência do senso comum de dicotomizar certos fatos históricos, evidente na própria terminologia conferida aos acontecimentos do passado. Em artigo opinativo publicado na edição brasileira do *El País*, Laurentino Gomes questiona o porquê de nos referirmos a 1889 como “Proclamação da República”, a 1930 como “Revolução de 30” e a 1964 como “Golpe Militar”, uma vez que nas três ocasiões os militares subiram ao poder mediante o uso da força, afastando as lideranças civis. Ele próprio ensaia uma resposta:

Em resumo, 1889 passou para a História como “Proclamação” porque a sociedade assim o quis, tanto quanto 1930 entrou para os livros didáticos como “Revolução” e 1964 como “Golpe” e “Ditadura”. De certa forma, essas nomenclaturas refletem também uma certa evolução política da sociedade brasileira. No passado, intervenções violentas nas instituições e no processo político tendiam a ser aceitas de forma mais natural – como ocorreu em 1889 e 1930. Isso já não aconteceu em 1964, ano em que, embora uma parte da sociedade civil tenha aceito e até instrumentalizado as forças armadas para a tomada do poder, uma outra parte, hoje majoritária, não sancionou a intervenção (GOMES, 2014).



O regime militar brasileiro, que vigorou entre 1964 e 1985, foi um período marcado por contradições. Ao mesmo tempo que escavou um profundo poço de retrocessos nas políticas de saúde, através de uma perspectiva privatizante do setor e o sucateamento do aparelho estatal, modernizou as universidades, criou centros de pesquisa e estimulou o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacional.

A repressão existente durante a ditadura militar, contudo, deixou marcas muito mais profundas do que o comumente citado saldo de torturas e homicídios. Meio século depois de sua implantação, a sociedade brasileira ainda possui uma compreensão incipiente da real dimensão da repressão política e seus impactos sobre a ciência brasileira.

Descortinar as nuances ainda pouco estudadas

desse período da história do Brasil é fundamental para que se reconheçam hodiernamente os resquícios que a ausência de democracia cravou na sociedade brasileira. Deste modo, este artigo é resultado de um esforço para explicitar os impactos que a repressão exercida pelos governos militares obteve sobre a saúde brasileira, especialmente diante da coerção dos pesquisadores do campo da Saúde.

Para tanto, nos contentaremos em focar apenas a primeira década dos 21 anos de regime militar no Brasil, evidenciando as políticas de saúde adotadas no período, a relação do Estado com as universidades e, por fim, o conhecido episódio do Massacre de Manguinhos, que, sem diretamente derramar uma gota de sangue, assassinou durante anos a pesquisa brasileira na área de Saúde.

As políticas de saúde do regime

A primeira década da Ditadura Militar no Brasil (1964-1974) foi marcada pelo otimismo do “Milagre Econômico”. As altas taxas de crescimento da economia, com o PIB apresentando médias anuais de 10% de elevação, ajudaram a mascarar a repressão e a censura, além de conquistar o empresariado e os setores médios da população, até então condescendentes com a ditadura. A coerção do regime se tornaria especialmente forte durante os “anos de chumbo”, período pós AI-5 (1968) no qual a tortura de presos políticos foi mais aguda. O preço do “milagre” foi medido não só em violações, bem como com o aumento do endividamento externo e da desigualdade social.

Escorel (2012) lista o que significou essa política em um panorama geral: “O saldo dos dez anos de regime militar foi a concentração de renda, o arrocho salarial, com perda do poder aquisitivo do salário mínimo, o aumento dos preços, a diminuição da oferta de alimentos, o colapso dos serviços públicos de transporte e de saúde, enfim, as precárias condições de vida de uma grande parcela das populações urbanas” (p. 325-326).

De acordo com o doutor em saúde pública Jairnilson Paim, professor de Medicina da Universidade Federal da Bahia (por entrevista), [...] “Houve muitos retrocessos nas condições de saúde da população, especialmente entre 1964 e 1973, ao lado de um intenso processo de privatização e mercantilização da saúde, estruturando um sistema de saúde insuficiente, mal distribuído, descoordenado, inadequado, ineficiente, ineficaz, centralizado, corrupto e injusto”.

De acordo com o doutor em saúde pública Jairnilson Paim, professor de Medicina da Universidade Federal da Bahia (por entrevista), esse período do regime militar foi o mais emblemático para a área da saúde: “Houve muitos retrocessos nas condições de saúde da população, especialmente entre 1964 e 1973, ao lado de um intenso processo de privatização e mercantilização da saúde, estruturando um sistema de saúde insuficiente, mal distribuído, descoordenado, inadequado, ineficiente, ineficaz, centralizado, corrupto e injusto”.

Os retrocessos listados por Paim (2014) são reforçados por Escorel (2012). Para ela, estes foram configurados nesse período por um modelo de sistema de estatal à saúde caracterizado pela duplicidade de responsabilidades federais no campo da saúde, que mantinha um órgão voltado para a saúde pública (o Ministério da Saúde, basicamente reduzido à promoção de campanhas preventivistas) e outro para a assistência à saúde (a Previdência Social, cujo modelo de atenção era destinado a uma pequena parcela da população, assalariada e com registro em carteira profissional).

O fortalecimento do modelo previdenciário ocorreu por meio da concentração de recursos no setor, cujas despesas apenas com programas de saúde chegava a ser 16 vezes maior do que o orçamento do Ministério da Saúde em meados dos anos 70. Em junho de 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social tornou-se o maior orçamento da burocracia federal, só superado pelos recursos destinados à própria União.

A política implantada pela previdência durante o período adota abertamente uma perspectiva privatizante da saúde, com fortes incentivos à criação de um complexo médico-industrial voltado à acumulação do capital nas corporações de medicamentos e equipamentos, além do desenvolvimento de um padrão de prática médica orientado para a lucratividade (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986, *apud* ESCOREL, 2012).

O estímulo à iniciativa privada é perceptível no aumento do número de leitos lucrativos, pagos pelo Estado: de 14,4% em 1960 para 44% em 1971. Enquanto isso, “os demais cidadãos que não contribuíam para a previdência social obtinham atenção à saúde em centros e postos de saúde pública, desde que integrassem o perfil dos programas (materno-infantil, controle de tuberculose, da hanseníase etc.), em serviços de saúde filantrópicos, como as Santas Casas, ou em consultórios e clínicas privadas, desde que tivessem esse poder aquisitivo” (p. 327).

Escorel *et al* (2005) explica que esse quadro gerou uma saúde pública ineficiente e conservadora, restrita a campanhas de baixa eficácia. Com recursos escassos, que não chegavam a 2% do PIB, a saúde pública possuía:



Figura 1: charge de Carlos Xavier (Caco) sobre o crescimento da saúde privada no Brasil

FONTE: Jornal da Reforma Sanitária, n. 25, jan. 1991. Acervo do Programa Radis/Fiocruz.

um quadro de penúria e decadência, com graves consequências para a saúde da população. Os habitantes das regiões metropolitanas, submetidos a uma política concentradora de renda, eram vítimas das péssimas condições de vida que resultavam em altas taxas de mortalidade. Esse quadro seria ainda mais agravado com a repressão política que atingiu o campo da saúde, com cassações de direitos políticos, exílio, intimidações, inquéritos policial-militares, aposentadoria compulsória de pesquisadores, falta de financiamento e fechamento de centros de pesquisa (p. 61).

Posteriormente, a situação só se agravaria. Ponte e Nascimento (2010) afirmam que os empréstimos concedidos a partir de 1974, com a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), as empresas do setor de saúde passaram a contar com financiamento estatal para construção, ampliação e compra de equipamentos. Com recursos da Loteria Esportiva, o FAS desembolsaria em cinco anos sete bilhões de cruzeiros (moeda de então) para a saúde, dos quais 70% foram destinados a hospitais particulares situados no eixo Rio-São Paulo.

Tais empréstimos, em sua maior parte, foram realizados em condições vantajosas para os empresários, ou seja, com longos prazos de carência, juros subsidiados e correção monetária abaixo da inflação. Instala-se, assim, um verdadeiro processo de drenagem dos recursos públicos que passam a capitalizar as empresas de medicina privada, transformando a saúde em um negócio bastante lucrativo. Nessa perspectiva, a prioridade conferida à medicina curativa, o financiamento público e o

crescimento dos grupos privados no setor saúde são as engrenagens de um processo em que a capitalização e expansão da rede privada, por um lado, e a degradação dos serviços públicos e a sangria dos recursos do Estado, por outro, são faces da mesma moeda (p. 187).



Figura 2: charge de Aristides Dutra sobre a perspectiva da saúde voltada ao lucro

FONTE: Radis, n. 19, mar. 1994. Acervo do Programa Radis/Fiocruz.

A censura também foi um fator estratégico na “política de precarização da saúde pública” adotada durante o regime militar. Sob a justificativa de que “a informação pode ser mal gerida e tornar-se prejudicial”, os censores da Polícia Federal no Paraná emitiram um parecer desfavorável ao livro didático *Programa de saúde: projetos e temas de higiene e saúde*, em 1978.

Destinados a estudantes do então segundo grau, atualmente ensino médio, Reimão (2013) explica

que o livro acreditava na participação ativa e criativa do aluno para buscar, gerir e avaliar conhecimentos, até sobre drogas. Foi justamente diante do teor do conteúdo sobre drogas que os técnicos de censura apoiaram o parecer. Ao decorrer de três páginas, eles explicavam que somente poderão ministrar cursos antitóxicos pessoas qualificadas pelo MEC e com cartas de credenciamento fornecidas pelo referido Ministério, sendo assim perigoso liberar sua utilização por professores não qualificados.



Figura 3: capa do livro Programa de Saúde

Um caso de censura com possíveis consequências mais graves para a saúde pública, entretanto, ocorrera anos antes, já sob o comando do general Ernesto Geisel. Foi em 1974, quando uma epidemia de meningite meningocócica assolou o país. Sem preparo para enfrentar

a epidemia e diante da impossibilidade da importação em curto prazo de uma grande quantidade de vacina, o governo Geisel (1974-1979) achou por bem “abafar” o caso, proibindo a menção à epidemia. A censura funcionou enquanto a doença se manteve nas áreas mais carentes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contudo, a notícia vazou quando a meningite começou a assolar nos bairros nobres, ocasionando em grande pressão pública.

Para acalmar os ânimos e responder aos anseios populares, o governo militar acordou a transferência da tecnologia de produção do imunizante com o Instituto Mérieux e criou, dois anos depois, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, na Fundação Oswaldo Cruz. O Instituto passou assim a produzir vacinas contra a meningite meningocócica A e C, com uma tecnologia baseada em polissacarídeos – que utiliza pedaços de micro-organismo e não a bactéria inteira, produzindo assim menos efeitos colaterais (CCMS, s.d.).

Os dois casos, porém, ocorreram durante o Governo Geisel, período no qual os militares sinalizaram a possibilidade de uma reabertura democrática, pressionados pelo amargor dos altos níveis de impopularidade e insatisfação da população em geral. Uma das primeiras medidas desse processo, que foi denominado de “distensão lenta, gradual e segura”, foi justamente o “abrandamento da censura”, embora a abolição completa desta só viesse a ocorrer após 1985 (SCOREL, 2012).

“O período Geisel mostrou-se aparentemente contraditório: enquanto se esboçava um projeto de distensão e liberalização, a repressão estava à solta, aumentando a violência e o número de desaparecidos e mortos por tortura, diversificando o terrorismo, lançando bombas em bancas de jornais, nas sedes de jornais alternativos e nos centros acadêmicos, invadindo universidades” (BRESSER PEREIRA, 1985 *apud* SCOREL, 2012).

Vale ressaltar que a duração de mais de uma década do processo de distensão e ausência de uma ruptura clara entre a ditadura e a democracia enraizaria uma certa “naturalização” das políticas instauradas durante o regime, cujos resquícios são perceptíveis ainda hoje – a exemplo da forte presença dos planos de saúde na sociedade brasileira e o consequente sucateamento do Sistema Único de Saúde, apesar da legislação avançada.

“A lentidão do processo de transição no Brasil foi um elemento fundamental da estratégia de institucionalização do regime, para tornar constitucional o aparelho montado por meio dos atos inconstitucionais e permitir, legal e politicamente, a continuidade, em médio prazo, do regime militar e, em longo prazo, do regime autoritário-burocrático militarizado” (REIS; O’DONELL, 1988; BRIGAGÃO, 1985 *apud* SCOREL, 2012).

Ciência e o regime: desenvolvimento e repressão

A adoção do regime militar de uma perspectiva que Silva (1990, *apud* MAIA, 2011; SCOREL, 2012) denominou de “modernização autoritária” comportou algumas de suas aparentes contradições:

enquanto estimulava o desenvolvimento científico tecnológico do país, criando agências de fomento, multiplicando as pós-graduações e realizando uma ampla reforma universitária, os anos de chumbo também ficariam conhecidos pela repressão nas universidades, perseguição a pesquisadores e desmontagem de laboratórios inteiros, destruindo em pouco tempo às vezes o trabalho de uma vida inteira.

Boscariol (2011) afirma que o regime militar enfatizou de modo geral a ciência e tecnologia, embora variasse segundo as condições econômicas e o presidente. Um dos mais repressivos governos da ditadura, por exemplo, o de Costa e Silva, considerou como questão estratégica de segurança a garantia da produção nacional de itens básicos, em áreas tais quais a siderurgia e petroquímica, além de estimular a formação de pesquisadores.

“Empresas estatais se tornam a norma para garantir investimento e mercado para essas novas necessidades, muitas envoltas por questões militares. Estatais como Embraer, Petrobras, Telebrás e Vale necessitaram de uma rede de institutos e pesquisadores, assim como a formação de mão de obra especializada para lidar com problemas que precisavam do desenvolvimento tecnológico para dominar cadeias produtivas e ampliar a produção na área de interesse” (p. 1757).

Maia (2011) destaca que entre o fim do governo de Costa e Silva e a entrada do governo Médici, de 1968 a 1974, houve três grandes iniciativas para o desenvolvimento científico no país: as reformas universitárias; a institucionalização da pós-graduação; e a criação da carreira de dedicação exclusiva, ações que fixaram pesquisadores no país ao mesmo tempo que elevaram significativamente o financiamento nas áreas da ciência e da tecnologia.

A reforma universitária, por exemplo, já era uma luta antiga dos pesquisadores e quando foi formalizada, em 1968, agradou intensamente a Academia, visto que expandiu a formação e qualificação dos professores, sendo considerada até hoje como uma política bem sucedida. Mas desde o início do regime militar o discurso do progresso tecnológico já estava presente: o Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC) foi criado em 1964 para financiar os projetos na área de ciência e tecnologia.

A formação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, constituído a partir da estrutura criada nos dois primeiros Planos Nacionais de Desenvolvimento, em 1975, e a criação do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) também auxiliaram o desenvolvimento científico do período (BOSCARIOL, 2011).

O fato é que a relação entre militares e ciência deve ser mais estudada sob a perspectiva histórica, pois não há dúvida da participação dos militares na institucionalização da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos. Afinal, nesse período os projetos com relação à Segurança Nacional são projetos importantes para o desenvolvimento do país. O desenvolvimento científico e tecnológico seria peça fundamental para a superação do atraso econômico e social do Brasil. Assim, podemos deduzir que a ditadura acumulou esforços para transformar o país em “Brasil Potência”, buscando relacionar ciência, tecnologia e a educação superior (MAIA, 2011).

Apesar do estímulo à ciência, o aparelhamento e o aumento do financiamento nas universidades, a ausência de liberdade e as perseguições empreendidas, orientados por uma “caça às bruxas anticomunista”, comprometeram o bom andamento das pesquisas.

Apesar do estímulo à ciência, o aparelhamento e o aumento do financiamento nas universidades, a ausência de liberdade e as perseguições empreendidas, orientados por uma “caça às bruxas anticomunista”, comprometeram o bom andamento das pesquisas. BOSCARIOL (2011) salienta que, além dos centros de pesquisas serem afetados com a perda de pessoal qualificado, “a perseguição era seguida de aposentadorias compulsórias, proibição de trabalhar em instituição pública, prisão e exílio. A perda de material humano e descontinuidade em projetos levava a desorganização da atividade de pesquisa, somente a partir da década de 1970 essa situação melhorou e se inverteu para uma expansão da área de ciência e tecnologia” (p. 1758).

O Serviço Nacional de Informação era um órgão ativo nas universidades e seus agentes se disfarçavam

em todos os níveis hierárquicos, ocupando inclusive a diretoria de hospital universitário (Hospital das Clínicas, da UFBA). Os instrumentos utilizados pelos “espiões” variavam desde a simples coleta de informações até a interferência direta, pressionando chefes de departamentos, coordenadores de cursos e diretores de unidades, através de boatos e contrainformações, para cercear a participação e a organização de professores e estudantes que eram considerados comunistas.

“No caso do Mestrado em Saúde Comunitária da UFBA, os próprios agentes da Fundação Rockfeller envolvidos no curso redigiam dossiês sobre professores que só fomos descobrir depois que eles foram embora. Não sabemos, exatamente, qual o uso que fizeram desses documentos, mas ressaltamos que listas de referências bibliográficas indicadas por docentes e pesquisadores para a aquisição de livros e periódicos eram devolvidas com a supressão de certos títulos” (PAIM, 2014).

Na Universidade de Brasília (UnB) a perseguição aos pesquisadores gerou um episódio emblemático. Em 1964, após a demissão de 15 pesquisadores pelo reitor escolhido do regime, 260 professores da universidade se demitiram, número que na época representava 90% dos docentes. No período, era prática

Na Universidade de Brasília (UnB) a perseguição aos pesquisadores gerou um episódio emblemático. Em 1964, após a demissão de 15 pesquisadores pelo reitor escolhido do regime, 260 professores da universidade se demitiram, número que na época representava 90% dos docentes. No período, era prática recorrente a substituição de funcionários e cientistas próximos ou identificados com o governo [...].

recorrente a substituição de funcionários e cientistas próximos ou identificados com o governo por indivíduos formados com as ideias e projetos da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) (BOSCARIOL, 2011).

Além da UnB, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Fiocruz sofreram com professores presos, afastados, demitidos ou aposentados compulsoriamente. Nos deteremos no caso da última instituição.

O Massacre de Manguinhos

No dia exato do aniversário de seis anos do Golpe Militar, em 1º de abril de 1970, sob a vigência do Ato Institucional nº 5, um decreto calaria por muitos anos o Castelo do Mourisco, prédio símbolo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A suspensão dos direitos políticos dos pesquisadores Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba e Tito Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, seguida pela aposentadoria compulsória dois dias depois (que incluía o médico imunologista e especialista na área de Micologia Masao Goto e o parasitologista Domingos Arthur Machado Filho, ausentes do primeiro decreto), não foi o primeiro “ataque” do regime militar na Fundação, mas seria aquele que o atingiria mais profundamente.

Além de não serem pesquisadores quaisquer, mas sim líderes de laboratórios, os dez cientistas afastados representavam uma parcela significativa, uma vez que a instituição possuía apenas 70 pesquisadores na época. Nomes como Haity Moussatché e o entomologista Herman Lent eram reconhecidos mundialmente em suas respectivas áreas.

A cassação não apenas privou as instituições de grandes cérebros, mas também suas respectivas pesquisas, que estavam na ponta do conhecimento em suas áreas. Os laboratórios foram desmontados e os estagiários demitidos. O episódio ficou conhecido como Massacre de Manguinhos, expressão cunhada por Lent, em um livro homônimo no qual depõe sobre a situação, publicado oito anos depois (editora Avenir).

O ‘massacre’ não se limitou apenas à expulsão de renomados cientistas da instituição; toda a estrutura física que havia foi integralmente desmantelada e os armários contendo material científico foram transportados em condições inadequadas para o porão do antigo prédio do Hospital Evandro Chagas, no campus de Manguinhos, ocasionando perdas e danos irreparáveis a inúmeros exemplares da coleção. Naquele momento, algumas partes do acervo foram enviadas para outras instituições com o intuito de protegê-las e também para darem suporte a projetos de pesquisa em andamento (COSTA, 2008).

De acordo com Haitly Moussatché, em depoimento a Gomes *et al* (1998), destacou a coragem dos estagiários e pesquisadores que evitaram a perda total do material dos laboratórios, que foi até vendido como sucata. “Quando as pessoas viram que o laboratório ia ser fechado mesmo, trataram de levar parte do material para outros laboratórios. Teve gente que até guardou parte dele. Alguns eram contratados pelo instituto, outros já efetivos”.

Apesar dos sucessivos inquéritos, que nada provaram contra eles, os pesquisadores só foram reintegrados à Fundação 16 anos depois, em uma pomposa cerimônia em dezembro de 1986. O tema foi censurado e se tornou tabu durante muito tempo na Fiocruz, segundo relata Wanda Hamilton, cientista social e pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), órgão cuja criação foi baseada no resgate dessa época nebulosa da instituição (TAVARES, 2012).

O Massacre de Manguinhos foi o ápice da perseguição política do regime militar dentro da Fiocruz. A repressão começara anos antes, logo após a implantação da ditadura militar, quando o pesquisador Rocha Lagoa, ex-aluno da Escola Superior de Guerra, um dos berços ideológicos da ditadura brasileira, foi nomeado pelo regime para dirigir a então Instituição Oswaldo Cruz (IOC).

“Sob falsas acusações, o diretor e seus auxiliares empreenderam uma série de perseguições a diversos pesquisadores, inclusive rejeitando financiamentos obtidos por influência pessoal dos pesquisadores junto a órgãos nacionais e internacionais, como foi o caso de Walter Oswaldo Cruz. Acusado de fazer proselitismo político contrário ao diretor do instituto e ao regime militar, teve seu laboratório fechado, falecendo, prematuramente, em janeiro de 1967” (TAVARES, 2012, p. 330).

O filho caçula do pesquisador que nomeia a instituição, Walter Oswaldo Cruz, tinha 47 anos quando foi vítima fatal de um ataque cardíaco. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Universidade de Brasília, em 1960, e da Reforma Universitária, entre 1962 e 1963. Sua morte repercutiu no meio científico internacionalmente.

O decreto que cassou os direitos políticos dos dez cientistas do IOC foi assinado pelo mesmo Rocha Lagoa, já Ministro da Saúde do governo Médici (1969-1972). Além da aposentadoria, este impedia que os pesquisadores não só lecionassem ou pesquisassem em qualquer centro do país, como estes não podiam exercer qualquer atividade em instituição pública ou privada que fosse financiada pelo governo. Assim,



a grande maioria partiu para o exílio (SCOREL, 2012). Boa parte dos cassados, porém, nunca deixou de pesquisar. Moussatché foi acolhido por uma universidade venezuelana, Fernando Ubatuba passou pela Venezuela também, além da Grã-Bretanha e Escócia, e Herman Lent ficou na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro (TAVARES, 2012).

Entre os fatores que culminaram com o Massacre, figurariam, segundo Tavares (2012), as dissensões sobre o papel social do IOC: a preservação da pesquisa básica, como defendiam os pesquisadores cassados, ou a priorização da pesquisa aplicada. “O conflito entre os defensores da ciência pura e da ciência aplicada tornou o IOC mais vulnerável às pressões do Estado, que se aproveitou da cisão para suprimir de vez a sua autonomia e para colocá-la sob sua égide” (GOMES *et al*, 1998).

Citando o livro *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, de Ana Maria Fernandes, Tavares afirma que o IOC “foi virtualmente destruído sob o regime militar”.

Entre os fatores que culminaram com o Massacre, figurariam, segundo Tavares (2012), as dissensões sobre o papel social do IOC: a preservação da pesquisa básica, como defendiam os pesquisadores cassados, ou a priorização da pesquisa aplicada.

O golpe de 1964 tornara o ambiente na instituição sombrio. Se, por um lado, a produção de vacinas era estimulada, fazendo jus ao perfil que o governo desejava para o IOC, por outro, o clima de repressão amplificava perseguições infundadas. Profissionais com convites para viagens ao exterior e passagens garantidas eram impedidos subitamente de ir e vir. As condições de trabalho eram precárias e o ambiente, degradado pela falta de recursos e de liberdade de pensamento. Diferentes inquéritos foram instalados, por Comissões de Investigação da Polícia Militar e do Ministério da Saúde, na época sob o comando do ministro do governo Castelo Branco, Raymundo de Brito (1964-1967), buscando investigar atos subversivos e o recebimento de verbas por meio de subvenções de instituições particulares nacionais ou estrangeiras. Além de os inquéritos não terem encontrado irregularidades, antes mesmo de se iniciarem as investigações, oito demissões

de chefes de divisão e de seção foram levadas a cabo (p. 20).

O clima de censura que deixou o Castelo do Mourisco envolto em uma atmosfera de silêncio foi rompido apenas em 1979, às vésperas da sanção da Lei da Anistia. A Associação de Docentes, Pesquisadores e Tecnólogos da Fundação Oswaldo Cruz (ADFOC, precursora da atual ASFOC) organizou homenagem na Escola Nacional de Saúde Pública, com a presença dos próprios pesquisadores cassados (menos Moussatché, que ainda estava no exterior), para exigir a reintegração deles à instituição.

Citando nominalmente cada um dos cassados e criticando a forma como a anistia estava proposta, Luiz Fernando [Ferreira Viana, diretor da ENSP na época] abriu os discursos. “Fala-se em anistia, mas que anistia? Que os que foram vítimas de perseguição gratuita solicitem a sua volta. Os pedidos serão julgados, isso é absurdo e ridículo. Os atestados ideológicos e as cassações brancas ainda estão presentes nessa Fundação”, discursou, conforme reprodução no livro *Chronicas de Manguinhos*, publicado em 1988. “A brutalidade que invadiu Manguinhos, a partir de 1964, fez outras vítimas além dos dez companheiros que hoje homenageamos...”, acrescentou, ainda, citando nominalmente Walter Oswaldo Cruz (TAVARES, 2012).

Na cerimônia, coube ao pesquisador Carlos Morrel exigir “a imediata e automática reintegração dos pesquisadores”: “Para nós, está bastante claro que a opção pelo caminho da real reconstrução de Manguinhos terá que partir da reintegração automática e imediata de seus pesquisadores que foram afastados por atos governamentais. O afastamento desses pesquisadores, por mesquinhos motivos de vingança pessoal, é uma chaga aberta nesta instituição e que sempre debilitará e a bloqueará se não for curada” (TAVARES, 2012).

O retorno dos cassados só ocorreu, de fato, sete anos depois, em agosto de 1986. Uma epidemia de dengue abriu espaço para 25 vagas de pesquisador na Fiocruz. O diretor da ENSP da época, Sérgio Arouca, exigiu então que dez dessas vagas fossem destinadas para reintegrar os cassados. A cerimônia de reintegração contou com a participação de Ulysses Guimarães, Darcy Ribeiro e do então presidente José Sarney.



Figura 4: os dez cassados do Massacre de Manguinhos são reintegrados à instituição

FONTE: Acervo da Revista Radis, nº 120.

O resgate da história e a comissão da verdade

Resgatar e conhecer bem a História, especialmente de um período de exceção como os 21 anos em que o País esteve imerso em um regime autoritário, é necessário para desvelar os resquícios indesejados que porventura foram herdados dessa época. A legislação do Sistema Único de Saúde, considerada mundialmente avançada, surgiu justamente como fruto da luta da Reforma Sanitária, movimento da área da saúde que visou a combater a ditadura e a mercantilização do direito à assistência à saúde.

Contudo, ainda hoje é possível identificar tensões herdadas da Ditadura Militar, como a ineficácia da consolidação prática da legislação do SUS, insuficiência de recursos para a área com o consequente sucateamento do sistema e a predominância na sociedade da lógica mercantilista da saúde, através dos planos privados, 25 anos depois da conquista do sistema universalista.

Episódios como o Massacre de Manguinhos e a demissão em massa da UnB representam marcos da perseguição e resistência de pesquisadores. Contudo, há dimensões ainda desconhecidas das diversas lutas travadas no extenso território brasileiro. Diante da constatação que a Comissão Nacional da Verdade

brasileira, criada 30 anos após a transição democrática, não daria conta de todos os casos de violação existentes no Brasil, diversas comissões complementares estão sendo criadas.

Foi nesse contexto que surgiu a Comissão da Verdade da Reforma Sanitária, em novembro de 2013, cujo objetivo geral é descrito em seu portal como:

Investigar as violações de direitos humanos praticados por agentes do estado (1964 – 1985) contra trabalhadores da saúde [técnicos, pesquisadores, docentes, administradores e auxiliares que realizem atualmente ou tenham realizado atividades profissionais em qualquer tipo de instituição de saúde] de modo a compartilhar as informações e conhecimentos produzidos com outras entidades e instituições que partilhem dos mesmos objetivos e princípios e com a sociedade brasileira, em geral, de modo a contribuir para um projeto de sociedade democrática e justa.

Os depoimentos ainda estão em fase de coleta, mas a sua catalogação pode ser acompanhada em tempo real pelo Sistema de Informações da Comissão (<http://adm.ceag.unb.br/mapacvrs/>). No fechamento deste artigo, já haviam sido inseridos dez casos de violação pela CVRS: um caso de homicídio; um desaparecimento forçado; quatro de tortura e maus tratos; dois de detenção ou prisão arbitrária;

cinco sequestros; e dois de perseguição política. Há ainda outras categorias a serem mapeadas (ocultação de cadáver, violação sexual, utilização forçada de pessoa e outros), salientando que cada caso pode se encaixar em quantas forem necessárias.

A presidente da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária, a médica sanitarista Anamaria Tambellini, acredita que há uma lacuna a ser preenchida: “Queremos descobrir o que aconteceu com trabalhadores da saúde que lutavam pela vida não só nos grandes centros, mas também na cidadezinha do Pará onde igualmente houve repressão”.

Para ela, embora a tortura física, os homicídios e as perseguições figurem como os aspectos mais evidenciados da repressão existente na ditadura, houve formas mais sutis de violação, tais quais a pressão psicológica e o “exílio voluntário”, nos quais pesquisadores se submeteram à procura de condições melhores de pesquisa.

[...] embora a tortura física, os homicídios e as perseguições figurem como os aspectos mais evidenciados da repressão existente na ditadura, houve formas mais sutis de violação, tais quais a pressão psicológica e o “exílio voluntário”, nos quais pesquisadores se submeteram à procura de condições melhores de pesquisa.

“Pretendemos que essa história seja permeável e transparente, para que as pessoas entendam o período, especialmente aquelas que não passaram por violações ou pensam que não passaram. Queremos levar a um momento reflexivo para pensarmos como transformamos a nossa proposta de democracia na democracia de hoje. Será que era por isso que a gente lutava e pelo que muitos perderam a vida? A democracia que temos é uma obra acabada ou pode ser melhor?” (Depoimento oral, 2014; DOMINGUEZ, 2014). **US**

- BOSCARIOL, Gabriel Amabile. Planos Nacionais de Desenvolvimento e a Ciência e os Cientistas Brasileiros: A ciência como espaço de disputa política na ditadura militar. V Congresso Internacional de História. Setembro de 2011.
- CCMS. Centro Cultural do Ministério da Saúde. [Folheto de apresentação da produção de Manguinhos]. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/pdf/M9.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- COSTA, Jane et al. **Coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz: resgate de acervo científico-histórico disperso pelo Massacre de Manguinhos**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 401-410, abr.-jun. 2008.
- DOMINGUEZ, Bruno. Um passado a se desvendar. **Revista Radis**; (140): 19-20, 2014. Ilus. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis_140_web.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- ESCOREL, S. **História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990** in GIOVANELLA, L. et al (org) Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- ESCOREL, S., NASCIMENTO, D.R., EDLER, F.C. **As Origens da Reforma Sanitária e do SUS** in LIMA, N.T. et al (org) Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- GOMES, Laurentino. **1964: Golpe ou revolução?** El País Brasil, 26.03.2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/26/opinion/1395847968_469405.html>. Acesso em: 14 maio 2014.
- GOMES, Arlindo Fábio; FERREIRA, Luiz Fernando; GADELHA, Paulo; HAMILTON, Wanda. **Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, out. 1998, vol. 5, n. 2, p. 443-491. ISSN 0104-5970.
- MAIA, Elias da S. **História Política e Cultural da Ciência Brasileira no Período da Ditadura Militar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- PAIM, Jairnilson S. Depoimento oral à autora, colhido em 7 de maio de 2014.
- PONTE, C. F., NASCIMENTO, D.R. **Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura** in Reis, J. R. F., & Velasques, M. C. C. (2010). Cantos, contos e imagens: puxando mais uns fios nessa história. Fiocruz/COC.
- REIMAO, Sandra. **O livro Programa de saúde: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2013, vol. 20, suppl. 1, pp. 1393-1401. ISSN 0104-5970.
- TAVARES, Laís. Um resgate do massacre de Manguinhos. **Revista Radis**; (120): 19-21, 2012. Ilus. Disponível em <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/um-resgate-do-massacre-de-manguinhos>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- TAMBELLINE, Anamaria. Depoimento oral à autora, colhido em 6 de maio de 2014.

referências

Olhando a ditadura pela escotilha da prisão

O professor aposentado, na UFSM, Julio Cezar Colvero é uma lenda entre os docentes daquela universidade. Não apenas pelo seu jeito ríspido, até duro, nem pela sua notória capacidade de ensinar, mas também pelo seu passado, onde ficou marcado como sendo mais uma das milhares de vítimas da ditadura civil-militar. Começou sua vida no exército brasileiro e como sargento instrutor, no famoso quartel de Quitaúna, em São Paulo, vivenciou os preparativos para o golpe de 64. Não foi um conspirador e por isso foi considerado subversivo. Processado meses antes do fatídico 31 de março, foi preso “preventivamente” junto a outras centenas de militares que poderiam resistir nos quartéis. Levado para o navio Raul Soares, fundeado em Santos, o então sargento viveu as precárias condições da prisão enquanto esperava a libertação, enquanto esperava o julgamento. Essa trajetória, até tornar-se docente da UFSM, é o que ele nos conta nessa entrevista concedida aos jornalistas Fritz Nunes e Rafael Balbuena, da assessoria de comunicação da SEDUFSM.



Universidade e Sociedade - Em 1964, na época do golpe, o senhor era do exército, o que o senhor fazia exatamente e onde?

Julio Cezar Colvero - Eu era 2º sargento no Batalhão de Artilharia Antiaérea, em Quitaúna (Osasco, SP), lá na chamada fazenda Quitaúna, na Rodovia Raposo Tavares, de onde, no passado, partiam as monções para a conquista do sertão brasileiro. Só que tem um pequeno detalhe que nós temos que relembrar: anos antes de 64, eu era 3º sargento no 2º grupo de artilharia a cavalo, de 75 mm, em Santiago (RS), e, em certo dia, ministrava equitação com o capitão Tigre, que era o subcomandante da unidade. O sargento Rádio, na mesma unidade, chegou correndo e nos informou que o presidente Vargas havia se suicidado. O que eu

quero dizer é que a questão de 1964 nos remete à revolução de 1930 e depois à tentativa de reposição do presidente constitucional Getúlio Dornelles Vargas, seu suicídio e à renúncia de Jânio Quadros. Então, a história não começa em 64... Começa antes, porque a República Velha nunca deixou de tentar voltar.

US - E o senhor já estava em São Paulo em 64?

JCC - Eu já estava em Quitaúna, no grupo de elite da artilharia. Era o que tinha de mais moderno na

Então, a história não começa em 64... Começa antes, porque a República Velha nunca deixou de tentar voltar.

época. Quando 64 foi anunciado, entramos em prontidão imediatamente. Eu havia sido designado para patrulhar a estrada que seguia para a cidade de Itu, comandando um grupo de soldados... No entanto, o coronel Valter Guimarães ordenou-me que ficasse no quartel e lá ele decidiu que defenderia a legalidade. Diante da tropa perfilada, ele falou: “Quem está contra a minha ideia de legalidade, um passo à frente, esquerda volver... Se tivermos que lutar, vamos brigar aqui”. Ninguém se manifestou e, então, fomos deslocados para o centro de São Paulo, no Ibirapuera. Nossa unidade tinha militares com boa instrução e capacidade intelectual e aderimos à luta pela legalidade... Se marchássemos, iríamos em direção ao sul para aderir à resistência. São Paulo foi o fulcro da conspiração do golpe de 1964. Eu estou dizendo isso por ter visto o senador Auro de Moura Andrade, em um churrasco, e ele ter dito que “os sargentos que se calem”. Havia entre os revoltosos de 64 a ideia de que a indisciplina nas Forças Armadas estava tomando corpo entre os subordinados... E esse político estava em um churrasco de oficiais no quartel de Quitaú-

Nossa unidade tinha militares com boa instrução e capacidade intelectual e aderimos à luta pela legalidade... Se marchássemos, iríamos em direção ao sul para aderir à resistência.

na... Foi ele quem, depois, decretou vago o cargo de presidente da República. O que ele fazia lá? Ele conspirava! Meu nome foi para um inquérito de 63 por causa de um oficial, o coronel Cerqueira Cezar, que - antecipando o golpe - gostava de gritar com a tropa colocando a mão nas genitais... Ele gritava e passava o comando para mim. Em uma ocasião, ele passou um a um pelos soldados e dizia: “O sargento Cezar (meu nome de guerra) é um líder?” E ele mesmo respondia: “É um líder nato!” Ele mesmo me colocou nesse inquérito, que tratava de indisciplina entre os militares, dizendo que pelos meus dotes de liderança, respeito da tropa, era um elemento perigoso em condições de sublevar a guarnição de Quitaúna. Isso, antes de 31 de março de 64! Um juiz tomou esse inquérito, viu a observação do coronel Cezar e decretou a minha prisão preventiva. Tudo orquestrado... Eu

estava em casa com a minha família, quando chega um sargento gaúcho de Santa Maria, Odilon, e disse: “Vim te buscar...” Informou que havia sido decretada a prisão preventiva. Eu ainda protestei, porque era um sargento com menos tempo de serviço e não iria ser preso por um subordinado. Veio um oficial e eu o acompanhei até a presença do meu comandante. Ele me disse que nada tinha contra mim, mas que devia cumprir o mandado firmado pela auditoria militar. Eu fui então preso preventivamente com um monte de gente, antes do golpe. No começo de 64, depois de cumprir os 45 dias, passei a responder o processo em liberdade. Começaram a achar crime em tudo. Nos idos de março houve o julgamento. Catorze absolvidos. Fui absolvido por 5 a 0, o único absolvido por unanimidade. Não conseguiram achar nada contra mim. Treze ou catorze foram absolvidos por 4 a 1 e os demais, condenados (2 ou 3). Antes de acontecer a “Redentora”, eu ainda voltei ao quartel quando começou o burburinho em torno do Leonel Brizola e os discursos nas rádios. Eu, em um momento, ouvia um desses discursos e fui flagrado por um oficial: “Você ouvindo esse comunista!” E continuou gritando comigo... E eu perfilado. Não resisti e, diante de outros que estavam por ali, disse que nós, militares, juramos diante da bandeira nacional defender a lei, a ordem e a Constituição. Foi a minha desgraça.

US - Qual foi a acusação para a prisão?

JCC - Que era subversivo. A revolução foi feita para cassar os subversivos e corruptos, só que cassou apenas os subversivos... Corruptos eram meia dúzia, porque todos os corruptos aderiram. Aderiram e passaram a ser comprados.

US - Porque, na verdade, não tinha nenhuma alegação concreta sobre a questão da subversão, porque, no seu caso, o senhor nunca fez nada. Na verdade, o senhor só se posicionou pela legalidade.

JCC - Só pela legalidade.

US - Já era início de abril? Quando era isso?

JCC - Era princípio de abril, porque o golpe começou

na noite de 1º de abril. Depois do que eu falei para o oficial, fui colocado em um ônibus, preso. Tentei recorrer, mas meu comandante também foi preso. Fui enviado para o litoral e vi que estávamos indo para Santos. Logo chegamos a um prédio degradado, semidestruído, no Forte de Itaipu. A alimentação que nos foi dada era degradante.

US - Quantos foram presos com o senhor?

JCC - Nós éramos de vinte e cinco a trinta.

US - Eram todos sargentos ou tinha algum oficial?

JCC - Só sargentos. Daí a uns dias nos levaram para a base aérea de Santos e fomos colocados em um alojamento, com, mais ou menos, uns 200 sargentos e suboficiais. Até que um dia resolveram nos transferir para o navio Raul Soares.

US - Foram transferidos para um navio?

JCC - Fomos para o navio Raul Soares.

US - Raul Soares, que estava lá no litoral de Santos mesmo?

JCC - Esse navio estava encostado para ser desmontado, uma sucata. Quando chegamos ao navio, fomos para o porão. Os coturnos afundavam no BHC, pó de gafanhoto. Tinha ratos secos, mortos, bem grandes. Sentíamos o cheiro daquela imundice, do BHC. A gente subia para o convés para o almoço e para o banho de sol. A marinha cuidava da vigilância e também a polícia marítima e aérea, que hoje é um braço da polícia federal. Um dia, descobri uns alfinetes e fizemos ganchinhos e do colchão arrumamos uns cordõezinhos. Pedimos para o cozinheiro arrumar uns pedacinhos de queijo. Começamos a pegar peixe pela escotilha, de noite. Pegamos um punhado de bagre, demos para o cozinheiro e ele fritava. Aconteceu que tentaram movimentar o navio várias vezes e o navio começou a fazer água. Nos perguntávamos as razões de quererem fazer navegar. Achamos que alguma coisa iria acontecer. Não deu para navegar e encostaram o navio no mangue.

Eu era 2º sargento no
Batalhão de Artilharia Antiaérea,
em Quitaúna (Osasco, SP),
lá na chamada fazenda Quitaúna,
na Rodovia Raposo Tavares.

Julio Cezar Colvero



US - Uma coisa que eu não lhe perguntei nessa época de 1964: que idade o senhor tinha?

JCC - Eu, em 1964, tinha 29 anos.

US - O senhor era o segundo sargento e tinha vinte anos?

JCC - Eu era o segundo sargento em 1964 já há oito anos.

US - E quanto tempo vocês ficaram lá no navio?

JCC - Não me recordo bem. Um dia, chegou um oficial, 1º tenente, e nos colocou numa barca chamada Thyrso Martins. Fomos em direção ao cais e ele disse: “Podem desembarcar”. Ninguém se mexeu. Tínhamos medo. Eu vi que tinha uma câmera, da TV Tupi. Eu me dirigi a ela, caminhando para lá e olhando. Eu sabia que as minhas crianças viam desenhos animados em casa. Deu certo, elas me viram. E quando minha esposa viu aquilo acontecendo, arregimentou o mulhério e foi me procurar, percorrendo todos os quartéis em Santos. Só que eu estava no Guarujá, no Forte dos Andradas, cujo comandante era o major Erasmo Dias.



Batalhão de Artilharia Antiaérea, Quitaúna (Osasco, SP)

US - O Erasmo Dias?

JCC - Foi de vereador a deputado de São Paulo. Rígido, nos recebeu, deu as diretrizes e perguntou: “E os comunistas daqui?” E eu disse: “Aqui ninguém é comunista. Nós somos todos militares e vamos cumprir com as nossas obrigações”. E ele falou: “Assim eu espero”. Ele nos deu tarefas e passamos a trabalhar dentro do quartel como se nada tivesse acontecido. Alimentação de primeira categoria, fatura. No fim de semana ele deixava-nos ir para casa, em São Paulo. Deixou ainda que minha família morasse próximo do Forte. Passei a dormir em uma casa alugada, junto da família. De manhã, eu me apresentava no quartel.

US - Vocês inicialmente ficaram presos por quarenta e cinco dias e foram liberados naquele Natal, de 1963 para 1964, depois do golpe, e então foram presos? Mas aí, não houve nenhum tipo de julgamento?

JCC - Não houve julgamento. Diziam que estávamos presos por incompetência. Mas estava preso conosco o sargento Onofre Pinto, da vanguarda revolucionária, que depois jogou uma camionete no prédio do QG do II Exército, que matou o soldado Kozel. Ele acabou sendo morto a pancada no Recife. Ele havia sido vítima da ação do delator cabo Anselmo. No final das contas, o governo decidiu que os militares que estavam com mais de 10 anos de serviço seriam reformados e os que tivessem menos seriam expulsos. Tinha 14 anos de serviço, fui reformado e posto em liberdade. Tive que trabalhar muito para poder sustentar minha família. Com a anistia, eu encaminhei todas as alterações em minha folha de serviço e fui promovido. Era um anistiado político.

US - O senhor foi promovido a major, quando é que aconteceu isso?

JCC - Faz uns três ou quatro anos.

US - Foi em 2010?

JCC - Capitão com os proventos do major.

US - O que eu quero entender é o seguinte: depois que ali o senhor ficou preso e o senhor foi colocado para reserva, como tantos outros, o senhor veio para o Rio Grande do Sul? E qual era a alegação afinal de sua prisão? Porque eram subversivos?

JCC - Subversivos.

US - Ao ganhar a liberdade, trabalhava no quê?

JCC - Vendendo no meio da rua, cobrador de várias entidades. Até cuspidas eu levei, porque não queriam pagar.

US - Isso já mais ou menos em 1965, quando o senhor veio para cá (Santa Maria, RS)?

JCC - Era março de 1965.

US - Eles, as altas patentes, viam os sargentos como uma ameaça e como movimento político?

JCC - Sim, porque os sargentos seriam suscetíveis de serem mobilizados. Porque era crime serem intelectualizados, eles achavam que todos eram analfabetos, burros e que não pensavam. Tanto é que nossa formação na escola de sargentos das armas dizia: o sargento é um executante de escolta.

US - Após aqueles tempos difíceis que passou em Santa Maria, como vendedor e cobrador, o senhor fez faculdade até chegar à universidade?

JCC - De 1965 para cá, todos os meus filhos, inclusive o que nasceu depois, em 1966, ficaram com problemas psiquiátricos; um é irreversível e já passou dezoito vezes no hospital psiquiátrico.

US - O senhor faz relação direta com os problemas que vivenciou? São quantos filhos?

JCC - Sim, faço relação direta, tanto é que tenho que ajudar todos eles, porque estão todos desempregados. Tenho cinco filhos, quatro genéticos e um adotivo, que é o melhor filho que tenho. Esse adotivo trabalha.

US - Faltou só concluir a parte da universidade. Como é que o senhor se aproximou da academia?

JCC - No 1º e 2º ano eu não pude estudar, porque estava muito doente. Mandeí pedir meus documentos e me matriculei porque eu já estava no 2º clássico e houve o golpe, e perdi tudo. Eu já tinha feito o 1º e me matriculei no Maneco para concluir o 2º grau. Em 1969, fiz vestibular para administração. Tinha 30 vagas e eu tirei 13º lugar. Fui denunciado por um colega meu, sem mais nem menos, mas tive apoio de professores e não praticava política. Naquela época, qualquer denúncia podia te colocar para fora. Nesse período, eu era assessor do diretório acadêmico de administração, cargo de confiança da diretoria. Fui, depois de formado em 72, indicado como professor e nomeado, depois de fazer concurso público, em 1974.

US - Nessa época ainda existia muita indicação na universidade?

JCC - Entrou muita gente, antes e depois de mim, por indicação. **US**

A revolução foi feita para cassar os subversivos e corruptos, só que cassou apenas os subversivos... Corruptos eram meia dúzia, porque todos os corruptos aderiram. Aderiram e passaram a ser comprados.

Lugar da universidade – construção do livre pensar?

Karen Nunes Montes D'Oca

Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

E-mail: karennunesdooca@gmail.com

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Doutora em Psicologia

Professora do PPG em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

E-mail: scarparo@puccrs.br

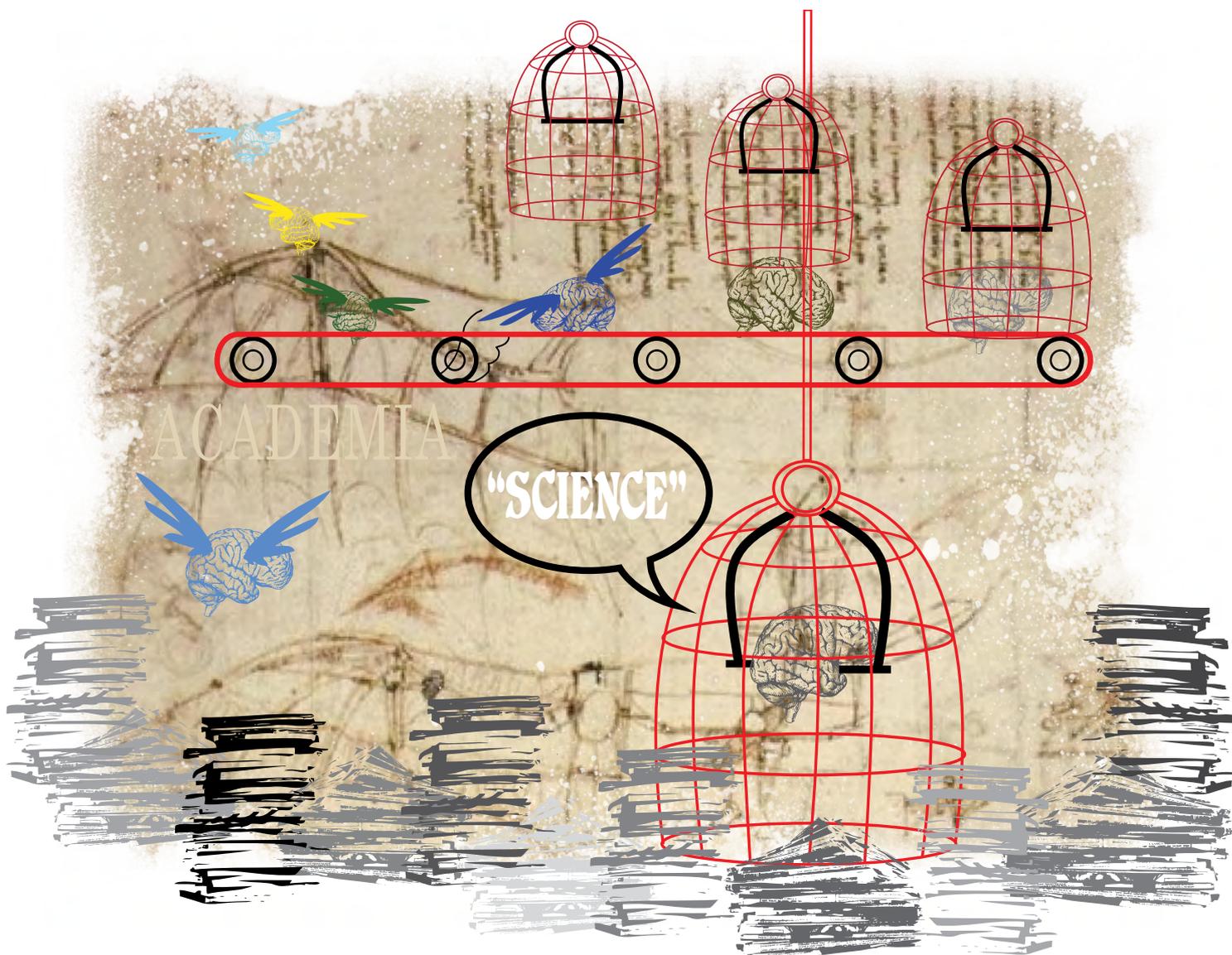
Resumo: Marcado pelos fenômenos do tecnicismo, da empresarização, do produtivismo e da internacionalização, o discurso predominante associado ao desenvolvimento científico pode ter como efeito práticas acadêmicas que compõem noções de ciência e critérios de cientificidade amparados nas perspectivas da neutralidade e da objetividade, o que implica em processos de naturalização. Partimos do pressuposto de que o desenvolvimento científico é fruto de uma construção social e, logo, não é só um fato, mas um fato carregado de valor que reflete uma visão de mundo, evidencia uma ideologia e revela as marcas do contexto histórico no qual se inscreve. Ao longo deste ensaio buscar-se-á problematizar o discurso do desenvolvimento científico neutro e objetivo e seus efeitos na construção do conhecimento acadêmico brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo Científico. Construção Social. Práticas Acadêmicas.

O livro *Ciência em ação*, de Latour (2000), nos mostra que fazer ciência consiste em um processo de negociação entre conteúdo e contexto. Na medida em que as decisões metodológicas da racionalidade científica estão comprometidas por controversas decisões da racionalidade técnica contextual que envolve “financiamento”, “prazos”, “divulgação”, “reconhecimento” e “currículo”, entre outros. Nessa esteira, a produção do conhecimento seria engen-

drada em uma contínua negociação entre essas duas racionalidades. Entretanto, Latour parece estar convencido, assim como nós, de que na maioria das vezes o contexto é o que mais “pesa” na produção do conhecimento. Acreditando nessa importância, nos dedicamos neste ensaio a analisar criticamente o atual contexto da produção de conhecimento na Pós-Graduação brasileira.

No Brasil, vivemos tempos acadêmicos nos quais



a comunicação entre os professores-pesquisadores e a veiculação de seus estudos ocorre precipuamente através da publicação em periódicos científicos. A razão para a preferência em se publicar em periódicos, bem mais do que em livros, reside no fato de que os artigos científicos tornaram-se veículos de comunicação que ocupam uma posição de centralidade nas políticas nacionais de Pós-Graduação. Além disso, a veiculação das ideias deve ser mais rápida numa revista do que na editoração de um livro. Isso responde à cultura de urgência que caracteriza as relações sociais contemporâneas e que estão presentes, evidentemente, na academia.

A publicação de pesquisas feitas na Pós-Graduação em periódicos científicos tem sido incentivada e valorizada pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) do governo brasileiro desde o III Plano Nacional de Pós-Graduação¹ na década de 1980 (KUENZER; MORAES, 2005), sobretudo mediante

a ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, doravante CAPES. Desde essa época, houve um “verdadeiro surto produtivista” (KUENZER; MORAES, 2005, p. 1348) como consequência da exigência à publicação em artigos. Entretanto, como efeito da pressão quantitavista à publicação, ocorreu uma banalização da produção, pois a importância se deslocou do conteúdo da produção para a quantidade de produtos (KUENZER; MORAES, 2005).

Essas políticas, iniciadas na década de 1980, de fomento à pesquisa na Pós-Graduação tinham como único critério (de qualidade) a quantidade da produção acadêmica. Com o processo de avaliação dos efeitos dessas políticas, que resultaram no aumento exponencial da quantidade de publicações, foi necessário criar outro critério que não fosse a quantidade, uma vez que esta já tinha sido alcançada. Esse crescimento da produção acadêmica é mostrado na ma-

téria publicada por Tancredi (2008), no site do MEC. Nela é mencionado o pronunciamento do então presidente da CAPES, Jorge Guimarães, que aponta que de 1981 a 2006 a produção acadêmico-científica do Brasil multiplicou por nove, enquanto a do mundo apenas dobrou.

Após o fomento da quantidade, mostrou-se necessário o aprimoramento dos critérios de avaliação da produção acadêmica em periódicos científicos. Em decorrência disso, os representantes formais de cada área do conhecimento desenvolveram critérios qualitativos para os periódicos. Assim, a CAPES criou o *Qualis* periódicos, o qual consiste em um conjunto de critérios que visa a aferir a qualificação da produção acadêmico-científica, tanto docente como discente, a partir do relatório que os PPGs enviam à CAPES (COSTA; YAMAMOTO, 2008). Os critérios *Qualis* de avaliação utilizados pela CAPES foram, portanto, se modificando tendo em vista critérios de excelência pautados na internacionalização do conhecimento produzido nacionalmente (COSTA; YAMAMOTO, 2008).

Fazer ciência é realizar ações que valorizam alguns discursos e ocultam outros. Não é um ato neutro. Fazer ciência não é descobrir verdades absolutamente objetivas e, logo, independentes do sujeito cognoscente. Ademais, não é um ato ahistórico, sequer apolítico. Do nosso ponto de vista, fazer ciência é construir discursos, é criar realidades, é ter posicionamentos ideológicos e morais.

Essa “História oficial” das políticas na Pós-Graduação brasileira consiste em um encadeamento de fatos e acontecimentos que ocorrem em uma lógica linear de tempo e espaço. Isso nos mostra o quanto o discurso do desenvolvimento científico imprime na linguagem o sentido de necessidade e, ao mesmo tempo, realça uma performance de evolução e inovação, instaurando, assim, um fazer científico que se naturaliza e é apreendido/percebido/tido como uma espécie de naturalização do fazer científico, ou seja, um saber científico que vê como algo inerente, inquestionável e incontornável cumprir metas, publicar internacionalmente e, preferencialmente, em inglês, ter contatos na Europa e nos Estados Unidos, pesquisar e escrever pelo rigor do método, produzir

artigos buscando alto fator de impacto em bases de dados internacionais.

Seguindo essa lógica, o discurso do desenvolvimento científico naturaliza as normatizações das políticas de pesquisa pela racionalização de fazeres arbitrários, pois utiliza uma linguagem que busca permanentemente instituir a norma e ignorar outros modos de fazer ciência. Assim sendo, a “História oficial”, que escreve o progresso acadêmico-científico brasileiro, inscreve, ao mesmo tempo, uma verdade que, ao normatizar e racionalizar fazeres, naturaliza processos avaliativos e discrimina tudo o que escapa ao que é instituído como normal e/ou racional e, conseqüentemente, o que foge ao naturalmente instituído pelas políticas de pesquisa. Dessa forma, a “História oficial” produz processos de apagamento de memórias de produções que diferem dessa perspectiva, o que não contribui com a necessidade de diversidade que caracteriza a produção do conhecimento.

No entanto, embora o discurso do desenvolvimento científico naturalize, mediante normatizações, uma série de fatos, não se pode perder de vista que a “História oficial” do fazer científico não é apenas a história dos fatos, mas, também, a história dos valores. É verdade que fazer ciência, escrever e publicar consiste em um ato, mas não só em um ato. Fazer tudo isso consiste em um ato carregado de valor (GERGEN; GERGEN, 2010). Fazer ciência é realizar ações que valorizam alguns discursos e ocultam outros. Não é um ato neutro. Fazer ciência não é descobrir verdades absolutamente objetivas e, logo, independentes do sujeito cognoscente. Ademais, não é um ato ahistórico, sequer apolítico. Do nosso ponto de vista, fazer ciência é construir discursos, é criar realidades, é ter posicionamentos ideológicos e morais. O saber não é algo que está na nossa cabeça, mas algo que também está nas relações sociais e que, portanto, é produto de uma construção social (GERGEN, 2009). Assim, o discurso do desenvolvimento científico é apenas “uma das linguagens” possíveis do conhecimento, não “a linguagem” e, conseqüentemente, não é um discurso inquestionável – por supostamente ser natural e, logo, isento de valores –, uma vez que se constitui em um discurso que é uma construção social.

Porém, há um problema no fato de o discurso do desenvolvimento científico se constituir “na linguagem” do conhecimento (e não em “uma das linguagens”) e instituir seus critérios de cientificidade como naturais “fazer científicos” que indiscutivelmente são carregados de valor e produtos de construções sociais e de visões de mundo que têm por detrás de si ideologia e historicidade. Esse problema diz respeito ao cerceamento da possibilidade do livre pensar acadêmico-científico. No entanto, para entender esse problema, é preciso refletir detidamente sobre o atual discurso do desenvolvimento científico, a fim de se desnaturalizar a verdade dos fatos, pois somente mediante a desmitificação do fenômeno da naturalização do conhecimento científico é que se torna possível o livre pensar acadêmico-científico.

Para realizar o exercício de reflexão aqui proposto, consideramos ser o ensaio o melhor modo de expressão, pois para se desnaturalizar a construção da verdade dos fatos e as políticas de pesquisa que nos impõem precisamos romper com a linguagem do conformismo acadêmico e do método. De fato, na medida em que propõem um “pensar de outro modo”, por meio do trabalho com as palavras, o ensaio nos ajuda a problematizar as políticas de verdade do mundo acadêmico, as quais são visibilizadas pelas políticas de linguagem que impõem determinados modos de produção e de escrita. O ensaio, então, não se submete a pensar pela verdade dos fatos, pois, como um gênero de escrita reflexivo, não deseja postular certezas sobre o mundo, mas, sim, problematizar as certezas do mundo. Para problematizá-las, o ensaio rompe com “a linguagem” da verdade do conhecimento na medida em que mistura pensamentos e conhecimentos, rompe com a linguagem da certeza acadêmica. Dessa forma, a escrita e a pesquisa são formas de encontrar-se com o inusitado e o diferente, por isso mescla conhecimentos e pensamentos. A partir dessa concepção de escrita, é importante indagar o que as políticas de Pós-Graduação brasileiras privilegiam e o que proíbem (LARROSA, 2003).

A linguagem da produção acadêmica é, pois, um ponto de partida útil para que se contate e se problematize os sentidos produzidos acerca do discurso do desenvolvimento científico e dos critérios de cientificidade. Tais discursos sugerem uma linguagem

objetiva, impessoal e dotada de rigor metodológico (TRESNIAK; KOLLER, 2009). O texto científico é tomado como algo que precisa ter um delineamento rigoroso e minuciosamente descrito, que aborde potencialidades e limitações, a fim de que a pesquisa possa ser replicada. Assim, se pensarmos com esses autores, a produção acadêmica que não seguir “o padrão” pode ser qualquer outra coisa, menos ciência. Entretanto, é pertinente lembrar que o modelo de linguagem científica é oriundo do ensaio *O discurso do método*, que o pensador moderno René Descartes (1596-1650) fez sobre o método, ou seja, o “método” científico é a fossilização de um texto ensaístico que se baseava em um livre pensar (LARROSA, 2003). Descartes, à sua época, foi um inovador, um crítico, que ousou discordar e pensar diferente. E não só isso, que ousou escrever em língua vulgar - francês - em uma época em que o latim ainda era a língua oficial para se fazer filosofia e ciência (DESCARTES, 2005).

No entanto, soa contraditório pensarmos que questionar os padrões e inovar não sejam qualidades apreciadas por um pesquisador atualmente. Nesse sentido, a produção acadêmica que privilegia a pa-

Do nosso ponto de vista, o valor da produção do conhecimento está no seu potencial de transformação social, ou seja, o pesquisador tem um compromisso com a sociedade e não com a padronização do conhecimento.

dronização da escrita restringe a diversidade do pensar e, conseqüentemente, a inovação, uma vez que as políticas, ao valorizarem uma forma de entendimento de qualidade de publicação e de escrita, acabam por excluir outras (GERGEN, 2009). Além disso, ao privilegiar apenas um modo de expressar o conhecimento dito científico, a produção acadêmica afeita à padronização não oportuniza a criação de outros modos de compreensão da sociedade e, conseqüentemente, não oportuniza a transformação social.

Do nosso ponto de vista, o valor da produção do conhecimento está no seu potencial de transformação social, ou seja, o pesquisador tem um compromisso com a sociedade e não com a padronização do conhecimento. Assim, o significado de inovação não pode ser compreendido como mera acumula-

ção de conhecimento padronizado e cada vez mais especializado, mas deve ser tomado pelo seu caráter inovador no sentido de ruptura com as “conformidades” históricas e culturais. Adotamos a perspectiva que, especificamente na Psicologia Social, entende o processo de pesquisa como prática social, pois é, ao mesmo tempo, produto e produtor de linguagens sociais. Na medida em que a pesquisa não está isolada, ela se compõe na relação entre as linguagens das comunidades científicas e das comunidades “em geral”, mas também se compõe na relação com o contexto histórico-político. Dessa forma, a única característica estável e intrínseca no processo de pesquisa é seu caráter dinâmico.

Nesse sentido, entendemos que não há transformação social que não seja, ao mesmo tempo, uma transformação na linguagem (GERGEN, 2009; LARROSA, 2003). Assim, as políticas que cerceiam as possibilidades de escrever “de outro modo” valorizam o *status quo* da sociedade e quem se beneficia

Assim, as políticas que cerceiam as possibilidades de escrever “de outro modo” valorizam o *status quo* da sociedade e quem se beneficia com a manutenção do *status quo*, pois, ao limitarem o processo de pesquisa a produções padronizadas e avaliadas por critérios ditos científicos, não só cerceiam a liberdade e o potencial crítico do pesquisador como submetem todo e qualquer “problema social” a um rigor metodológico dito “neutro”.

com a manutenção do *status quo*, pois, ao limitarem o processo de pesquisa a produções padronizadas e avaliadas por critérios ditos científicos, não só cerceiam a liberdade e o potencial crítico do pesquisador como submetem todo e qualquer “problema social” a um rigor metodológico dito “neutro”. Como nos lembra Gergen (2009), essas práticas sociais ditas científicas, que utilizam o método empírico como se “fosse algum tipo de moedor de carne no qual se produziria a verdade como salsichas” (p. 316), estão comprometidas com uma verdade que visa, especialmente no caso da Psicologia Social, ao controle social e, conseqüentemente, à manutenção do *status quo* social. Dessa forma, quando as linguagens científicas

falam em “inovação” e “progresso”, falam em *status quo* social (GERGEN; GERGEN, 2010).

Além de restringir o livre pensar, a linguagem da ciência revela uma comunicação voltada à criação e discussão de termos especializados em periódicos científicos, à medida que sofisticam e elitizam a linguagem científica. Dessa forma, desprestigiam linguagens e tipos de comunicação que aproximam o saber popular e acadêmico. Entretanto, convém esclarecer que não estamos defendendo o que a CAPES denomina “inserção social”, pois esse termo consiste na continuidade da predominância e superioridade do saber técnico sobre o cotidiano; com isso, poderíamos dizer que “inserção social” é um novo termo para a “pesquisa aplicada”². No entanto, o desprestígio não se restringe apenas à aproximação do saber acadêmico e popular, mas também à presença da subjetividade do pesquisador em seu texto, desprezando qualquer tipo de posicionamento pessoal (colocações pessoais, desejos, prazeres e revoltas) que os padrões de neutralidade científica não contemplem como “neutro”. Todas essas limitações produzem textos estéreis e difíceis de entender até mesmo para quem pertence à comunidade científica, quando não são maçantes e complexos (GERGEN; GERGEN, 2010).

Restritas às normatizações típicas da ciência, a impessoalidade e a falta de comunicação dos saberes acadêmico e popular produzem uma linguagem cada vez mais técnica e identificada com a cultura empresarial, na medida em que, seguindo a academia um ritmo de produção fordista, a busca acadêmica pelo único é tomada como algo diferente e inferior da busca administrativa pelo excelente. Nessa esteira, “não espanta que as decisões sejam tomadas de modo totalmente alienado dos árduos detalhes do real, do ‘trabalho miserável e sujo’ dos estudiosos individuais, dedicados a esmiuçar aquilo de que é feito o objeto de sua disciplina” (WATERS, 2006, p. 45-46). Tampouco espanta que inclusive os seres humanos sejam eliminados do âmbito cognitivo e que as únicas soluções sérias para os problemas enfrentados pelos indivíduos e pela sociedade sejam as soluções técnicas, sejam as soluções cuja linguagem reflete os modos de falar da elite administrativa da empresa fordista³ e o triunfo da ética do profissionalismo (WATERS, 2006).

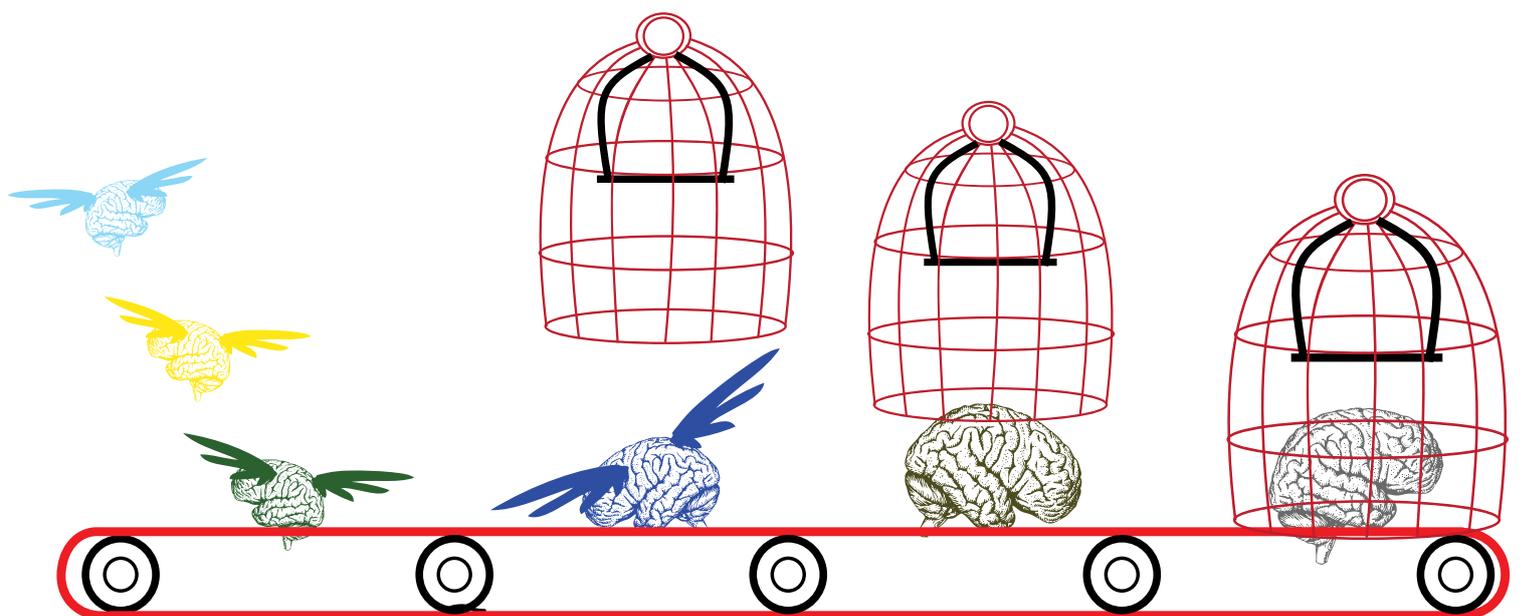
No tecnicismo da linguagem que é fruto das normatizações, da intenção de impessoalidade e da comunicação que exclui a grande parcela da sociedade, a teoria, que se supõe ser destinada a esclarecer, torna-se um meio para obscurecê-las. Segundo Waters, isso ocorre “quando a linguagem teórica é empregada como uma insígnia de quem pertence a um clube e como meio de excluir os *polloi* [plebeus]” (WATERS, 2006, p. 46). Os pertencentes ao clube, que são senão os empresários acadêmicos, usam palavras para se separar dos que não são profissionais e não entram no “clube” (WATERS, 2006, p. 46). Assim, os empresários acadêmicos, dotados pela ética do profissionalismo, produzem soluções técnicas que são entendidas, quando muito, pela autodenominada comunidade científica.

Voltados para a aplicação da técnica, esses empresários acadêmicos, por outro lado, encontram-se reféns de uma lógica que eles próprios criam ao tomar a academia como um negócio (*business*). Ao focarem as práticas de Pós-Graduação na mercantilização da produção acadêmico-científica, criam um ambiente acadêmico empresarial e abdicam do exercício crítico intelectual. Esse fenômeno, que vemos ocorrer no Brasil e que nos diz muito sobre a atual situação acadêmica nacional, ocorreu de modo semelhante nos Estados Unidos, na década de 1960. Quem nar-

ra esse fenômeno são os pesquisadores Bianchetti e Zuin (2012). Segundo esses autores, nos Estados Unidos desse período, os intelectuais voltaram-se para dentro dos *campi* universitários e para o interior dos departamentos, preocuparam-se em cuidar do currículo e de suas publicações, endereçadas apenas à ambiência acadêmica, e em zelar pelos seus salários. Isso os fez perderem a ousadia e a autonomia intelectuais e, conseqüentemente, os fez tornarem-se especialistas e burocratas, bem como repetitivos em suas falas e publicações.

Mergulhados na técnica, na especificização e na burocracia e preocupados em não perecer na “selva empresarial” que se tornou a academia, os intelectuais voltados para a carreira universitária no âmbito da Pós-Graduação assumiram como imperativo a máxima “Publique ou pereça!” e passaram a se dedicar a um produtivismo acadêmico exacerbado que fez arrefecer de forma inaudita o potencial crítico de seus escritos (BIANCHETTI; ZUIN, 2012), sobretudo porque na lógica produtivista deve-se sempre produzir muito em pouco tempo (BIANCHETTI; MACHADO, 2009).

De outra parte, no entanto, os intelectuais que, pelo seu próprio potencial crítico, não abriram mão de sua potencialidade intelectual e não cederam à pressão de entrar no clube nem de se tornarem em-



presários acadêmicos foram, paradoxalmente, relegados a uma situação de quase marginalidade acadêmica. Dessa forma, os intelectuais que não abdicam de ser críticos e resistem à tecnocracia do “universo acadêmico” têm menos valor como “moeda” acadêmica porque não se rendem frente aos ditames científicos (COIMBRA, 2004). De fato, “num mundo de modernidade instrumental, o intelectual é, por seus arranjos textuais, por suas construções teóricas, por seu apreço à meticulosa pesquisa, à análise reflexiva e à preocupação humanística formadora, um *déplacé*” (BITTAR, 2009, p. 394).

Os intelectuais que pensam as formas de emancipação social, no limite, correm atrás dos prejuízos deixados pelos rastros de predominância da razão instrumental na vida social. Seu exercício é não somente enfadonho, como o é o trabalho de Sísifo, agravado pelo fato de sua tarefa ser considerada uma tarefa social *incômoda*; demonstra o que ninguém quer ver. Por isso, os intelectuais críticos são deslocados para um cenário de obscuridade, pois o incômodo que provocam é o de tentar manter acesa a perspectiva da continuidade de busca de ideais incubados e recalçados, não realizados, na vida moderna (BITTAR, 2009, p. 394).

O ponto importante para o produtivismo não é a relevância/ impacto social, não é o exercício de uma intelectualidade na qual subjaz um autêntico potencial crítico e tampouco o conteúdo do que é dito nos artigos, mas a quantidade de veículos (periódicos) nos quais se diz algo e, sobretudo, a quantidade de indexações do veículo em que se publicou (CASTIEL; SANZ-VALERO; MEL-CYTED, 2007).

Não obstante, além da perda do potencial de crítica (ou da impossibilidade temporal de elaborá-la), o produtivismo acadêmico exacerbado e empresarial trouxe consigo, por um lado, uma produção de conhecimento que tem pouco impacto social e, por outro lado, uma produção acadêmico-científica que extrapola os limites do eticamente aceitável. Esses dois problemas são relatados por Castiel, Sanz-Valero e Mel-CYTED (2007). Referindo-se ao problema do baixo impacto acadêmico-social das publicações em artigos científicos, esses autores apontam que há uma estimativa de que 50% dos artigos produzidos nas

ciências sociais jamais serão citados, bem como que o crescimento quantitativo de publicações na área de saúde pública parece não acarretar na melhoria na qualidade de saúde da população. Nesse sentido, reiteramos que o produtivismo acadêmico, além de produzir um conhecimento esvaziado de comprometimento com a transformação social, também gera tantos artigos que se torna difícil manter-se “atualizado” frente a um mar de informações, sem contar a difícil tarefa de encontrar produções que tragam contribuições significativas para o trabalho de investigação.

Já se referindo ao problema da produção de conhecimento que extrapola os limites da ética, Castiel, Sanz-Valero e Mel-CYTED (2007) apontam que há uma espécie de naturalização de diversos procedimentos fraudulentos oriundos do “publicacionismo” e do “citacionismo”, que são vistos como uma forma de gerenciamento do currículo. Os autores citam, dentre outros, procedimentos como plágio, plágio de si mesmo, aumento de autores por artigo, troca de favores pela citação de colegas que retribuem com citações em seus textos, uso de referências sem consulta aos textos citados e fatiamento de resultados para que suas pesquisas rendam mais artigos. Para Castiel, Sanz-Valero e Mel-CYTED (2007), a lista de possibilidades de burlas (ou de gerenciamento de currículo) é algo que parece não ter fim e que encontra a sua justificativa na base da máxima “Publique ou pereça!”.

Frente a tudo isso, a conclusão subjacente é de que os artigos tornaram-se uma espécie de moeda de troca no âmbito acadêmico científico. Para se incluir um artigo no currículo se faz o que for preciso e se abre mão inclusive de se produzir algo que tenha alguma relevância ou impacto social. O ponto importante para o produtivismo não é a relevância/ impacto social, não é o exercício de uma intelectualidade na qual subjaz um autêntico potencial crítico e tampouco o conteúdo do que é dito nos artigos, mas a quantidade de veículos (periódicos) nos quais se diz algo e, sobretudo, a quantidade de indexações do veículo em que se publicou (CASTIEL; SANZ-VALERO; MEL-CYTED, 2007).

Por ser a moeda de troca do produtivismo, os artigos são também, obviamente, o produto de todo e qualquer empreendimento acadêmico, assim como o lucro e a acumulação são os produtos do sistema

capitalista. De fato, segundo aponta Katchburian (2008), o produtivismo acadêmico revela um modo de produção em que todo o projeto de pesquisa em Pós-Graduação deve gerar um produto, que, no caso das atuais políticas acadêmicas, é desejável que seja um artigo. Dessa forma, segundo a crítica provocativa elaborada por Katchburian (2008), em “Publish or perish”, na qual compara os projetos dos grupos de pesquisa com a linha de montagem de uma fábrica, os artigos, assim como os produtos da fábrica são serializados, consistem em pilha de papel com o nome escrito, resultando em produções que “regurgitam argumentos e citações” e engessam as ideias em referenciais teóricos, os quais tornam os grupos de pesquisa uma instituição feudal (LEMOS, 2005).

Como não poderia ser diferente, o não perecimento dos intelectuais que se curvam ao produtivismo passa, inevitavelmente, pela internacionalização das trajetórias e contatos acadêmicos e, é claro, pela internacionalização dos próprios artigos publicados em periódicos científicos. Em poucas palavras, por internacionalização se quer denominar o fenômeno da globalização acadêmico-científica e, em termos bem práticos, ações como realizar intercâmbios unilaterais, publicar artigos em inglês, publicar em periódicos que são indexados em bases de dados internacionais (como ISI), e, evidentemente, ser citado nessas bases, e daí, pois, o interesse em publicar em periódicos nelas indexados.

Esse cenário de internacionalização é bem explicado por Castiel, Sanz-Valero e Mel-CYTED (2007), que apontam que a grande maioria das revistas de prestígio acadêmico veicula publicações em língua inglesa, as quais se encontram nos Estados Unidos e Comunidade Europeia, contextos em que a produção científica (do modelo produtivista) é mais desenvolvida. Evidentemente, uma vez que é nesses contextos que supostamente se faz “ciência de verdade”, a visibilidade acadêmica dos intelectuais brasileiros tem de passar necessariamente pela visibilidade em âmbito internacional, o que quer dizer que a eficiência da produção científico-acadêmica brasileira está não só em produzir muito, mas em fazê-lo em inglês a fim de se inscrever o nome em um centro de pesquisa de prestígio, após ter, é claro, feito um intercâmbio ou um doutorado em um grande centro.

Não devemos nos enganar, no entanto, e pensar que a internacionalização é sinônimo de insuspeita e inquestionável superioridade e excelência acadêmicas da parte dos centros intelectuais que naturalmente, hoje em dia, tomamos como referência. Embora o discurso do desenvolvimento científico apresente a internacionalização como um fenômeno natural e, logo, como incontornável e inquestionável, também a internacionalização é uma construção social, é fruto de uma linguagem de fazer ciência, não da linguagem (única, natural, inquestionável...). Essa construção tem como fato gerador o capitalismo e o fenômeno consequente da globalização, a qual, diferentemente do que à primeira vista pensamos, não atinge só os setores político e econômico, mas também o campo acadêmico-científico. Fundamentalmente, conforme explica Goergen (2012), a internacionalização ocorre em uma perspectiva que vai de fora para dentro e, em outra, que vai de dentro para fora, ou seja, a partir de pressões internacionais em cima dos estados nacionais e, em um segundo momento, a partir de uma cedência destes às pressões daqueles, a fim, é claro, de aderir à internacionalização e evitar o isolamento.

Não devemos nos enganar, no entanto, e pensar que a internacionalização é sinônimo de insuspeita e inquestionável superioridade e excelência acadêmicas da parte dos centros intelectuais que naturalmente, hoje em dia, tomamos como referência.

Segundo Goergen, a pressão internacional se dá na medida em que “as forças supranacionais, guiadas pelos imperativos econômicos, interferem, a partir de fora mediante estratégias diretas ou indiretas de influência nos sistemas nacionais, visando moldá-los aos seus interesses” (2012, p. 253). Nesse caso, a internacionalização é entendida como reflexo da aplicação de um conjunto de dispositivos predominantemente econômicos a serviço da ordem econômica internacional, visando antes de tudo à manutenção do sistema capitalista mundial (GOERGEN, 2012).

Já o que denominamos de cedência e que Goergen chama adesão ocorre quando o próprio interesse nacional de modernização e de assunção a padrões internacionais de políticas educacionais se torna o

fator responsável pela abertura do país às exigências internacionais. Nesse caso, “a internacionalização é vista como um reflexo da cultura ocidental, baseada cognitivamente no conjunto particular de valores e estratégias político-econômicas (não puramente econômicas) que penetram todas as regiões da vida moderna e assim também os sistemas educacionais” (GOERGEN, 2012, p. 253).

Nesse cenário de globalização acadêmico-científica, os PPGs brasileiros pressionam seus professores-pesquisadores para que publiquem internacionalmente enquanto os periódicos nacionais trabalham para se tornar cada vez mais internacionais, a fim de não perecerem nacionalmente e capturem autores qualificados e, se possível, estrangeiros. E tudo isso, segundo Diniz (2011), para sermos reconhecidos como relevantes para os autores brasileiros, afinal, segundo a lógica da internacionalização, quem quer notoriedade nacional deve procurar ser relevante para os autores estrangeiros.

A preocupação em tornar-se internacional fica manifesta num estudo feito por Tudge e Freitas (2012). Comparando um periódico de referência nacional com um importante periódico dos EUA, Tudge e Freitas notaram que os autores norte-americanos

Como fica evidente a partir desses dados, a internacionalização tem um claro caráter unilateral. A internacionalização é um fenômeno que se impõe aos terceiro-mundistas, aos que não são tão desenvolvidos acadêmica e cientificamente e que devem, portanto, a fim de não perecer, adotar a linguagem utilizada pelos pesquisadores dos países mais desenvolvidos.

não citam autores que não escrevem em inglês e que não são do círculo anglófono e nem publicam em periódicos não-anglófonos. De outra parte, os autores nacionais (brasileiros) têm em sua agenda citar autores de língua inglesa, muito mais frequentemente do que autores lusófonos. A partir dessa constatação, Tudge e Freitas concluem que os estudos norte-americanos se espalham muito mais amplamente para o Brasil do que os brasileiros naquele país. A justificativa para isso reside no fato de que os estudiosos norte-americanos rotineiramente acham que os melhores

periódicos para publicarem seus artigos são aqueles que são os mais prestigiados nos Estados Unidos.

Paradoxalmente, no entanto, a mesma conclusão a que chegam os autores norte-americanos quanto à qualidade de seus periódicos é compartilhada com os autores nacionais, que igualmente concebem que os periódicos mais prestigiados nos Estados Unidos são os melhores, dado que é confirmado a partir do *Qualis* periódicos da CAPES, que aponta que dos 40 periódicos mais prestigiados na área de Psicologia (em 2009), 36 são norte-americanos ou britânicos e apenas dois são brasileiros (TUDGE; FREITAS, 2012).

Como fica evidente a partir desses dados, a internacionalização tem um claro caráter unilateral. A internacionalização é um fenômeno que se impõe aos terceiro-mundistas, aos que não são tão desenvolvidos acadêmica e cientificamente e que devem, portanto, a fim de não perecer, adotar a linguagem utilizada pelos pesquisadores dos países mais desenvolvidos. Assim, seja a internacionalização entendida como pressão internacional ou como cedência nacional, ela reforça a ideia de dependência em relação aos países “abastados” e superiores científica e politicamente.

Segundo Diniz (2011), adentrar no mundo da internacionalização não é uma tarefa fácil. Para o editor, além de falarmos português, e não podermos simplesmente abrir mão desse nosso privilégio, temos que buscar presença em indexadores internacionais relevantes, atrair autores estrangeiros para fazer parte de nossos comitês científicos, fazer chamadas de trabalho internacionais e umas tantas outras tarefas nada simples de executar, embora óbvias de planejar (DINIZ, 2011).

Todas essas exigências apontadas por Diniz (2011) são, no entanto, antes reflexo do que Larrosa (2003) sugere ser uma espécie de imperialismo das elites intelectuais do que propriamente um fenômeno que realmente seja internacional enquanto constituído por relações recíprocas e colaborativas entre países. Segundo Larrosa, as elites comandam o setor acadêmico-científico porque possuem biblioteca e dinheiro. Nesse cenário, quem não pertence à elite não tem valor nem nada de importante a dizer, pois não tem o básico para se instruir (livro e dinheiro). Quem não pertence à elite o máximo que pode dizer é contar sobre o que faz. Nas palavras de Larrosa:

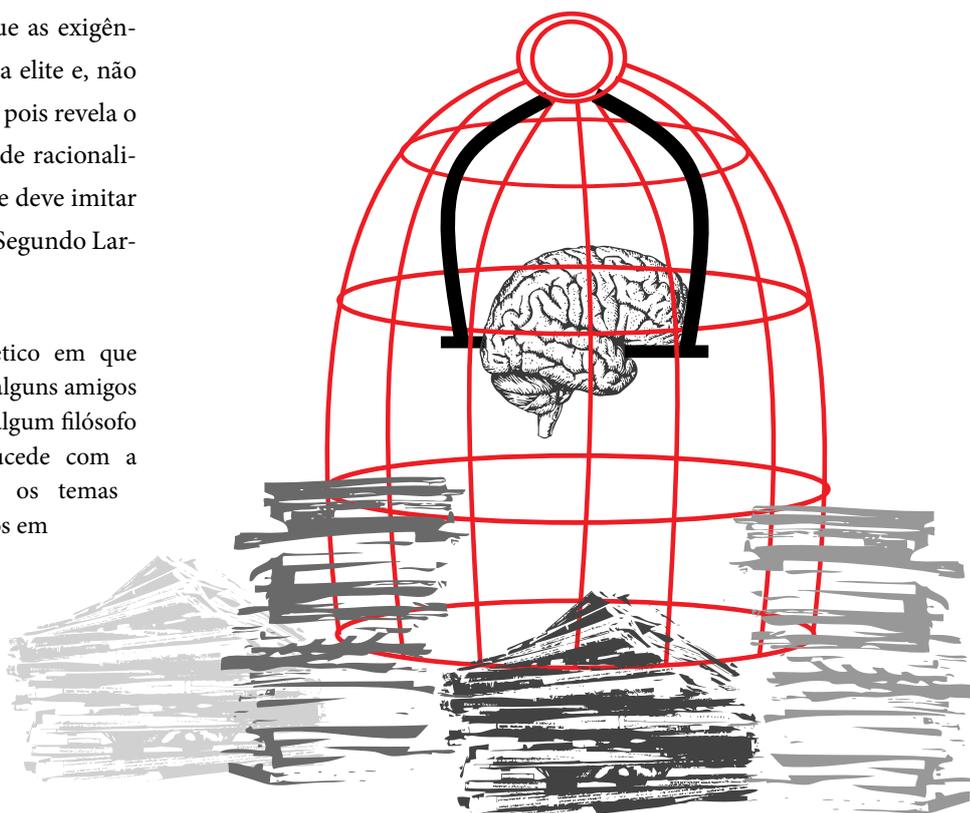
Poderíamos também dizer que a investigação empírica é algo que [...] os “gringos” fazem bem. E o que nós fazemos é imitá-los, tarde e mal e com poucos recursos. Vocês concordarão [...] que a filosofia escolar e sistemática se faz na Biblioteca [...] e a Biblioteca de verdade [...] está na Alemanha e na França. Suponho que também concordarão [...] que a investigação empírica se faz com dinheiro e o dinheiro está nos Estados Unidos. O que quero dizer é que o triunfo dessas formas de conhecimento colocou os países latinos e latino-americanos numa situação de dependência intelectual. Essa situação [...] nos converteu ou em administradores de algum filósofo estrangeiro ou em seguidores do último paradigma científico que os gringos inventaram [...]. Não sei se alguma vez vocês já se encontraram na situação de ter que escrever um artigo encomendado por alguma revista internacional. [...] Geralmente, quando um espanhol ou um argentino é convidado a escrever numa dessas revistas internacionais (isto é, “gringas”), logo se supõe que nada interessante eles têm a dizer, que só podem fazer um artigo intitulado “a filosofia da educação na Espanha” a fim de contar – de forma breve e resumida – o que há em suas universidades e o que fazem (LARROSA, 2003, p. 104).

A partir desse diagnóstico de Larrosa, a conclusão subjacente é de que o imperialismo das elites travestido de internacionalização reflete que a internacionalização é um fenômeno unilateral, já que as exigências recaem apenas sobre quem não é da elite e, não só isso, é um fenômeno discriminatório, pois revela o quão marginalizadas são certas formas de racionalidade e escrita. Já que quem não é da elite deve imitar o que a elite faz e acatar suas exigências. Segundo Larrosa, filosofar na Espanha

trata-se de um exercício patético em que somente se pode listar o nome de alguns amigos e colegas como representantes de algum filósofo “de verdade” [...]. O mesmo sucede com a investigação empírica. Inclusive os temas politicamente na moda são tratados em nossos lares, mimetizando o que vem de outro lugar. Essa situação – e o fato correspondente de que somos nós que devemos ler inglês ou alemão para poder escrever em castelhano, e não o contrário, somos nós que devemos ir estudar em suas

universidades, para ganharmos uma posição nas nossas, e não o contrário – tem como resultado a inteligente observação de Maria Zambrano, segundo a qual a marginalização de certas formas de racionalidade e de escrita supõe a subordinação de certos lugares de produção intelectual (LARROSA, 2003, p. 104).

A marginalização de que falam Larrosa e Zambrano, no entanto, não se verifica apenas no cenário da internacionalização. De fato, existem não apenas certas formas de racionalidade e escrita que são marginais, mas também áreas do conhecimento que não funcionam na lógica do capitalismo ou que ao menos não lhe servem de engrenagem. E isso faz com que áreas do conhecimento e pesquisas que não beneficiam de alguma forma o mercado não sejam valorizadas nem incentivadas. Assim, as políticas acadêmicas pautadas na globalização do conhecimento são mais uma maneira de restringir a liberdade e o acesso a financiamento aos pesquisadores que não fazem pesquisa visando aos interesses econômicos neoliberais (COLADO, 2003). Destarte, a internacionalização é mais uma maneira de incrementar e fomentar o capitalismo universitário pautado na e pela lógica do conhecimento-mercadoria.



A internacionalização pautada no capitalismo e na mera reprodução de modelos existentes em países ditos “mais desenvolvidos” e de conhecimentos ditos “mais científicos” desconsidera a possibilidade de existência de processos de internacionalização que possam se pautar em relações cooperativas entre países. Tal como se apresenta, seguindo uma agenda capitalista, a internacionalização apresenta-se como algo problemático na medida em que compromete o livre pensar acadêmico. No entanto, não se pode perder de vista que a internacionalização não é algo condenável, mas algo que deve ser potencializado em vista de produzir modos cooperativos, e não colonialistas, de produção de conhecimento. Com efeito, pensada sob a óptica de uma mutualidade e reciprocidade, a internacionalização pode ser uma potente via para possibilitar modos de pensar e de produzir conhecimento que não violem, mas fomentem, o livre pensar. Para isso, no entanto, é preciso que se estabeleçam relações verdadeiramente cooperativas entre os pesquisadores de diferentes nacionalidades e que sejam abandonados os padrões rígidos de pensamento. Além disso, é importante começarmos a perceber que temos tanto a aprender com as pessoas

De fato, é a universidade da “liberdade de pensamento”, da “igualdade de pensamento”, que torna a universidade um território “interessante”, com pessoas que pensam de modo diferente e, inclusive, de modo contrário. Nesse sentido, lutamos por uma universidade que seja “ponte” para o diálogo tanto entre os acadêmicos como entre academia e sociedade.

de outros países como elas conosco. Sem contar que a adoção dessa postura possibilita enxergar que em todos os países existem “empresários acadêmicos” e “intelectuais críticos” (e esperamos que sempre existam), basta saber qual modo de ser acadêmico queremos escolher.

Tudo isso que vimos ao longo deste exercício de reflexão e desnaturalização do discurso do desenvolvimentismo científico é produto de uma construção social e, logo, para além de meros fatos, é fruto de valores e visões de mundo que marcaram uma época.

Embora tudo isso nos seja apresentado, para não dizer imposto, como algo natural, não passa de uma falácia assumir o discurso do desenvolvimentismo científico como natural e desprovido de valor. De fato, esse discurso que se pretende neutro, objetivo, rigoroso e progressista é fruto do que Gergen chama de construção social. É uma construção que a linguagem científica deve seguir este e não aquele caminho, que deve ser escrita em uma língua internacional e que deve ser altamente técnica e erudita. São igualmente uma construção social os fenômenos da empresarialização e do produtivismo acadêmicos. Ser um empresário intelectual é refletir uma visão de mundo de viés capitalista e positivista, não é algo inerente e natural ao exercício intelectual; afinal, existiram intelectuais antes do capitalismo e do positivismo e, hoje, mesmo que raramente, há formas de se ser intelectual sem ser de modo empresarial. No entanto, o discurso naturalista do desenvolvimentismo científico aponta que não há alternativas para não se ser um empresário intelectual, bem como para não se ser produtivista e, logo, para não se publicar muito em pouco tempo, para não se entrar na indústria do gerenciamento do currículo *lattes* e da burla social e ética, e, inclusive, aponta que não há alternativas para não se adotar o tecnicismo da linguagem científica.

Mas se não há alternativas senão as impostas pelo discurso do desenvolvimentismo científico, então isso quer dizer que tampouco há alternativas para um pensar acadêmico genuinamente livre, não porque os intelectuais de hoje não têm mais o potencial crítico que tinham os intelectuais do passado, mas porque, curvando-se e aderindo às construções sociais de seu tempo e ao constructo do discurso naturalista do desenvolvimento científico, abdicaram de seu potencial crítico a fim de evitarem perecer na quase “selva empresarial” que se tornou a academia.

Com efeito, o exercício do “livre pensar” não pode estar atrelado às construções sociais e às estruturas tais como as impostas pelo discurso do desenvolvimentismo científico, pois o que podemos enxergar até agora, pelo menos em Psicologia Social, é que as políticas *Qualis* estão tornando a universidade uma “torre de babel” na qual não há nada de “nobre”, “bonito” ou “interessante”; apenas corpos “sem graça” e “sem vida” que falam a mesma “língua” e escrevem

notas

muitos artigos. Rumo à homogeneidade, perdemos o que de mais precioso a universidade pode nos trazer: a heterogeneidade das perspectivas, a discussão teórica, os embates ideológicos... De fato, é a universidade da “liberdade de pensamento”, da “igualdade de pensamento”, que torna a universidade um território “interessante”, com pessoas que pensam de modo diferente e, inclusive, de modo contrário. Nesse sentido, lutamos por uma universidade que seja “ponte” para o diálogo tanto entre os acadêmicos como entre academia e sociedade.

Infelizmente, inclusive nas democracias contemporâneas a ideia de liberdade intelectual está ausente. Mesmo evitando ao máximo a hostilidade ao corpo, “já que temos horror da tortura físico-corpórea” (BITTAR, 2009, p. 399), bem como formas explícitas de perseguição ideológica, física ou intelectual, as democracias contemporâneas não eliminam a continuidade ininterrupta dos processos de construção e sofisticação do alheamento e do exílio, perpetrados ao longo de toda a história da vida moderna, vida que não convive com uma plena ideia de liberdade intelectual e que, por isso, obstrui caminhos e redefine o sentido de liberdade, dando a essa ideia muros de definição que somente os soberanos podemos identificar quais são. E tudo isso faz com que, em vez de ampliar espaços de liberdade, nossa época caminhe, contraditoriamente, rumando para um exílio da possibilidade do pensar (BITTAR, 2009).

Diante disso, a conclusão que subjaz é de que a universidade, na medida em que subscreve o discurso do desenvolvimentismo científico e, assim, prescreve práticas como o produtivismo, o tecnicismo e a internacionalização, está abdicando de seu papel de pensar de forma livre, autônoma e crítica. Mas não podemos abrir mão do nosso potencial crítico nem da nossa heterogeneidade! Esse cenário de cerceamento de liberdade e de marginalização dos intelectuais críticos deve servir como dispositivo para reflexão, resistência e invenção de novas formas. **US**

1. O III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989) estava vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. Dessa forma, caberia à Pós-Graduação formar um contingente de cientistas como um dos requisitos para a meta da autonomia nacional, a qual objetivava o I Plano Nacional de Desenvolvimento (KUENZER; MORAES, 2005).

2. Sendo um produto da “pesquisa básica”, a pesquisa aplicada é pautada no padrão de ciência que, ao se autodenominar um conhecimento privilegiado e, conseqüentemente, superior a qualquer outro conhecimento histórico e social, distingue a pesquisa básica como aquela feita pelos e para os “doutos do conhecimento” da pesquisa aplicada, a qual aplica as “verdades dos doutos” no “resto da sociedade”.

3. No sentido de uma linguagem burocrática, especialista, técnica e serializada.

- BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Publicar & morrer!? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 28, p. 53-69. 2009.
- BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antonio Alvaro Soares. O intelectual universitário e seu trabalho em tempos de “pesquisa administrada”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 55-75. 2012.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O intelectual na sociedade da informação: ensaio sobre subjetividade, conhecimento e comunicação. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 393-404. 2009.
- CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier; MEL-CYTED, Red. Entre fetichismo e sobrevivência: O artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050. 2007.
- COIMBRA, Cecília Maria. Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? um falso problema? **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 86-97. 2004.
- COLADO, Eduardo Ibarra. Capitalismo académico y globalización: la universidad reinventada. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 1059-1067. 2003.
- COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 13-24. 2008.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Pedro Neves. Porto Alegre: L&PM, 2005. 128p.
- DINIZ, Eduardo. Internacionalização dos periódicos nacionais. Editorial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 4. 2011.
- GERGEN, Kenneth J.. O movimento do construcionismo social na Psicologia moderna. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299-325. 2009.
- GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Tradução de Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010. 120p.
- GOERGEN, Pedro. A internacionalização dos programas de pós-graduação. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 247-257. 2012.

referências

- KATCHBURIAN, Eduardo. Publish or perish: a provocation. **Sao Paulo Medical Journal**, São Paulo, v. 126, n. 3, p. 202-203. 2008.
- KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362. 2005.
- LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 101-115. 2003.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução de Ivone C. Benedetti e revisão de tradução de Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 438p.
- LEMONS, Antonio Agenor Briquet de. Publicar e perecer. Editorial. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 7-8. 2005.
- TANCREDI, Letícia. Produção científica brasileira é a 15ª em todo o mundo. **CAPES**, 07 de jul. 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/1990>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- TRZESNIAK, Piotr; KOLLER, Sílvia Helena. A Redação Científica Apresentada por Editores. Em: SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (orgs.). **Publicar em Psicologia – um enfoque para a revista científica**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 19-34.
- TUDGE, Jonathan Richard Henry; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Internationalization, globalization and culture. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 547-556. 2012.
- WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. Tradução de Luís Henrique Araújo Dutra. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 95p.

referências

Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí: sua promoção e seus males na pátria sertaneja

Daniel Arruda Nascimento

Professor da Universidade Federal Fluminense - UFF

E-mail: danielnascimento@voila.fr

Francélia Waldélia Cruz Araújo

Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

E-mail: francelia_cruz@hotmail.com

Resumo: Não é mais novidade que o assédio moral vem se tornando fenômeno cada vez mais presente nas organizações e os ambientes de trabalho das instituições de ensino sejam um dos meios mais afetados por esse tipo de violência. O presente artigo recupera, para além de uma apresentação propedêutica do fenômeno, os resultados de uma pesquisa que teve como objeto de estudo e análise a sua ocorrência entre os docentes da Universidade Federal do Piauí, em um *campus* do interior, situado na cidade de Picos. Cem professores do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros foram escutados, possibilitando a identificação de causas e a avaliação de consequências do assédio moral. Os resultados apontam para um preocupante quadro: as situações que o deflagram se repetem sem solução. Espera-se que a divulgação dos resultados obtidos contribua para melhor compreensão acerca do fenômeno, especialmente no que concerne ao meio ambiente universitário de trabalho e ao seu vínculo com a precarização do trabalho docente, despertando o interesse por modos de prevenção e reparação e, se possível for, pela erradicação do mal.

Palavras-chave: Assédio Moral. Meio Ambiente Universitário de Trabalho. Trabalho Docente.

Introdução

Injustificável seria iniciar um conjunto de páginas que pretende apresentar um determinado instituto, traçar algumas reflexões sobre o seu entorno e observar sua incidência sobre um delimitado campo de análise sem alertar o leitor que se trata de um

instituto poliédrico, cujos lados refletem as diversas abordagens que dele se extraem. O fenômeno que denominamos de assédio moral, certamente em função dos múltiplos fatores, causas e consequências que envolve, tem suscitado o interesse de diversas áreas do conhecimento, notadamente da sociologia, do direito e da psicologia, mas também da economia e



da filosofia. Reputamos que isto se dê igualmente em virtude de sua filiação ao espaço no qual o homem realiza a atividade que o define como homem, ou a atividade em cuja realização está implicada a própria realização do homem: o trabalho. O meio ambiente de trabalho é, e não poderia ser de outro jeito, cortejado por múltiplos olhares.

As transformações econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e culturais ocorridas nos últimos tempos, todas evidentemente imersas no horizon-

te da hegemonia liberal e da vitória do sistema capitalista de produção, sistema este consagrador de uma competitividade desmedida, não pouparam as formas segundo as quais o homem organiza o seu trabalho. Não somente no que se refere ao trabalho individual – considerando-se que no nosso tempo algum trabalho ainda possa receber este predicado. O trabalho coletivo foi reorganizado. Novos modelos de gestão surgiram e, com eles, novas condições de trabalho. As inferências de uma sociedade ancorada

em um sistema de produção que se baseia no incremento da produtividade e do consumo serão sentidas no meio ambiente de trabalho, nas incertezas quanto à manutenção do próprio trabalho. Uma vez que as minudências da relação entre produtividade e consumo, mantidas também à custa da redução de mão de obra e da precarização das suas condições, terão forte impacto sobre o meio ambiente de trabalho, não é absurdo supor que elas tornem o espaço do trabalho um terreno fértil à prática do assédio moral.

Isto se verifica facilmente no que diz respeito a organizações empresariais e instituições bancárias, onde são abundantes o estabelecimento de metas crescentes e a avaliação constante de desempenho. Muitos estudos podem ser encontrados neste sentido¹. Se, contudo, o assédio moral é propício a ocorrer em instituições de organização hierarquizada e rígida, é manifesto que as instituições de ensino não estão imunes aos diferentes tipos de violência que brotam de uma relação assediante, tanto na esfera privada quanto na pública. Segundo a pesquisadora

Uma vez que as minudências da relação entre produtividade e consumo, mantidas também à custa da redução de mão de obra e da precarização das suas condições, terão forte impacto sobre o meio ambiente de trabalho, não é absurdo supor que elas tornem o espaço do trabalho um terreno fértil à prática do assédio moral.

francesa Marie-France Hirigoyen, a autora que parece ter provocado toda uma série de discussões sobre o tema no coração europeu, discussões essas que redundaram inclusive na elaboração de legislação específica, “o meio educativo é um dos mais afetados pelas práticas do assédio moral” (HIRIGOYEN, 2002, p. 142). Partindo desta premissa, qual seja, de que o meio ambiente de trabalho das instituições de ensino superior é afetado por um contexto laboral violento, pretendemos, após breve exposição do que se pode compreender por assédio moral, apresentar os resultados de um estudo realizado em um *campus* universitário do sertão piauiense, concluído primariamente com o título de *Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí: sua ocorrência, suas causas e seus efeitos no Campus Senador Helvídio Nu-*

nes de Barros. Trata-se de um *campus* localizado na cidade de Picos, no semiárido do sudeste piauiense. Entretanto, como está o título mais acima a indicar, consideramos que as conclusões a que chegamos extrapolam o âmbito de uma determinada localidade, seja porque as condições de trabalho aí encontradas sejam semelhantes às condições de trabalho em vários outros *campi* universitários pelo interior do Brasil, seja porque o nosso país seja na sua imensa extensão, de alto a baixo, sertanejo, talvez, diríamos assim, espiritualmente sertanejo².

Assédio moral

Costuma-se conceituar o assédio moral como uma conduta abusiva manifestada através de atos, gestos, palavras ou comportamentos que causam dano à integridade física ou psíquica do indivíduo, à sua personalidade e dignidade, pondo seu emprego em perigo, bem como degradando o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2011, p. 65). Ou como a conduta abusiva que, manifestada de forma repetitiva e prolongada, pode trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica do trabalhador, quando exposto a situações humilhantes e constrangedoras, além de buscar excluí-lo de sua função ou deteriorar o ambiente de trabalho (NASCIMENTO, 2011, p. 14). Uma vez estabelecida a relação de competitividade, uma vez estabelecida uma relação na qual o outro é sempre visto como um adversário, tendência natural será a eliminação do outro, a sua anulação, a sua despersonalização, algo que se dá em princípio de modo intencional (HELOANI, 2004, p. 05), embora consideremos que a ausência de intencionalidade não exclua a configuração do assédio moral. A intencionalidade não é imprescindível para a configuração do assédio moral, ou seja, o agressor pode praticar conduta assediante sem ter a exata noção de seus efeitos ou sem a deliberada intenção de causar danos à integridade física ou psíquica da vítima. O assédio moral compreende ainda a redução da capacidade de defesa do agredido. Se o início dos atos de violência pode surgir de um desequilíbrio de forças a partir da atribuição de poderes desiguais, a repetição invencível de tais atos tem o condão de fra-

gilizar sempre mais o agredido, reduzindo-o à incapacidade de reação (GONÇALVES, 2006, pp. 09-10).

Característica peculiar do assédio moral que, no entanto, dificulta o seu reconhecimento é o fato dos atos violentos muitas vezes se apresentarem revestidos de uma sutileza a toda prova. Atitudes aparentemente despropositadas e insignificantes são formas sutis de degradação psicológica: “as agressões são sutis, não há vestígios tangíveis, e as testemunhas tendem a interpretar como simples relações conflituais ou passionais entre duas pessoas de personalidade forte, o que, na verdade, é uma tentativa violenta de destruição moral ou até física do outro, não raro bem-sucedida” (HIRIGOYEN, 2011, p. 21). Bastante comum é a escusa de que o que pode ser interpretado como agressivo seria na verdade apenas uma brincadeira corriqueira do ambiente de trabalho, entre colegas que se querem bem. Quantas vezes dizemos coisas em tom de brincadeira porque não as podemos dizer seriamente? Quantas vezes o recurso ao humor não camufla preconceitos, não os reproduz? Manifestações de violência são quase imperceptíveis se, em um primeiro momento, as ofensas e os maus tratos são levados na brincadeira (HIRIGOYEN, 2011, p. 66). Pior se agressor e agredido forem habitantes de um país que tem aversão ao desacordo e ao enfrentamento sereno de conflitos, pior se agressor e agredido forem parte do povo da cordialidade a qualquer preço, do povo que termina em jeitinho, em esquecimento ou em pizza...

São, portanto, elementos essenciais para a configuração do assédio moral: a conduta abusiva com caráter persecutório e degradante, a reiteração sistemática de razoável duração, a humilhação e a desestabilização psicológica da vítima, o dano à integridade e à dignidade do agredido. Com relação à frequência dos atos violentos, não há um número definido para aquilatar a quantidade de repetições. “O comportamento realizado de maneira reiterada é elemento essencial para a configuração do assédio moral” (NASCIMENTO, 2011, p. 64), mas “fixar o limite nesse patamar é exagero, pois a gravidade do ato do assédio moral não depende somente da duração, mas também da violência da agressão” (ÁVILA, 2009, p. 61). Com relação à tipologia da conduta, aos meios de perpetração, a variação pode ser enorme: “podendo ir desde o

isolamento, passando pela desqualificação profissional, até chegar ao terror com destruição psicológica da vítima” (ÁVILA, 2009, p. 61). A diversidade das formas de manifestação do assédio moral traduz a complexidade do instituto. Determinados comportamentos ou atitudes, combinados com os fatores já mencionados, deflagram o assédio moral: deterioração proposital das condições de trabalho (como a submissão a um horário impraticável, privação ao uso de instrumentos de trabalho ou a proibição de usar o banheiro durante o expediente), atribuição de tarefas impossíveis ou incompatíveis com a sua competência (a fim de desestabilizar a vítima e fazê-la crer que é incapaz), atribuição de tarefas inúteis ou inferiores à sua competência e retiro injustificado das atribuições antes concedidas (a fim de deixar a vítima no ócio, fazendo acreditar que se trata de uma pessoa desnecessária), crítica sistemática e exagerada ao trabalho da vítima, desqualificação pública por palavras e gestos, remoção da sua autonomia, isolamento da vítima por tratamento desigual (distribuindo arbitrariamente benefícios, ignorando a sua presença ou não a deixando se expressar), isolamento da vítima pela falta de comunicação ou pela falta de transmissão de informações úteis, indução ao erro, ação para impedir que a vítima obtenha promoção ou que faça valer os seus direitos, chantagem via ameaça de perda do

Característica peculiar do assédio moral que, no entanto, dificulta o seu reconhecimento é o fato dos atos violentos muitas vezes se apresentarem revestidos de uma sutileza a toda prova.

emprego, ridicularização em virtude de classe social, cor da pele, gênero sexual ou convicções políticas, zombarias de deficiências físicas ou mesmo do seu aspecto físico, violência verbal, física ou sexual. Pesquisadores como o psicólogo sueco Heinz Leymann, com o seu *LIPT – Leymann Inventory of Psychological Terrorization* (descrevendo de maneira objetiva quarenta e cinco condutas negativas consideradas atos de assédio moral) e o psicólogo norueguês Ståle Einarsen, com o seu *NAQ – The Negative Acts Questionnaire* (desenvolvido com Raknes, Matthiesen e Hellesøy), procuraram dar conta de uma longa lista.

Embora seja costume entre os estudiosos do assédio moral classificá-lo em quatro espécies, utilizando-se como critério o grau de hierarquia no qual se dá a relação de poder, resultando então as denominações de vertical descendente (caso em que o assédio parte do superior aos subordinados), de vertical ascendente (caso em que parte do subordinado ao superior hierárquico), de horizontal (caso em que ocorre entre colegas de trabalho de igual hierarquia) e de misto (quando os agressores são vários, tanto do mesmo nível hierárquico quanto de um nível superior), forçoso é convir que a magnitude da casuística material se refira às situações de atos cometidos por superiores hierárquicos contra os seus subordinados, o que decorre da própria natureza do assédio moral. A aquisição de poder institucional é certamente uma tentação à moral de qualquer homem e demanda sempre uma resposta. Esta é a hipótese na qual predomina não somente o rigor excessivo do chefe, mas o exercício abusivo do poder, tendo como causa a pressão e as múltiplas exigências, a insegurança inerente ao cargo, o receio de perder o controle, o autoritarismo, a mania de grandeza, a rivalidade, a inveja ou mesmo o desenvolvimento de algum grau de

A convivência das organizações que abrigam o assédio moral pode estar atrelada à necessidade de se manter um ambiente competitivo e produtivo, mas pode descer também às minúcias dos procedimentos administrativos, tendo, por exemplo, como finalidade levar a vítima a pedir demissão, reduzindo custos adicionais e impedindo processos judiciais.

psicopatia. Todas estas são causas que podem levar o superior hierárquico a lançar mão de recursos agressivos. A convivência das organizações que abrigam o assédio moral pode estar atrelada à necessidade de se manter um ambiente competitivo e produtivo, mas pode descer também às minúcias dos procedimentos administrativos, tendo, por exemplo, como finalidade levar a vítima a pedir demissão, reduzindo custos adicionais e impedindo processos judiciais.

Sendo multicausal o fenômeno do assédio moral, o universo de sua ocorrência corresponde ao universo das intenções e motivos escondidos nos recôndi-

tos do coração humano. Tudo indica, não obstante, que o fiel da balança deva ser encontrado na relação de poder. “Nas organizações, a violência e o assédio nascem do encontro da inveja do poder do outro e da perversidade. Esse poder pode ser real ou imaginário, mas ele incomoda o agressor, sendo que o atributo que o expressa pode ser sustentado em qualquer fonte, como conhecimento, beleza, relacionamento social ou competência” (FREITAS, HELOANI e BARRETO, 2008, p. 25). Por outro lado, vários são os fatores que contribuem para o desencadeamento do assédio moral e aceleram a sua promoção, fatores estes que, embora atuem corriqueiramente em conjunto, podem ser divididos em individuais (ou psicológicos), organizacionais e sociais. De uma perspectiva estritamente individual, pode-se auferir que os perfis psicológicos do agressor e do agredido sejam determinantes para a ocorrência do fenômeno. Se assim o for, a origem da violência está na personalidade individual dos envolvidos. Há autores que já acenaram para o fato de que “perversos narcisistas têm ocupado postos estratégicos nas empresas por meio de uma espécie de seleção natural”: em virtude de uma insensibilidade nefasta, por saberem privilegiar os elementos racionais sem se deixar levar pelas emoções dos outros, “por serem frios, calculistas e desprovidos de crises de consciência”, tornem-se os indivíduos ideais às empresas, especialmente para ocupar cargos estratégicos de decisão (HIRIGOYEN, 2002, p. 281).

Sob a ótica de uma abordagem que considera preponderante o fator organizacional, as razões psicológicas não seriam suficientes para explicar o surgimento do fenômeno. Os aspectos organizacionais, os novos modelos de gestão e organização do trabalho, a exigir dos empregados flexibilidade e dedicação integral aos interesses das empresas e instituições, a fomentar uma espiral de competitividade sempre maior, aliados muitas vezes aos sentimentos de frustração com os resultados do labor, têm favorecido situações de assédio moral. Todo homem é capaz de bem e de mal. A influência do meio coopera decisivamente para a deflagração do mal. Poucas empresas e instituições parecem considerar relevante cuidar do meio ambiente de trabalho, facilitando a sua emergência:

Analisando as organizações como palcos de interpretações e de ações de indivíduos e grupos, verificamos que algumas condições facilitam a emergência de comportamentos violentos, abusivos e humilhantes. Ambientes em que vigoram uma cultura e clima organizacionais permissivos tornam o relacionamento entre os indivíduos desrespeitoso e estimula a complacência e a conivência com o erro, o insulto e o abuso intencionais. Um ambiente em que existe uma competição exacerbada, onde tudo é justificado em nome da guerra para sobreviver, gera um álibi permanente para que as exceções sejam transformadas em regras gerais e comportamentos degradantes sejam considerados normais; a supervalorização de hierarquias, em que os chefes são seres intocáveis e inquestionáveis, torna o comportamento decente e democrático uma falha ou uma debilidade face à tirania dos intocáveis (FREITAS, 2007, p. 3).

Outra aproximação ao tema em pauta aponta para as mudanças econômicas e sociais. Como já sinalizado no princípio destas linhas, a liberalização dos mercados e o acirramento da luta pela sobrevivência econômica tornaram o ambiente de trabalho propenso às situações de assédio moral, um campo fértil para a sua prática impune. Isto se deve, está claro, aos valores do sistema capitalista de produção, global, pragmático e veloz.

Quanto aos efeitos do assédio moral, a exemplo de suas causas, são sentidos nas desordens acarretadas tanto na integridade físico-psíquica, na vida social, profissional, familiar e afetiva da vítima, como na saúde das organizações e da sociedade como um todo. Embora não admitido por empresas e instituições, o mal-estar gerado por disputas reativas e situações vexatórias compromete o ambiente de trabalho, prejudicando-o. Males como o absentismo, a rotatividade de mão de obra, a debilidade do desempenho produtivo, além das consequências incitadas na imagem e no patrimônio da organização, se, por exemplo, condenadas judicialmente a indenizar os danos morais e materiais por força dos atos de seus empregados e prepostos, serão dificilmente evitados (ÁVILA, 2009, p. 116). Convém lembrar que os riscos de acidente de trabalho também são majorados, visto que “a vítima fica desatenta e com dificuldade de concentração” (AGUIAR, 2008, p. 9). A sociedade

divide esta conta, em suaves prestações que parecem não ter fim: aumento das despesas médicas e benefícios previdenciários, aposentadorias precoces, custo do potencial produtivo de profissionais afastados por invalidez, redução dos investimentos em educação e formação profissional, desestruturação familiar e social das vítimas e elevação do número de suicídios (FREITAS, 2007, p. 6). Para as vítimas, os sintomas do assédio moral:

[...] são, no início, parecidos com os do estresse, o que os médicos classificam de perturbações funcionais: cansaço, nervosismo, distúrbios do sono, enxaquecas, distúrbios digestivos, dores na coluna..., é a autodefesa do organismo a uma hiperestimulação e a tentativa de a pessoa adaptar-se para enfrentar a situação. Contudo, ao estresse originado pelo assédio moral acrescenta-se o sentimento de impotência, da humilhação e a ideia de que ‘isto não é normal’. [...] se o assédio moral se prolonga por mais tempo ou recrudesce, um estado depressivo mais forte pode se solidificar (HIRIGOYEN, 2002, p. 159).

Quanto aos efeitos do assédio moral, a exemplo de suas causas, são sentidos nas desordens acarretadas tanto na integridade físico-psíquica, na vida social, profissional, familiar e afetiva da vítima, como na saúde das organizações e da sociedade como um todo.

No mais, um catálogo bastante longo dos efeitos patológicos do assédio moral sobre a saúde das vítimas pode ser encontrado. Se os enumeramos aqui, o fazemos para que o leitor tenha certeza da incommensurabilidade de seu relevo: a) efeitos cognitivos e hiper-reação psíquica - perdas de memória, dificuldade para concentrar-se, depressão, apatia, irritabilidade, nervosismo, agitação, agressividade, ataques de fúria e sentimentos de insegurança; b) sintomas psicossomáticos de estresse - pesadelos, dores de estômago e abdominais, diarreias, vômito, náuseas, falta de apetite e isolamento; c) sintomas de desajustes do sistema nervoso autônomo - dores no peito, sudorese, boca seca, palpitação, falta de ar e hipertensão arterial; d) sintomas de desgaste físico resultantes de estresse prolongado - dores nas costas e nuca e dores

musculares (fibromialgia); e) transtornos do sono - dificuldades para dormir, sono interrompido e acordar cedo demais; e f) cansaço e debilidade - fadiga crônica, cansaço nas pernas, debilidade, desmaios e tremores (PIÑUEL e ZABALA *apud* BRADASCHIA, 2007, p. 91).

Assédio moral entre os docentes da Universidade Federal do Piauí

Passemos à segunda parte do que almejamos com o presente texto. Indícios de assédio moral nas salas e corredores da Universidade Federal do Piauí, mormente no *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, localizado no sertão nordestino, haviam sido já reportados em outra ocasião (NASCIMENTO, 2013, pp. 46-49). Temos, agora, a oportunidade de apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida com o auxílio da investigação empírica, no modo de uma pesquisa de campo, valendo-se da estratégia de coleta de dados. Informações foram solicitadas a um grupo significativo de atores envolvidos por meio do preenchimento de um questionário semiestruturado, previamente preparado, no mês de março de 2013.

Os números apresentados são preocupantes. Em primeiro lugar porque espera-se que em um ambiente universitário, de professores esclarecidos e bem formados, a porcentagem de atos que concorram para a configuração do assédio moral tenda a zero.

Da população a ser pesquisada, formada por cento e cinquenta e dois docentes do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, tivemos como amostragem a abrangência de cem docentes, considerando o número suficiente para a representação do universo de estudo³. Cumpre ressaltar que o questionário distribuído colheu informações sobre atos negativos no meio ambiente de trabalho somente no que diz respeito ao período dos doze meses antecedentes ao momento de sua aplicação.

Com frequência variável (em uma escala que compreendia as respostas *diariamente, semanalmente, mensalmente e de vez em quando*⁴), do grupo de

professores escutados, 74% responderam que *foram expostos a uma carga de trabalho excessiva*, 58% que *suas opiniões e pontos de vista foram ignorados*, 57% que *alguém reteve informações que podiam afetar o seu desempenho no trabalho*, 53% que *receberam tratamento diferenciado com relação aos demais colegas de trabalho*, 48% que *foram obrigados a realizar um trabalho abaixo do seu nível de competência*, 45% que *foram solicitados a realizar tarefas despropositadas ou com um prazo impossível de ser cumprido*, 44% que *foram ignorados, excluídos ou “colocados na geladeira”*, 42% que *houvera supervisão excessiva de seu trabalho*, 39% que *foram feitos comentários ofensivos sobre a sua pessoa, sobre seus hábitos, suas origens, suas atitudes ou sobre sua vida privada*, 39% que *foram ignorados ou foram recebidos com uma reação hostil ao tentar uma aproximação*, 34% que *foram constantemente lembrados dos seus erros e omissões*, 34% que *foram pressionados a não reclamar um direito que teriam (por exemplo, afastamento do trabalho, férias, adicional de salário, bônus, despesas de viagem etc.)*, 33% que *áreas ou tarefas de sua responsabilidade foram retiradas ou substituídas por tarefas mais desagradáveis ou mais simples*, 28% que *foram alvo de gritos ou de agressividade gratuita*, 24% que *foram humilhados ou ridicularizados em relação ao seu trabalho*, 23% que *foram submetidos a sarcasmos ou foram alvo de brincadeiras excessivas*, 17% que *receberam sinais ou dicas de que deveriam pedir demissão ou largar o trabalho*, 17% que *pessoas com as quais não tinham intimidade lhes aplicaram “pegadinhas”*, 7% que *foram alvo de comportamentos intimidativos, tais como “apontar o dedo”, invasão do seu espaço pessoal, empurrões, bloqueio de seu caminho ou passagem e 5% que foram ameaçados de violência ou abuso físico ou foram alvo de violência real.*

Os números apresentados são preocupantes. Em primeiro lugar, porque espera-se que em um ambiente universitário, de professores esclarecidos e bem formados, a porcentagem de atos que concorram para a configuração do assédio moral tenda a zero. Este seria obviamente o ideal de uma instituição educativa, uma instituição que não busca formar somente técnicos, mas gente para o exercício da cidadania, uma instituição pública na qual os interesses coletivos têm supremacia sobre os interesses privados. Em

segundo lugar, porque confirmam uma hipótese levantada em outra ocasião por uma testemunha ocular da pátria sertaneja:

Pelo menos desde dois mil e seis, o ano em que uma importante fase de sua expansão havia sido iniciada, com o acréscimo de sete cursos novos aos dois que já existiam no *campus*, toda tentativa de mobilização em torno de questões de interesse coletivo havia sido até então frustrada. Aqueles que chegavam ao *campus*, vindos de perto ou de longe, encontravam uma estrutura de poder inflexível, uma administração viciada, centrada nas funções executivas, com pouco espaço para formação de ambientes de discussão e deliberação conjunta. Estavam eles diante de uma estrutura de poder que poderia ser definida, por assim dizer, como uma estrutura meio *coronelesca* meio *kafkiana*. Meio *coronelesca* porque ainda baseada em uma política de coronéis, na qual todo poder público, grotescamente privatizado, depende da vontade e da decisão particular de coronéis, frequentemente mediada pela troca de favores e pela ameaça ou perseguição. Meio *kafkiana* porque composta de órgãos inacessíveis, impenetráveis, de uma burocracia remota e sem sentido. [...] As professoras e os professores, na sua maioria há pouco concursados e em estágio probatório, manifestavam o forte receio de que qualquer iniciativa que contrariasse a ordem estabelecida significaria a reprovação na avaliação institucional e a perda do cargo, com todas as consequências nocivas ao sustento da própria vida (NASCIMENTO, 2013, p. 47).

Compreendamos os resultados percentuais. Note-mos que 74% dos professores entrevistados responderam que foram expostos a uma carga de trabalho excessiva. Há razões para isso. De fato, o Ato da Reitoria nº 538/09, tendo atingido a comunidade acadêmica sem qualquer consulta prévia há um tempo relativamente recente, determinava que os professores assumissem uma carga horária semanal de vinte horas em sala de aula. As outras funções que lhes competiam, de pesquisa, de extensão ou administrativas, somente concorriam para a redução dessa carga horária em condições muito restritas. E a administração superior podia sempre contar com pró-reitores, diretores de centro acadêmico e coordenadores de curso dispostos a garantir o fiel cumprimento da medida a qualquer preço. Considerando que os critérios de

avaliação do desempenho do docente concentram-se atualmente na sua produção acadêmica caracterizada pela realização de pesquisas, publicações em nível local ou internacional, participações em eventos e demais atividades constantes em seu currículo (CARAN, 2007, p. 140), ficavam os professores em uma difícil situação. Além disso, muitos deles se queixavam de lhes ser atribuídas disciplinas que não coadunavam com a sua formação acadêmica, por uma ausência de planejamento da própria instituição no preenchimento de seus cargos. Não eram raros os casos de queda na qualidade do ensino e mesmo de adoecimento por parte dos docentes. Somado ao fato de que 58% dos professores entrevistados tinham suas opiniões e pontos de vista ignorados, segundo o resultado da pesquisa, temos um cenário de estafa e isolamento, um cenário de paradoxal empenho no qual aumento de trabalho e aumento de frustração confluem.

Imaginemos trabalhar em um ambiente público no qual 57% dos profissionais envolvidos se sentem excluídos dos canais de comunicação, especialmente naquilo que pode lhes prejudicar o desempenho, no qual as *boas informações* e a distribuição de benefícios circulem apenas para um grupo seletivo de privilegiados. Este é também o meio ambiente de trabalho no



qual 53% reputam receber tratamento diferenciado com relação aos demais colegas de trabalho. Em tempos de plena vigência dos princípios constitucionais administrativos da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, temos um quadro em que amigos são favorecidos e adversários ou desconhecidos são preteridos injustamente, tornando o solo fértil para todo tipo de corrupção. Pelo menos dois processos administrativos foram instaurados tendo como argumento a violação arbitrária e indiscriminada de direitos na Universidade Federal do Piauí no ano de 2011⁵. Também em 2011, com publicação datada de 13 de janeiro, o Boletim da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí traz a notícia da aprovação por sua assembleia geral da criação de uma comissão para averiguar os casos de desmandos administrativos e assédio moral na instituição. No mesmo boletim, uma notícia conjugada reporta o crescimento de denúncias contra gestores e orienta à leitura de uma cartilha informativa sobre o assunto⁶.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito aos atos negativos que pertencem à última categoria na escala de gravidade preparada por Marie-France Hirigoyen, estamos aí diante de condutas que exsur-

gem quando o assédio já é declarado e visível a todos (HIRIGOYEN, 2002, p. 110). Dos professores entrevistados, 28% responderam que foram alvo de gritos ou de agressividade gratuita, 7% que foram alvo de comportamentos intimidativos, tais como “apontar o dedo”, invasão do seu espaço pessoal, empurrões, bloqueio de seu caminho ou passagem e 5% que foram ameaçados de violência ou abuso físico ou foram alvo de violência real. Nestes casos, atitudes hostis que, em princípio, variam da sutileza ao explícito, recebem cores fortes e já não podem mais ser disfarçadas. Casos que ferem de morte o meio ambiente de trabalho, tornando-o impossível. Embora as porcentagens numéricas ventiladas sejam pouco significativas, pelo menos quanto aos dois últimos itens, há de se convir que elas são surpreendentes e terrivelmente significativas em se tratando da relação entre docentes de uma instituição federal de ensino superior.

Quanto às perguntas não estruturadas do questionário, quais sejam, *indique brevemente as causas que teriam, em sua opinião, levado à realização dos atos negativos apontados e descreva brevemente as consequências dos atos negativos apontados para o seu desempenho profissional e vida pessoal*, apenas cinquenta participantes da pesquisa ofereceram respostas. Entre as causas relatadas, destacaram-se textualmente a inveja, a competição entre professores, os conflitos interpessoais, o autoritarismo, o abuso de poder, a gestão sob pressão, a falta de compromisso da gestão, o despreparo dos gestores, a disputa pelo poder, a impunidade dos agressores, a falta de transparência na administração, a centralização das informações pelos chefes, a estrutura arbitrária da universidade, a precarização do trabalho no ensino superior, o desvio de função (lecionar fora da área de formação, por exemplo), os problemas de comunicação interna, a falta de informação, o tratamento da coisa pública como se fosse privada e as questões políticas. Interessante é que uma menção se repetia no registro das causas: merece especial atenção o fato da expansão do ensino superior brasileiro dos últimos anos ter acontecido sem a contratação proporcional de professores, o que acarretou não somente carga horária excessiva de trabalho, queda na qualidade do ensino e na produção acadêmica, mas o desenvolvimento de um clima propício ao assédio moral.



No que concerne às consequências descritas pelos participantes da pesquisa, respondendo à segunda pergunta não estruturada, verificou-se que os efeitos do assédio moral, harmonizados na repercussão nociva a professores, universidade e sociedade, são de longo alcance. Entre as consequências relatadas, destacaram-se textualmente, em ordem decrescente de relevância, a queda na qualidade do ensino, a desmotivação profissional, o estresse, a falta de tempo para o lazer, o cansaço, os problemas de saúde física e psicológica, a falta de perspectiva profissional na instituição, os transtornos do sono, a insatisfação com o trabalho, a queda na produtividade científica, o desânimo, a dificuldade de relacionamento com a família e amigos, o desequilíbrio emocional, enxaqueca, dores de coluna, gastrite nervosa, alterações de humor, tristeza, isolamento social, depressão, desinteresse em permanecer na instituição, ansiedade, dificuldades no relacionamento entre professores e entre professores e coordenadores, desejo de mudar de profissão, absentismo e ataque de pânico. Não são poucas, como podemos observar.

Considerações finais

Pequena e tímida, quando comparada à incidência do fenômeno em larga escala, a discussão sobre o assédio moral somente nos últimos anos vem ganhando destaque e relevância no mundo do trabalho⁷. Esperamos que a divulgação dos resultados obtidos na pesquisa com os docentes do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros contribua, no que concerne ao meio ambiente universitário de trabalho e ao seu vínculo com a precarização do trabalho docente, para despertar o interesse por modos de prevenção e reparação. Planos de ação que viabilizem a difusão de informação sobre o assédio moral pelo ambiente acadêmico, bem como a criação de canais efetivos de comunicação, o incentivo ao diálogo, a valorização da transparência e da cooperação, o cuidado com as condições de trabalho e a realização docente podem ser caminhos úteis.

Embora seja plausível que o fenômeno do assédio moral seja quase tão antigo quanto o trabalho humano em grupo, nada nos impede de desejar o seu

fim. “Provavelmente uma das tarefas mais difíceis da humanidade é a tentativa de equilibrar o desenvolvimento econômico de uma comunidade com a manutenção de um ambiente de trabalho sadio, [...] propiciar o denominado crescimento econômico sustentável sem gravames excessivos ao meio ambiente, aqui inserido, obviamente, o meio ambiente laboral” (AGUIAR, 2008, p. 03).

Universidade é reunião de pessoas com o fito de promover conhecimento comum. Se o quadro assim se apresenta, difícil será conceber uma universidade de qualidade, pública e socialmente referenciada. Como já não bastassem os males de uma sociedade sitiada por uma competitividade de valores exclusivamente mercadológicos, nossas universidades, estes espaços possíveis de liberdade, perdem o que têm de mais próprio: sua autonomia, a capacidade de gestar um mundo novo. Estamos longe de sustentar universidades que produzam conhecimento e técnica, arte e cidadania. **US**

Como já não bastassem os males de uma sociedade sitiada por uma competitividade de valores exclusivamente mercadológicos, nossas universidades, estes espaços possíveis de liberdade, perdem o que têm de mais próprio: sua autonomia, a capacidade de gestar um mundo novo.

notas

1. Conferir, por exemplo, os trabalhos de conclusão de curso escritos por Renata Raiane Brito de Oliveira, *Assédio moral no meio ambiente bancário de trabalho: um estudo auxiliado pela Jurisprudência do Estado de Minas Gerais*, Marciel Mendes Borges, *Teoria e Jurisprudência do assédio moral: um estudo nas agências bancárias do Estado do Rio Grande do Norte*, e Francisco Júnio Sá de Medeiros, *Assédio moral nas organizações do Estado do Piauí: um estudo teórico-jurisprudencial*, todos escritos por discentes da Universidade Federal do Piauí e orientados pelo primeiro autor durante os anos de 2012 e 2013.

2. A revista especial do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) intitulada *Dossiê Nacional 3: precarização das condições de trabalho I*, publicada em abril de 2013, sinaliza, por exemplo, em *Reuni causou modificação negativa no ethos acadêmico*, que a recente expansão das universidades brasileiras e a consequente precarização das condições de trabalho docente repercutem também no aumento de atos de violência entre docentes (cf. p. 68).

3. Para o tratamento dos dados coletados, contamos com a gabaritada e valiosa ajuda da professora Janayna Arruda Barroso, docente do Curso de Bacharelado em Administração do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, a quem agradecemos vivamente. Cf. também CHRIST, H. D. *Estudo de adaptação e fidedignidade do Questionário de Atos Negativos - Revisado (QAN-R) para o português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

4. A coleta de dados contou com o uso da Escala Likert de cinco pontos, variando de *nunca* a *diariamente*. Para os fins deste artigo, ignorou-se a ambiguidade da expressão *de vez em quando*, a segunda na escala de maximização e de pontuação bastante significativa. *De vez em quando* difere de *mensalmente*, *semanalmente* e *diariamente*, deixando em aberto a dosagem do tempo e sugerindo um tempo maior ou indeterminável entre os atos negativos, mas se assemelha à expressão *às vezes* ou *algumas vezes* no uso cotidiano. Em se tratando da configuração do assédio moral, muitas vezes não é possível fixar simplesmente uma quantidade de repetições dos atos. Além disso, o critério de fixação da frequência à

exposição das condutas negativas, em *semanalmente*, por exemplo, pode estar associado ao assédio moral em fase mais aguda, quando a repetição e o intuito persecutório dos ataques buscam excluir a vítima do seu emprego. É necessário considerar que as primeiras manifestações do assédio são quase imperceptíveis e esse processo se agrava gradualmente.

5. Processos administrativos nº 23111.010176/11-90 e nº 23111.011196/11-32.

6. Boletim ADUFPI disponível em <<http://www.adufpi.org.br/noticias/boletim-adufpi-assembleia-aprova-comissao-contra-desmandos-administrativos-2>>. Acesso em: 16 set. 2013.

7. Por razões editoriais, deixamos de expor uma relação bibliográfica mais extensa. Incluímos nesta nota algumas referências consultadas, mas não citadas direta ou indiretamente no texto. ALKIMIN, M. A. *Assédio moral na relação de trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2010. BARRETO, M. M. S. *Assédio moral: a violência sutil. Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. CARAN, V. C. S.; SECCO, I. A. O.; BARBOSA, D. A.; ROBBAZZI, M. L. C. C. *Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil*. *Acta Paul Enferm*, 23 (6), São Paulo, 2010, pp. 737-744. DAMASCENO, T. N. F. *Assédio moral em Instituições de Ensino Superior (IES): o caso dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. FERREIRA, H. D. B. *Assédio moral nas relações de trabalho*. Campinas: Russell Editores, 2010. FIORELLI, J. O.; FIORELLI, M. R.; MALHADAS JUNIOR, M. J. O. M. *Assédio moral: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: LTr, 2007. FUNDACENTRO. *Dossiê Assédio moral no trabalho*. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 37, nº 126, Brasília, jul./dez. 2012.

- AGUIAR, M. R. M. G. **Assédio moral**: problema antigo, interesse recente. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, nº 1907, 20 set. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11741>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- ANDES-SN. **Dossiê Nacional 3**: precarização das condições de trabalho I, Revista Andes Especial, Brasília, abril de 2013.
- ARAÚJO, F. W. C. **Assédio moral entre docentes da Universidade Federal do Piauí**: sua ocorrência, suas causas e seus efeitos no *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2013.
- ÁVILA, R. P. **As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.
- BORGES, M. M. **Teoria e jurisprudência do assédio moral**: um estudo nas agências bancárias do Estado do Rio Grande do Norte. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.
- BRADASCHIA, C. A. **Assédio moral no trabalho**: a sistematização dos estudos sobre um campo em construção. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CARAN, V. C. S. **Riscos psicossociais e o assédio moral no contexto acadêmico**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- FREITAS, M. E.; HELOANI, J. R.; BARRETO, M. M. S. **Assédio moral no trabalho**. (Coleção Debates em Administração). São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- FREITAS, M. E. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? **RAE-eletrônica**, v. 6, nº 1, São Paulo, jan./jun. 2007. Disponível em <<http://rae.com.br/eletronica>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- GONÇALVES, R. C. **O assédio moral no Ceará**: naturalização dos atos injustos no trabalho. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2006.
- HELOANI, J. R. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE-eletrônica**, v. 3, nº 1, São Paulo, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://rae.com.br/eletronica>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HIRIGOYEN, M. F. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Tradução de Rejane Janowitz. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- MEDEIROS, F. J. S. **Assédio moral nas organizações do Estado do Piauí**: um estudo teórico-jurisprudencial. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012.
- NASCIMENTO, D. A. Semiárido e Arendt: notas de uma experiência revolucionária possível. IHU On-line: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, nº 417, São Leopoldo, 06/05/2013, pp. 46-49.
- NASCIMENTO, S. M. **Assédio moral**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, R. R. B. **Assédio moral no meio ambiente bancário de trabalho**: um estudo auxiliado pela jurisprudência do Estado de Minas Gerais. Monografia (Bacharelado em Administração). Universidade Federal do Piauí, Picos, 2013.

referências

Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se

Maria Clariça Ribeiro Guimarães

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

E-mail: clarica.ribeiro@gmail.com

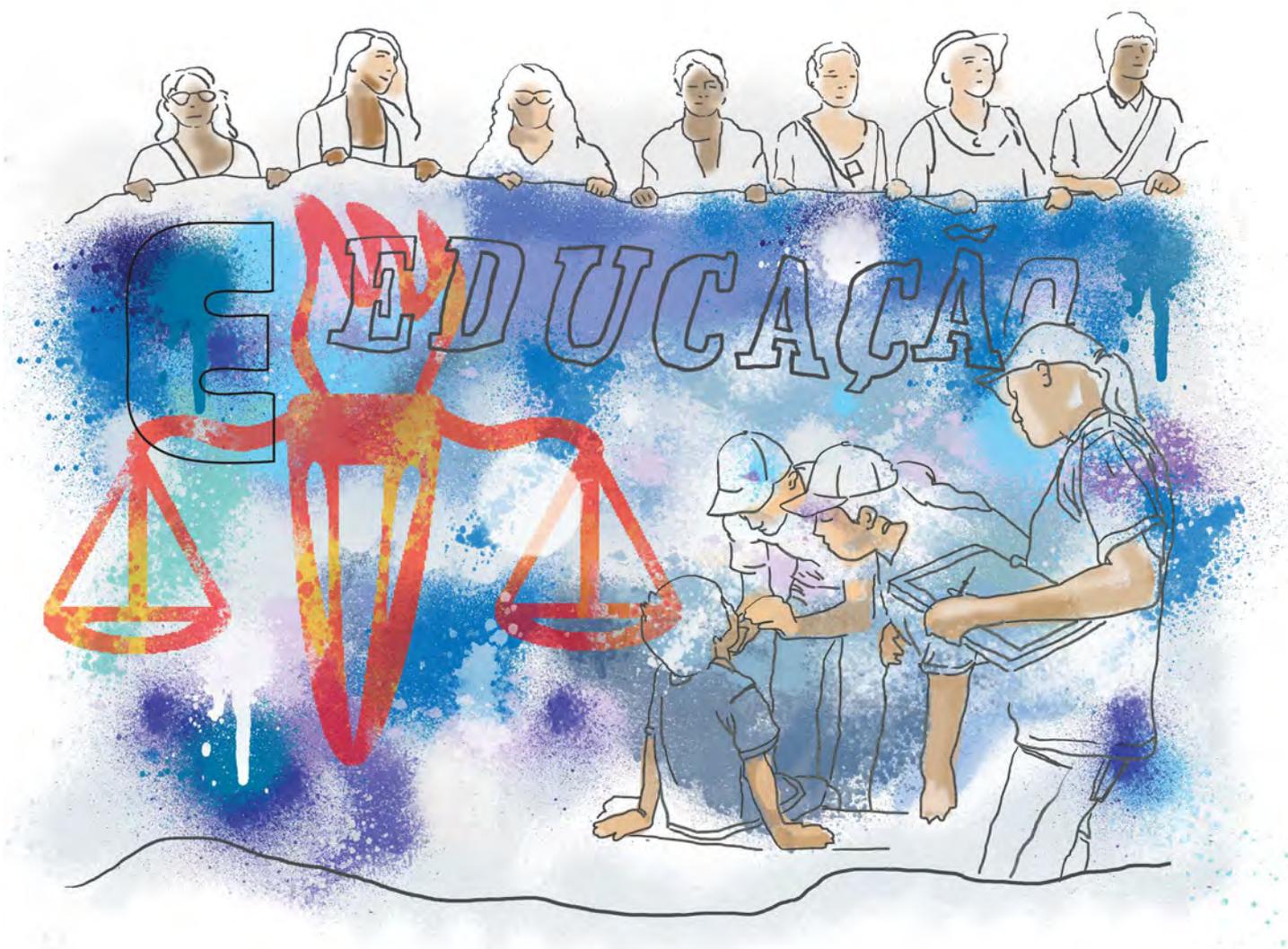
Resumo: O artigo aborda o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) como parte da história da profissão, focando na discussão dos desafios organizativos postos ao Movimento. Resulta de sucessivas aproximações com a totalidade social, constituindo objeto de análise crítica documentos, pesquisas, elaborações teóricas e reflexões fomentadas durante nosso período de militância no MESS (2007-2011). As análises tecidas permitem afirmar que dentre as dificuldades organizativas que vêm distanciando o movimento estudantil de Serviço Social do seu horizonte político e, muitas vezes, comprometendo sua intervenção, destacam-se: as fragilidades na formação teórico-política de muitos(as) militantes, a relação tensa com os partidos políticos e a dificuldade de construção da unidade na ação política. O artigo discute cada um dos desafios identificados e, finalizando, destaca que tais desafios não invalidam a pertinência e viabilidade concreta da ação política do MESS, pois nas contradições da realidade também residem suas possibilidades históricas.

Palavras-chave: Movimento Estudantil de Serviço Social. Desafios Organizativos. Formação Política. Partidos. Unidade.

Introdução

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), construída por diversas gerações, é parte constitutiva da história da profissão e da categoria dos(as) assistentes sociais, não acontecendo descolada desta, na medida em que ambos são processos

imbricados e interdependentes, que se influenciam mutuamente, embora sejam inegáveis as particularidades. O presente ensaio, nesse sentido, objetiva contribuir para problematizar e elucidar, numa perspectiva crítica, a trajetória, os dilemas e os desafios nos quais o Serviço Social se insere, do ponto de vista da organização política dos seus estudantes, assistentes sociais em formação.



Contudo, nossa atenção está voltada centralmente para a história que se processa no tempo presente, em um contexto no qual a ação política do MESS vem sendo materializada em face de uma enorme ofensiva à organização coletiva crítica e combativa. As múltiplas alterações que têm ocorrido no último período, tanto na esquerda brasileira como na própria juventude e na universidade – locus privilegiado de sua atuação –, têm provocado, também, várias dificuldades no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes, o que corresponde a determinações diversas de ordem estrutural e conjuntural. Se estamos optando, neste texto, por darmos maior visibilidade a estes desafios é porque acreditamos que *a história, mais do que a lembrança do passado, é a construção do futuro*. Para seguirmos nesta construção, perceber as contradições é fundamental, inclusive para o enfrentamento dos aspectos que vêm inibindo os avanços das lutas do MESS. Portanto,

caracterizamos a seguir como desafios aspectos do cotidiano do Movimento Estudantil de Serviço Social que, na nossa avaliação, estão comprometendo e, muitas vezes, distanciando o MESS dos objetivos que este se propõe a alcançar¹.

O desafio da formação de militantes

Para que o MESS não perca seu caráter de movimento social, de mobilização para as lutas, é fundamental a formação política de seus militantes. Compreendemos formação política como um processo no qual o indivíduo se percebe como ser histórico capaz de intervir nos rumos da sociedade. Perpassa a apropriação de conhecimentos teóricos e da prática política que instrumentalizem o sujeito para a análise da realidade e para a elaboração de alternativas visando à sua transformação.

Portanto, a formação política é um aspecto complementar e indissociável do exercício da militância, justamente por ser indispensável na luta pela emancipação humana. “Compreende-se formação política como desafio de despertar nos(as) jovens o encanto pelo movimento político, com esperança na organização coletiva, na possibilidade de construção de ações políticas democráticas” (RAMOS, 1996, p. 133). Com esse horizonte, a necessidade de um processo sistemático de formação política dos(as) dirigentes estudantis estaria vinculada, de acordo com Ramos (1996), à enorme dificuldade de articulação das entidades de base (Centros e/ou Diretórios Acadêmicos); ao número limitado de indivíduos que estão preocupados com a coletividade; à baixa renovação dos(as) dirigentes; e à falta de discussão política sistemática entre os(as) dirigentes das entidades estudantis e o conjunto dos(as) estudantes.

Embora exista um esforço dentro do MESS para estar, constantemente, fomentando espaços de discussão entre os(as) estudantes, por meio da promoção de debates, oficinas e cursos, várias fragilidades podem ser identificadas no campo da formação teórico-política da militância do movimento estudantil,

O papel da formação no processo de construção da consciência é demonstrado pelo fato da formação significar um momento teórico da prática política, que consiste na socialização da teoria acumulada, relacionando-a com um contexto concreto e, desse modo, incorporando-a como um novo horizonte para futuras ações do movimento.

com ênfase para o fato desta vir se dando muito mais no plano individual do que coletivo, considerando ainda a transitoriedade da condição estudantil². Realmente a dinâmica do Movimento Estudantil (ME) no sentido da rápida rotatividade de suas lideranças, decorrente do curto período de vinculação à universidade, muitas vezes, reflete em uma certa imaturidade política das lideranças estudantis, porém, este é um aspecto que apenas reforça a necessidade da formação, que é de suma importância para a construção da consciência política.

O papel da formação no processo de construção da consciência é demonstrado pelo fato da formação

significar um momento teórico da prática política, que consiste na socialização da teoria acumulada, relacionando-a com um contexto concreto e, desse modo, incorporando-a como um novo horizonte para futuras ações do movimento. Com relação ao MESS, a fragilidade no campo da formação política é ainda maior quando se refere às escolas privadas, o que não é ausente de determinações.

Além das particularidades que perpassam a organização estudantil nas escolas privadas, destacamos, também, a realidade objetiva dos(as) estudantes que aí estão inseridos, à medida em que, em grande parte, trata-se de estudantes que são também trabalhadores(as) e/ou mães e, em meio à sobrecarga de responsabilidades decorrentes dessa condição, acabam por terem sua participação no movimento estudantil comprometida ou pelo menos minimizada, elementos que não podemos desconsiderar.

Subjacente a essas limitações objetivas dos(as) estudantes, a realidade sugere ainda a existência de dificuldades postas à organização política estudantil, de forma autônoma, nas instituições privadas, haja vista a própria ausência de abertura para espaços fomentados pelo ME.

Outrossim, faz-se necessário aqui analisar o que significa para o MESS a ausência e/ou fragilidades na formação teórico-política de grande parte de seus militantes. Pensamos que o estudo da teoria e a formação política são responsáveis pelo conteúdo dado às reivindicações do movimento, bem como por orientar as táticas e estratégias a serem adotadas. Se a formação política está fragilizada, por consequência, as ações perdem a radicalidade e o seu potencial de intervir qualitativamente na realidade, pois um aspecto não está dissociado do outro. Ao contrário, trata-se de uma relação intrínseca e direta.

A falsa dicotomia teoria e prática, amplamente disseminada atualmente, não pode ser, também, reproduzida no âmbito das organizações de esquerda que visam à transformação societária, dentre as quais a militância do Movimento Estudantil de Serviço Social. Ao contrário, o esforço deve ser na direção de superar tal dicotomia, articulando ação e formação política. É com a articulação dessas duas esferas que o MESS poderá avançar em sua organização e contribuir de forma mais consolidada para a elaboração

teórica e prática de seus militantes, dois aspectos de um mesmo processo.

Obviamente, por mais profunda que seja a formação política, ela é incapaz de gerar a ação por si mesma, até mesmo porque a formação política acontece, sobretudo, na prática concreta da ação política. Contudo, é fundamental que a prática concreta seja mediada pela teoria. Caso contrário, não teremos nada além de um ativismo inconsequente e estéril, que estará longe de atender às suas finalidades.

O entendimento equivocado, muitas vezes presente, de que a atuação no âmbito do MESS pode perfeitamente ser pautada no voluntarismo se reflete numa certa resistência por parte de muitos(as) estudantes para compreenderem a formação teórico-política como pressuposto fundamental para a militância no movimento estudantil, alimentando intervenções políticas com base na “boa vontade” e na espontaneidade. Bogo (2008) nos lembra o quanto é antiga a questão da espontaneidade na ação política e inclusive os próprios clássicos do materialismo histórico-dialético surgiram a partir da necessidade de combater tal ingenuidade. Por exemplo, Lênin, em *O que fazer*, ao expor o seu ponto de vista sobre o caráter e o conteúdo da agitação política, problematiza o voluntarismo na proporção em que se contrapõe ao culto da espontaneidade no domínio da atividade política, referindo-se especificamente ao “aniquilamento da consciência pela espontaneidade” (2008, p. 42).

Outro aspecto que vem dificultando para o MESS a formação de militantes se refere à própria relação do movimento com a base dos(as) estudantes. A própria dinâmica da sociabilidade do capital nos leva, muitas vezes, a claros momentos de acomodação da ordem – amparados na apatia e no imobilismo – e entender esta dinâmica contribui para compreendermos o porquê da expressiva quantidade de estudantes de Serviço Social que não se inserem ou participam de nenhum espaço político fomentado pelo movimento estudantil e tampouco acreditam nas possibilidades da organização coletiva, atitudes extremamente difundidas pela lógica desta sociabilidade.

Sem dúvidas esta não é uma realidade exclusiva do Movimento Estudantil de Serviço Social, mas, certamente, o distanciamento do trabalho de base aliado ao processo de criminalização que o movimento es-

tudantil passa dentro das universidades são aspectos que vêm comprometendo profundamente a formação de novos militantes no âmbito do MESS, pois a formação política precede trabalho de base contínuo: “[...] para mobilizar para as lutas do movimento é necessário que os militantes estejam trabalhando cotidianamente e mostrando aos estudantes os desafios e perspectivas das lutas” (RODRIGUES, 2008, p. 47).

Ao mesmo tempo, as contradições, produzidas no cotidiano das relações sociais, possibilitam que, ao elevarmos nosso nível de consciência, nos percebamos como sujeitos das alterações históricas. Nessa dialética, “a acomodação do proletariado à lógica do capital não é a negação da luta de classes, mas uma das formas de sua manifestação” (IASI, 2007a, p. 114).

Diante desse quadro, um indicativo interessante é a necessidade de priorizarmos novos métodos de organização e mobilização dos(as) estudantes. Novos caminhos precisam ser traçados para que tenhamos condições de responder, adequadamente, às inquietações do tempo presente.

O desafio da relação com os partidos políticos

Diversos estudos têm apontado para a presença dos partidos políticos no cotidiano dos movimentos sociais (MS) e organizações populares, com ênfase para o movimento sindical e o movimento estudantil, considerados prioritários pelos partidos de esquerda (SANTOS, 1995). Tal prioridade se dá no sentido desses movimentos se constituírem como espaços estratégicos para a intervenção dos partidos políticos, haja vista a capacidade que possuem para organizar respectivamente a classe trabalhadora e a juventude.

Nessa perspectiva, as diferentes correntes partidárias da esquerda brasileira têm priorizado a aproximação com os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que muitos militantes de MS são, também, militantes partidários, o que faz com que se estabeleça uma relação extremamente dinâmica e, em vários momentos, também tensa, entre movimentos sociais e partidos.

Importante ressaltar que, por várias décadas, os partidos políticos foram considerados agentes polí-

ticos por excelência da sociedade moderna, detendo praticamente o significado exclusivo da participação política. É no final da década de 1970, no contexto de rearticulação dos segmentos sociais, que uma diversidade de forças políticas de diferentes matizes, projetos e ideologias, entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e MS, passa a dinamizar o processo de luta por conquista e ampliação de direitos, provocando profundas alterações na esfera da participação política.

Inclusive porque é no final da década de 1970 – no contexto da redemocratização da sociedade brasileira – que os partidos políticos, também, passam a se reorganizar. Nesse período, a estrutura partidária passa por alterações importantes, tendo em vista o fim do bipartidarismo até então existente, o que proporciona a ampliação expressiva da quantidade de partidos presentes na arena política, ocasião na qual “O PCB e o PC do B voltam à legalidade e, num processo de mobilização e organização dos trabalhadores, cria-se o PT” (SANTOS, 1995, p. 13). Dessa forma, os par-

A primeira tendência, identificada no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social, que se contrapõe à presença dos partidos no Movimento, é demonstrada por meio de uma postura antipartidária. Tal posição é expressiva da cultura política brasileira que tem uma visão negativa dos partidos, bem como da crise de representatividade que os partidos vêm passando atualmente.

tidos políticos continuam sendo importantes instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora³, porém, a arena política se complexifica à medida em que novos sujeitos coletivos surgem e apresentam demandas e reivindicações múltiplas e plurais.

No cotidiano dos espaços do MESS, aparecem tendências diferenciadas no que se refere à forma como os(as) estudantes percebem a presença de articulações partidárias no interior do movimento estudantil e as implicações de tal atuação para o processo de organização do MESS. São elas: a enorme resistência à presença dos partidos e negação da necessidade de articulação com eles e uma segunda tendência, que admite os partidos políticos como organizações que

podem contribuir para a organicidade do movimento e formação política de seus militantes e percebe os partidos de esquerda como aliados importantes.

A primeira tendência, identificada no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social, que se contrapõe à presença dos partidos no Movimento, é demonstrada por meio de uma postura antipartidária. Tal posição é expressiva da cultura política brasileira que tem uma visão negativa dos partidos, bem como da crise de representatividade que os partidos vêm passando atualmente. No cotidiano da organização política, a satanização das estruturas partidárias implica, também, na negação da necessidade de qualquer articulação com partidos políticos, numa lógica que conduz, em última instância, ao isolamento e um reforço ao corporativismo.

Se baseiam em experiências de relações do movimento estudantil com os partidos políticos que se inserem numa perspectiva instrumental, que, conforme Santos (1995, p. 55), se caracteriza por “uma supervalorização dos ensinamentos da vanguarda do partido, a ponto de minimizar as necessidades e reivindicações concretas dos MS”. Com base nessa perspectiva, os partidos políticos se utilizam dos movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, exclusivamente para divulgar suas concepções e para fins políticos definidos pelo partido. Devido a práticas desse tipo, muitos militantes do movimento estudantil passam a manifestar grande resistência à presença de partidos políticos nos espaços do MESS.

Entendemos que, de fato, devemos nos contrapor às posturas partidárias instrumentais para com o movimento; no entanto, consideramos um equívoco que, muitas vezes, o esforço para desvincular o MESS de partidos se reflita numa supervalorização da espontaneidade dos sujeitos que constroem o movimento, estendendo a resistência, também, aos próprios estudantes que se organizam em partidos. Com isso se está também negando a importância de que os sujeitos que constroem o movimento estudantil possam conhecer e se aproximar de outras organizações que pensam a transformação societária, como é o caso dos partidos políticos.

A posição de defesa de um certo “distanciamento partidário” é frequente no cotidiano da organização do movimento estudantil, aproximadamente desde a

reconstrução da UNE, em 1979, conforme assinala Oliveira (1994). Isto porque os fortes embates políticos, expressos nos Congressos Nacionais da UNE, levaram a muitas interpretações de que os insucessos da entidade estariam na presença dos partidos políticos de esquerda em seu interior, o que é, também, observado no âmbito do MESS na realidade contemporânea. Entendemos que esta é uma concepção reducionista que considera, de antemão, os partidos como aparelhistas e antidemocráticos, quando, na realidade, o fato de militantes do MESS serem, também, filiados(as) ou simpatizantes de determinados partidos políticos não significa, necessariamente, a instrumentalização ou a perda da autonomia do movimento.

Há ainda concepções, dentro do MESS, que sinalizam para a importância e necessidade de articulação entre movimentos sociais e partidos políticos, numa perspectiva que considera o vasto leque de contribuições que a organização partidária pode dar para a construção de linhas políticas de atuação e, principalmente, para a formação política dos(as) militantes do MESS, reconhecendo os partidos de esquerda como aliados importantes e, além disso, percebendo a participação dos(as) estudantes em partidos políticos como uma possibilidade para contemplar a fragilidade de formação teórica-política no âmbito do movimento estudantil, atualmente.

Considerando as contribuições e embates da complexa relação entre o MESS e os partidos políticos, podemos afirmar que acreditamos na possibilidade de se travar uma relação verdadeiramente democrática entre estes sujeitos coletivos. Em outras palavras, isso significa o estabelecimento de uma relação fundada no confronto entre saberes, tal como situa Santos (*loc. cit.*). Sob essa ótica, consideram-se as singularidades de organização e interesses tanto do movimento estudantil como dos partidos políticos que nele atuam.

Compreende-se que ao mesmo tempo em que o movimento estudantil não deve de forma alguma se configurar como mero transmissor de diretrizes externas, também não deve construir um projeto político de forma isolada. Por sua vez, os partidos políticos devem superar práticas vanguardistas e articular-se ao MESS de forma isenta de qualquer autoritarismo e

imposição política. A organização, a ideologia, a práxis e o projeto do MESS são construídos e expressos, cotidianamente, pelos seus próprios sujeitos, num processo historicamente determinado, embora as alianças se façam necessárias.

Importante recordar, nessa perspectiva, que Florestan Fernandes, ao discutir movimento socialista e partidos políticos⁴, afirma com clareza que há uma relação profunda entre o movimento socialista, o partido e a classe, sendo esta o elemento central que condiciona e regula o vigor do movimento e do partido.

Assim, evidencia uma relação de interdependência entre movimento e partido, obviamente mediada pela luta de classes, enquanto realidade histórica condicionante dessa relação, ao assinalar que quando o movimento socialista é fraco, correspondentemente têm-se partidos socialistas também fracos: “Basta que vocês pensem sobre o Brasil: nós não temos um movimento socialista vigoroso. Qual é a consequência? Nós não temos também partidos socialistas fortes, que possam exercer funções agregadoras ou aglutinadoras [...]” (FERNANDES, 2008, p. 391).

Assim, evidencia uma relação de interdependência entre movimento e partido, obviamente mediada pela luta de classes, enquanto realidade histórica condicionante dessa relação, ao assinalar que quando o movimento socialista é fraco, correspondentemente têm-se partidos socialistas também fracos.

Essa afirmação extremamente atual de Florestan Fernandes – que nos dá mesmo a impressão de que sua análise está se remetendo aos tempos presentes – nos remete a uma análise do processo de construção da ação política da esquerda brasileira, no cenário contemporâneo, pois, nessa direção, se atualiza o indicativo de que os setores de esquerda devem rever seus valores, táticas e estratégias para a realização da transformação social.

A compreensão dessas variadas tendências e concepções, presentes dentre a militância do Movimento Estudantil de Serviço Social acerca da atuação de articulações partidárias no âmbito do MESS, é fundamental para discutirmos o desafio da construção da unidade na ação política. Afinal, grande parte das di-

vergências que, atualmente, tensionam a organização política dos(as) estudantes de Serviço Social advém, principalmente, de distintas orientações partidárias ou ainda de um certo tensionamento entre os militantes partidários e os chamados independentes – estudantes que não aderiram a nenhum dos grupos políticos que atuam no MESS –, que, muitas vezes, se esforçam para atribuir ao movimento um caráter ‘neutro’ em relação a partidos e governos.

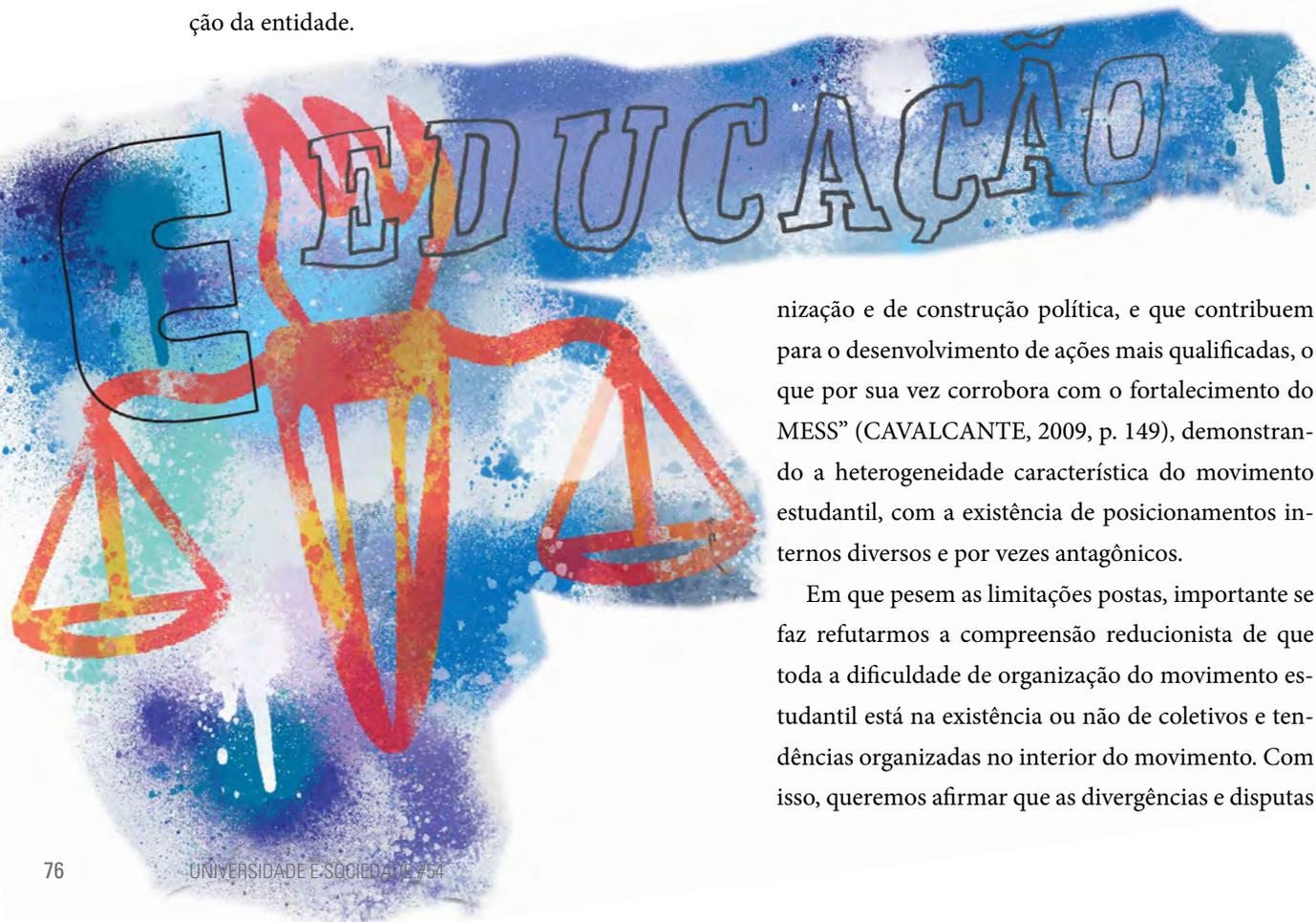
O desafio da construção da unidade na ação política⁵

Historicamente, é expressiva a presença de estudantes organizados(as) em grupos no movimento estudantil. No âmbito do MESS, os agrupamentos políticos passam a se organizar em teses a partir do ano de 1992, passando a disputar a direção da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (CAVALCANTE, 2009). A emergência de diferentes grupos organizados em teses em torno de determinado projeto, com propostas e princípios comuns de intervenção na luta, ao mesmo tempo em que expressava o acúmulo político do movimento, também, contribuiu para o acirramento das disputas pela direção da entidade.

Para além desse aspecto, a disputa entre os diferentes grupos e tendências que militam no MESS também é expressa no processo de aprovação de propostas no ENESS, haja visto que as deliberações aprovadas pelo conjunto dos(as) estudantes presentes no fórum máximo de organização do MESS representam a direção a ser assumida pela ENESSO em sua ação política, com relação a: Conjuntura, Universidade, Formação Profissional, Movimento Estudantil, Cultura e Opressões, campos prioritários de atuação da Executiva.

É bem verdade que nem todos os grupos organizados elaboram teses; no entanto, a produção destas é importante, na medida em que se trata de documentos que explicitam para o conjunto dos(as) estudantes as concepções, análises e posições com as quais cada grupo converge e/ou diverge.

Na concepção de Rodrigues (2008), os(as) estudantes organizados(as) politicamente em grupos acabam por se diferenciar dentre os demais por atuarem, cotidianamente, na articulação e nas lutas do MESS, tendo, muitas vezes, papel de protagonistas na proposição, articulação e implementação das estratégias de ação defendidas pelo movimento. Nessa perspectiva, os grupos são “importantes espaços de orga-



nização e de construção política, e que contribuem para o desenvolvimento de ações mais qualificadas, o que por sua vez corrobora com o fortalecimento do MESS” (CAVALCANTE, 2009, p. 149), demonstrando a heterogeneidade característica do movimento estudantil, com a existência de posicionamentos internos diversos e por vezes antagônicos.

Em que pesem as limitações postas, importante se faz refutarmos a compreensão reducionista de que toda a dificuldade de organização do movimento estudantil está na existência ou não de coletivos e tendências organizadas no interior do movimento. Com isso, queremos afirmar que as divergências e disputas

políticas, no âmbito do MESS, são legítimas e devem ser asseguradas, numa perspectiva de se garantir o máximo da liberdade de crítica e de discussão. Porém, tal postura implica em negar a intolerância e a agressividade, que, muitas vezes, se estendem às relações pessoais entre os sujeitos que constroem o movimento.

Ademais, é preciso maturidade política da militância do MESS para que, não obstante as profundas divergências que se possa ter com determinado grupo político – que em dado momento se encontre na direção da ENESSO, por exemplo, sejam em termos ideológicos, táticos ou de concepções e práticas –, tais divergências não comprometam a ação política da ENESSO. Isso porque entendemos que as divergências políticas são importantes e devem ser evidenciadas na proporção em que estas enriquecem o debate e expressam o amadurecimento político dos(as) militantes do MESS. Contudo, é problemático para a ação do movimento que – quando não trabalhadas de forma democrática – essas divergências, muitas vezes, limitem os debates, sectarizem posições e dificultem o fortalecimento das lutas.

O exemplo mais perceptível disso é quando da realização de atos públicos em ocasião dos encontros nacionais, nos quais, geralmente, o tensionamento, entre os grupos políticos que atuam no MESS, dificulta a construção de um ato unitário, já que existem divergências quanto às reivindicações a serem pautadas, revelando práticas sectárias. Esse processo fragiliza o MESS, também no sentido de desmotivar alguns(mas) estudantes a participarem dos espaços do movimento.

Sobre a dificuldade de construção de atos públicos unitários, em linhas gerais, podemos nos remeter ao XXXII ENESS, no qual a citada dificuldade de conseguir, por meio do debate, se chegar a um denominador comum entre as diversas forças políticas acerca da bandeira de luta que seria pautada no ato público resultou em uma manifestação que abarcava múltiplas pautas: opressões (machismo, racismo e homofobia), tropas brasileiras no Haiti, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), passe livre e muitas outras. Na nossa avaliação, esta multiplicidade dificultou o diálogo com a sociedade, tendo em vista que as pessoas não conseguiam apre-

ender, exatamente, de que se tratava a reivindicação do movimento.

Além disso, a forma como o processo de construção do ato foi encaminhada possibilitou que cada estudante (organizado ou não em grupo) produzisse qualquer cartaz que desejasse, sem realização de debate anterior. Com isso, o MESS acabou indo às ruas, neste ato, levando, também, um cartaz com os dizeres: “Contra o preconceito ao Ensino à Distância”, portanto, numa direção totalmente contrária às deliberações da ENESSO, que continuam a reafirmar a luta contra essa modalidade de ensino, não sendo esta posição advinda de nenhum preconceito e sim de inúmeros debates anteriores. Não estamos, com isso, negando a importância que teve a realização do referido ato público para a construção da consciência política dos(as) estudantes, pois este trouxe, também, elementos da radicalidade e da luta do MESS, no processo de ocupação de dois ônibus na ida e na volta do ato, na paralisação provocada nas ruas do centro de Teresina-PI e realização de assembleia de estudantes com falas públicas. Contudo, não podemos deixar de registrar nossa compreensão de que as fragilidades

Sobre a dificuldade de construção de atos públicos unitários, em linhas gerais, podemos nos remeter ao XXXII ENESS, no qual a citada dificuldade de conseguir, por meio do debate, se chegar a um denominador comum entre as diversas forças políticas acerca da bandeira de luta que seria pautada no ato público resultou em uma manifestação que abarcava múltiplas pautas.

na construção do ato foram, também, advindas da dificuldade do movimento de construção da unidade na ação política.

Uma outra dificuldade é que, atualmente, os grupos muitas vezes não têm conseguido cumprir o seu papel de impulsionar a política da ENESSO, tendo em vista não estarem hoje mais formulando e propondo como anteriormente, o que acaba também refletindo na dificuldade de receber a crítica por parte dos grupos organizados no MESS e, desse modo, se dificulta o debate no campo das ideias, segundo sinaliza o documento seguinte:

Alguns companheiros têm reagido de maneira quase histérica às críticas políticas. Isso é preocupante, pois demonstra certa incapacidade de lidar com opiniões diferentes e revela um certo infantilismo, até por companheiros já experientes no ME. Esses companheiros tendem a levar a crítica política para o lado pessoal e na maioria das vezes as rebatem não com outra crítica política, mas com uma autodefesa sentimentalista e personalista, que desvia o foco da crítica para os indivíduos de um grupo, ao invés de entendê-la como uma crítica às propostas, bandeiras e métodos usados pelo grupo (COLETIVO SERVIÇO SOCIAL EM LUTA, 2010, s/p).

Entendemos que a superação do mito da neutralidade provoca, também, a necessidade de nos contrapormos ao mito de que a harmonia deve prevalecer no campo do debate das ideias, pois o projeto ético-político profissional do Serviço Social explicita a importância de que as diferentes posições teóricas e políticas sejam expressas nos debates.

Vale chamar atenção para o fato de que garantir o pluralismo no debate das ideias não significa que todas as posições são análogas ou equivalentes, pois a profissão tem direção social clara e definida e, desse modo, seria hipocrisia querer que os debates ocorram totalmente isentos de tensões e conflitos. Contudo, faz-se extremamente necessário que saibamos lidar com as polêmicas e momentos de acirramento dos debates de forma respeitosa e democrática.

Corroboramos com a posição de que o espaço para a crítica deve ser garantido cotidianamente, pois tanto a negação do debate como a transformação deste em mera troca de acusações são, na realidade, expressões do conservadorismo e, portanto, não corresponde à cultura política do Serviço Social e de sua organização estudantil. Porém, faz-se necessário aprofundarmos nossa compreensão acerca da construção da unidade na ação política e qual o seu sentido e significado, pois não podemos também, “em nome da unidade”, abrir mão das divergências e disputas, como se as mesmas não existissem.

Na atualidade, as disputas existentes entre as vertentes que se organizam no MESS se referem, principalmente, à posição com relação ao debate UNE versus ANEL. Enquanto para algumas tendências não é possível disputar os espaços da UNE com os setores

governistas, investindo na construção de uma outra entidade, para outros grupos organizados no MESS, embora a entidade nacional de organização estudantil esteja hoje totalmente aparelhada, a participação nos espaços da UNE se constituem, também, como forma de dialogar com os(as) estudantes de base que se fazem presentes em seus fóruns com o objetivo de conhecer o ME. As divergências acerca da construção ou não da ANEL pode ser apreendida a partir da análise das teses apresentadas no XXXII ENESS (Piauí):

Defendemos que a ENESSO construa a ANEL. Por toda a similaridade do programa, métodos e concepção de movimento estudantil. Inclusive, achamos que não tem motivo para a ENESSO ainda não construir a ANEL, posto que compartilham das mesmas demandas e existe harmonia entre suas políticas. Por exemplo, o boicote ao ENADE, a defesa de uma universidade pública gratuita e de qualidade, de aliança entre estudantes e trabalhadores e um longo etc. (A Saída é Pela Esquerda, 2010, p. 11).

Ainda que dentro dessa tese do Pão e Rosas, parte dos integrantes defende a entrada na ANEL. Não achamos que isso se dará por decreto ou por uma discussão de quem está na Executiva, e nem mesmo pelo que a ANEL é hoje. [...] Prática política dos setores majoritários da entidade (PSTU, que atualmente está na Executiva da ENESSO) é um limite concreto que vemos a necessidade de superar, já que nas principais lutas a ANEL continua distante [...] resumindo-se a uma contraposição apenas superestrutural ao governismo da UNE (Pão e Rosas, 2010, p. 37).

De um lado a direção majoritária da UNE opta pela desmobilização dos estudantes e apoio incondicional ao governo, por outro, há um oportunismo vanguardista de construir, às pressas, sem discussão alguma com o conjunto dos estudantes uma nova entidade, no caso, a ANEL, por isso fazemos a opção pela organização e o trabalho de base e rechaçamos o movimento de cúpula [...] pois não concordamos com o debate oportunista e derrotista de crise de direção, nem da intervenção governista sem resistência por parte da direção, como fundamento para romper com as entidades. Mesmo porque a UNE já passou por situações piores na década de 1950, quando a base recuperou os rumos dessa organização das mãos da direita (Construindo pela Base, 2010, p. 30).

Uma outra grande expressão das divergências que acirram os debates entre as tendências organizadas no MESS é com relação à defesa ou o contraponto às políticas educacionais do governo Lula. Estas, além de estarem provocando diversas mudanças no sentido da Universidade, e voltando, predominantemente, para responder as exigências do capital e não garantindo uma formação profissional de qualidade, também vêm conseguindo fragmentar o movimento estudantil. Isso porque determinados setores que atuam no MESS colocam para a base dos(as) estudantes que a disputa trata-se meramente de “estudantes da pública versus estudantes da privada”, ou ainda: “estudantes das presenciais versus estudantes de Ensino a Distância (EAD)”, conseguindo, com isso, desqualificar o debate.

O fato é que, embora seja praticamente inevitável a existência de divergências estratégicas e táticas – e consideramos importante que estas sejam explicitadas –, a construção da unidade é um aspecto da ação política que deve perpassar o cotidiano da intervenção do MESS, principalmente por meio de construção de campanhas e atos públicos que dialoguem com a base dos(as) estudantes e contribuam para o seu processo de politização.

Desse modo, fortalecemos a luta em defesa de outro projeto de Universidade e de sociedade. Afinal, embora sejam inegáveis as diferenças existentes entre os coletivos que atuam no MESS, estas podem e devem ser democraticamente debatidas numa perspectiva de buscar a superação da imensa dificuldade que os grupos têm para a construção de pautas e programas que possam unificar os setores combativos do movimento. O sectarismo que, muitas vezes, se faz presente nos espaços do movimento estudantil apenas reforça a sua fragmentação e divisionismos e compromete o fortalecimento das lutas a serem encampadas. Desse modo, a realização do amplo debate em torno de propostas, concepções e práticas, sem perder a dimensão da importância de construção da unidade por parte dos grupos de esquerda, contribui para que o MESS se consolide como um espaço participativo, democrático e de afirmação da direção social da profissão.

Considerações finais

A história do Serviço Social vem sendo escrita a muitas mãos. É uma história-síntese de muitas gerações de estudantes e profissionais, de lutas e contribuições de diversos sujeitos individuais e coletivos. Mesmo em um contexto de regressão de direitos e ofensiva à organização coletiva, continuamos a escrever a história do Serviço Social brasileiro na luta e, neste percurso, o Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante. Entretanto, a relevância da organização crítica dos(as) estudantes de Serviço Social não se esgota aí e transborda o campo estritamente político.

Ficamos a pensar, então, se assim como o acúmulo e a maturidade política construída por dentro do MESS respingam também no seio da categoria profissional, a médio ou longo prazo, em que medida também as dificuldades organizativas do movimento

O Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante.

não rebatem/rebaterão em outras instâncias e espaços da categoria profissional? O que queremos dizer com isso é que o Serviço Social não é impermeável ao conjunto de alterações e novos desafios, questões e perspectivas que se apresentam ao movimento no qual seus(suas) estudantes se organizam e, nesse sentido, o debate sobre o movimento estudantil não é de forma alguma distante e apartado do debate sobre esta profissão e os rumos que a mesma toma.

A ENESSO é patrimônio político do Serviço Social brasileiro e mais do que nunca é urgente e necessário

analisar com criticidade e perspectiva de totalidade a realidade e as condições sociais nas quais sua atuação está inserida, imersa nas determinações mais gerais das relações de classe, e constantemente lembrar os momentos e conquistas da história do MESS que possibilitaram saltos qualitativos em sua trajetória para nos inspirarmos e nos reoxigenarmos para a construção da história que virá. Mais do que isso, é preciso apostar nas contradições e na nossa capacidade de transformação da realidade e reafirmar o MESS como sujeito partícipe do processo de construção e enraizamento do projeto ético-político profissional. O tempo presente exige coragem e ousadia e o desafio é (re)encantar-se! **US**

notas

1. É bem verdade que há uma grande dificuldade para conhecimento da história do MESS antes do período ditatorial, haja visto que muitos documentos e registros históricos se perderam e/ou foram destruídos durante o processo da ditadura militar instaurada em 1964. No entanto, existem pesquisas significativas produzidas nacionalmente, sejam no âmbito da graduação ou da pós, sobre a ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social, a exemplo das pesquisas de: Rodrigues (2008); Silva (2008); Cavalcante (2007) – monografias de graduação – e Cavalcante (2009); e Ramos (1996), dissertações de mestrado. Em termos de artigos publicados em revistas na área, referenciamos ainda as produções de SANTOS e RAMOS (1997) e BRAZ e MATOS (2008). Para um resgate histórico da trajetória do movimento, indicamos a consulta a esses trabalhos, pois tal trajetória não é objeto de discussão do presente texto.

2. Aos setores que insistem em negar a caracterização do movimento estudantil (ME) como movimento social devido ao caráter transitório de seus militantes, ressaltamos que o argumento da transitoriedade dos estudantes é absolutamente insuficiente para negar o acúmulo e a perspectiva histórica do ME, especialmente porque acreditamos que o debate deve ser pautado sob a ótica não do indivíduo, mas de um sujeito coletivo. Evidente que o(a) estudante

enquanto sujeito individual tem diante de si um período temporal bastante limitado para intervenção e articulação no âmbito do movimento estudantil, mas faz-se necessária a capacidade de se reconhecer no outro e perceber a história como a continuação da obra coletiva. O processo de disputa por uma educação voltada para a transformação e construção de uma nova sociabilidade, sem dúvidas, transcende trajetórias individuais. Daí termos a convicção de que a transitoriedade se refere de fato aos sujeitos que militam no ME e de forma alguma ao movimento estudantil em si.

3. Faz-se necessária aqui, obviamente, a adequada diferenciação entre partidos políticos de esquerda e de direita. Em contraponto às posições que sustentam a não utilidade prática dessa diferenciação, temos nos construído por dentro do campo teórico-político que reafirma a atualidade de se falar em Direita e Esquerda no Brasil contemporâneo. Não obstante, reconhecemos que novas particularidades e desafios merecem ser considerados. Ao mesmo tempo, também polemizamos com algumas concepções mais difundidas quanto ao que distingue Direita e Esquerda, por as considerarmos por vezes bastante complexas e, por outras, um tanto quanto simplistas. Sader (1995, p. 114), por exemplo, entende que “no Brasil, a esquerda significa a contraposição ao neoliberalismo [...] e a concepção de direita no Brasil está historicamente identificada com o conservadorismo, com a elite, com a desigualdade social”. Um olhar atento para este critério de distinção entre esquerda e direita logo o questiona, pois o neoliberalismo ainda é muito recente em termos históricos. Então, como associar de forma tão contundente a esquerda à ofensiva neoliberal? Nesse caso, antes do neoliberalismo, não existia esquerda no Brasil? E até que ponto podemos dizer que todos aqueles que se contrapõem ao projeto neoliberal são mesmo de esquerda? Se é assim, o que dizer dos defensores do keynesianismo? Polêmicas à parte, por ora, nos limitamos a lembrar que no MESS não se fazem presentes exclusivamente partidos de esquerda, mas também de direita, embora de forma menos expressiva. A presença dos partidos de direita nos espaços do movimento estudantil pode ser mais facilmente visualizada, por exemplo, em ocasião dos Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE).

4. Conferência promovida em 1978 e publicada em Teoria da Organização Política III, obra organizada por Ademar Bogo pela Editora Expressão Popular.

5. Para a construção deste item, nos fundamentamos especialmente na pesquisa documental realizada por meio da análise das teses produzidas pelos grupos políticos que tensionam o MESS atualmente, apresentadas no XXXII ENESS (Teresina-PI), em julho de 2010.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 96. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento Estudantil de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**: trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade. Mossoró-RN, 2007.

_____. **Movimento Estudantil e Serviço Social no capitalismo contemporâneo**: tendências e particularidades. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

FERNANDES, Florestan. Movimento Socialista e Partidos Políticos. In: BOGO, Ademar (org). **Teoria da Organização Política III**: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IASI, Mauro Luís. O conceito e o não conceito de classes em Marx. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** Problemas cadentes do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **A mitologia estudantil**: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano. Maceió: Editora Universitária, 1994.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social**: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1996.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a formação política do(a) estudante de Serviço Social**: contribuições e desafios. Natal-RN, 2008.

SANTOS, S.M.M. **A dimensão política dos movimentos sociais**: um estudo das representações dos dirigentes comunitários sobre a relação entre os Movimentos Sociais Urbanos e os Partidos Políticos. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1995.

_____; RAMOS, S.R. O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social. In: **ABESS**. Nº 07. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. **Convite à rebeldia**: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade. Fortaleza-CE, 2008.

DOCUMENTOS

TESE A Saída é pela Esquerda. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

TESE Construindo pela base. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

TESE Pão e Rosas. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

TESE Serviço Social em Luta. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (org). Caderno de Teses. XXXII ENESS: Piauí, 2010.

referências

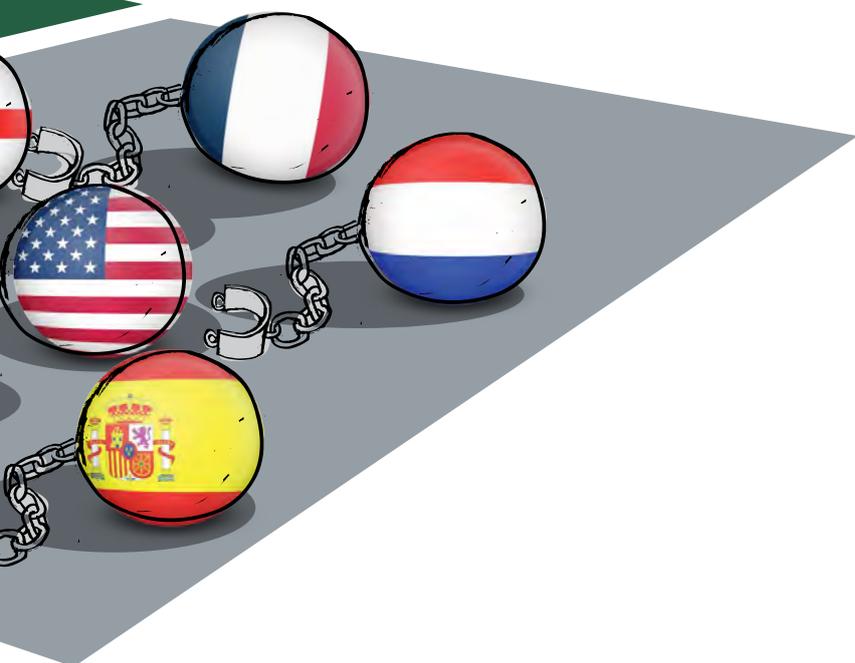




Canta América

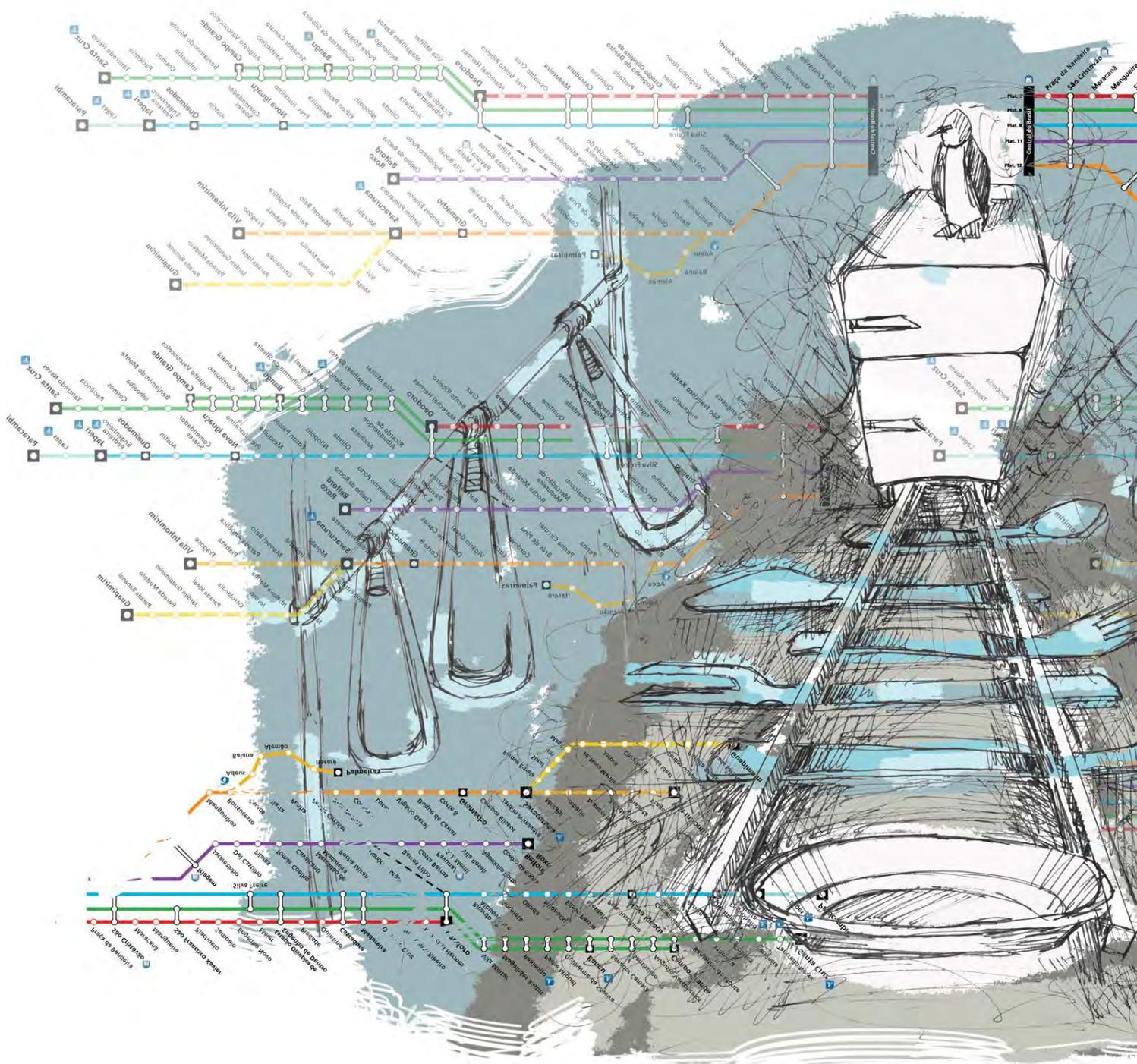
Solano Trindade

Não o canto de mentira e falsidade
que a ilusão ariana
cantou para o mundo
na conquista do ouro
nem o canto da supremacia dos derramadores
de sangue
das utópicas novas ordens
de napoleônicas conquistas
mas o canto da liberdade dos povos
e do direito do trabalhador...



Tem gente com fome

Solano Trindade

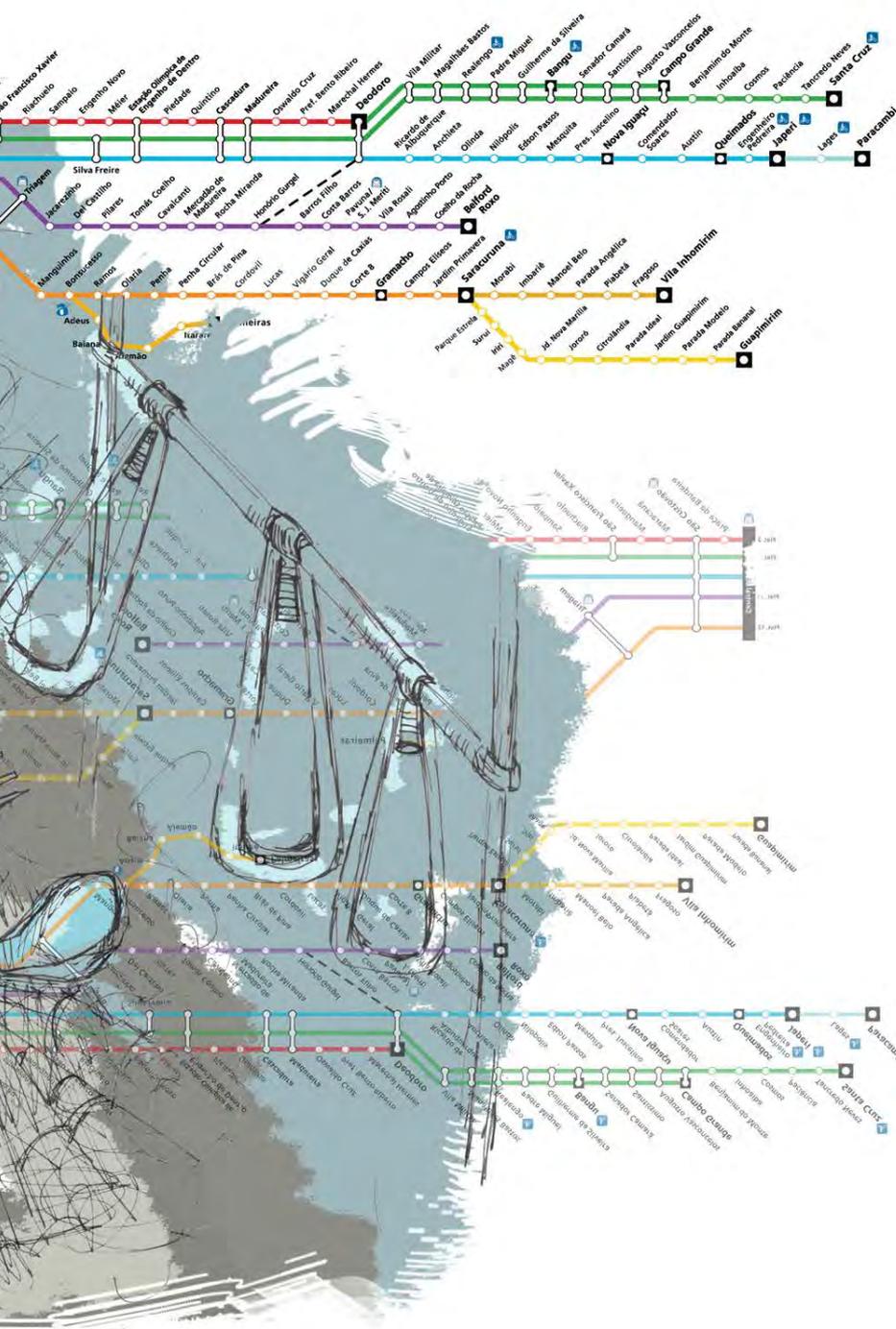


Trem sujo da Leopoldina
 correndo correndo
 pra dizer
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 Piiiiii
 estação de Caxias
 de novo a dizer
 de novo a correr

tem gente com fome
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 Vigário Geral
 Lucas
 Cordovil
 Brás de Pina
 Penha Circular
 Estação da Penha
 Olaria
 Ramos
 Bom Sucesso
 Carlos Chagas

trem sujo da Leopoldina
 correndo correndo
 parece dizer
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 Tantas caras tristes
 querendo chegar
 em algum destino
 em algum lugar

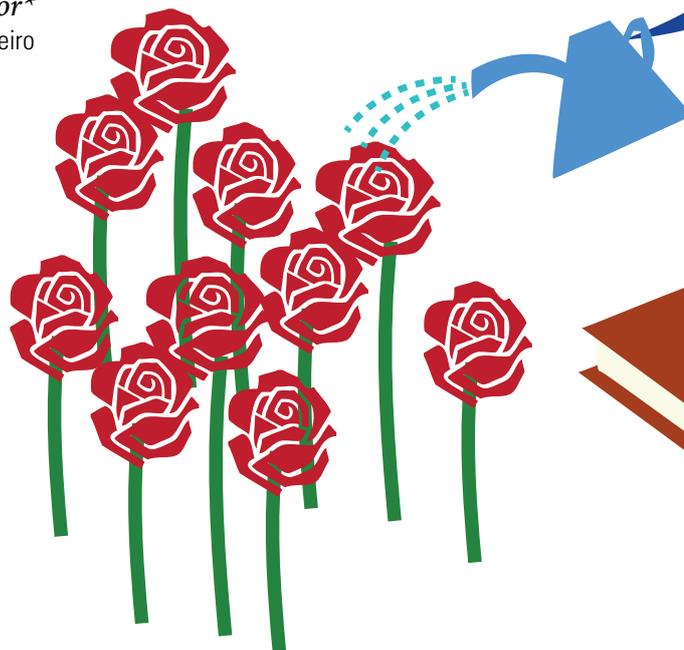
Trem sujo da Leopoldina
 correndo correndo
 parece dizer
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 tem gente com fome
 Só nas estações
 quando vai parando
 lentamente começa a dizer
 se tem gente com fome
 dá de comer
 se tem gente com fome
 dá de comer
 se tem gente com fome
 dá de comer
 Mas o freio do ar
 todo autoritário
 manda o trem calar
 Psiuuuuuuuuuu



Quais são os inimigos do povo?

*Theotônio Júnior**

Escritor e militante, Rio de Janeiro



Por que conhecer os inimigos do povo?

O povo tem muitos inimigos, mas não pode combatê-los porque os desconhece. Esses inimigos lhe dão uma ideia falsa dos problemas do País e procuram se esconder da opinião pública. O povo fica, assim, desorientado e não sabe se conduzir adequadamente na vida de cada dia, no trabalho, na casa e na participação política, de maneira a lutar e vencer seus inimigos.

“O homem só é escravo enquanto não sabe da sua escravidão”. O povo só é dominado e espoliado enquanto ignora que é e quem são os culpados da sua escravidão. Os inimigos do povo procuram fazer o homem comum crer que deve resolver seus problemas individualmente, isto é, que cada um deve querer subir na vida, sem se lembrar daqueles que estão ao seu lado. Com isso, os adversários do povo

conseguem dividi-lo e fazer com que as massas lutem no seu próprio seio em vez de lutar contra eles. Enquanto os trabalhadores estiverem preocupados em resolver cada qual o seu problema particular se esquecerão dos que são responsáveis pelo conjunto desses problemas, não procurarão compreender o motivo, a causa de seu sofrimento, e passarão toda a vida se libertando de um problema para cair em outro. Tudo isto porque os homens do povo, os que vivem do trabalho, não se unem para lutar contra os inimigos comuns. Em vez disso, lutam entre si.

Este livro foi escrito para ajudar os trabalhadores a reconhecerem as verdadeiras causas de seus sofrimentos e os culpados por eles. “E depois? De que nos adianta isto?”, perguntará o homem do povo. “Não teremos de continuar vivendo a nossa vida do mesmo jeito, com as mesmas dificuldades?” Não. Se a grande maioria do povo, ou mesmo apenas uma minoria corajosa, tiver consciência clara de quem são



os seus verdadeiros inimigos, procurará organizar-se unindo-se todos os companheiros, em vez de lutar cada um isoladamente contra aqueles inimigos. O trabalhador procurará aumentar a força de sua classe em vez de querer resolver somente questões pessoais. E encontrará, necessariamente, a solução dos problemas, porque ela existe; só não foi, ainda, mostrada ao povo.

Mas por que não foi mostrada? Por que está escondida? E por que se ataca aqueles que a revelam? E por que se persegue aqueles que procuram mostrá-la, esforçando-se por unir e fortalecer a sua classe? Porque os inimigos do povo temem que ele saiba. Temem que estude e, por isso, lhe negam escolas. Temem que leia, que se organize, que descubra quais são seus inimigos. Mas se temem, têm algum motivo. E qual é esse motivo? É porque sabem que o povo, consciente e organizado, é invencível. O trabalhador que não quer lutar ao lado de seus companheiros, que não contribuirá para organizar a sua classe, não

quer conhecer seus inimigos. Esse trabalhador está lutando contra seus filhos e impedindo que venham a ter uma vida melhor num mundo em que os seus opressores serão derrotados e o povo terá o poder.

Somente a consciência esclarecida do povo brasileiro e sua organização independente, para resistir aos adversários, podem solucionar os problemas do Brasil de hoje. As massas possuirão a força para mudar a sua vida e o curso dos acontecimentos, desde que tenham consciência do mundo onde vivem. Aos homens do povo está reservada a maior tarefa do País: levar avante nosso desenvolvimento, eliminar a miséria, o analfabetismo, as doenças de origem social, o desemprego, a incultura, a corrupção, os crimes bárbaros. Esta tarefa é sua, portanto, meu caro leitor, e, se escrevo para você, é para que tome consciência dela e a leve adiante. Nosso estudo e nossa dedicação intelectual não terão sentido se você não disser não ao mundo que aí está, resolvendo-se a conhecer os seus inimigos e derrotá-los definitivamente.

As falsas ilusões

À medida que o tempo passa, a consciência do povo vai superando fases mais atrasadas e vai compreendendo melhor o mundo em que vive. A cada momentânea decepção das massas, os inimigos do povo estão atentos para explorá-la a seu favor, impedindo que os trabalhadores tirem as conclusões dos fenômenos ocorridos. Quando veem que determinada forma de domínio está ultrapassada, procuram substituí-la por outra mais avançada, concedendo melhorias aqui e acolá, para não perderem o poder. Assim é que no momento atual procuram convencer o povo de que é preciso mudar alguma coisa, mas nunca propõem alterações fundamentais que façam o poder cair de suas mãos, entregando-o aos que trabalham. Se analisarmos com espírito crítico a história recente do Brasil, veremos como estão evoluindo, juntamente com o conjunto de nossa sociedade, as maneiras de mistificar o povo. Quais são as falsas soluções que estão sendo apresentadas ao povo brasileiro?

O populismo – Os trabalhadores não se acham organizados numa forma independente das outras classes sociais. Não têm seus líderes, nem seu partido próprio. Assim sendo, são comandados por homens de outras classes, que, apesar de defenderem alguns interesses dos trabalhadores, não os podem defender até o fim, pois, em certo ponto, teriam que assumir atitudes contra sua classe se quisessem levar adiante essa defesa. O que esses homens querem é lançar a confusão na cabeça do trabalhador, para que não raciocine por si mesmo e dispense os que pretendem passar por líderes de massas. Como não podem oferecer aos trabalhadores as verdadeiras soluções, têm que usar outros recursos para convencê-los a apoiá-los. Procuram fingir-se de trabalhadores: falar, andar e vestir como eles. Procuram se identificar psicologicamente com as massas. Esta identificação é aceita por alguns trabalhadores, que pensam: “Este é homem como nós, conversa como amigo nosso, está do nosso lado, logo... ele vai resolver os nossos problemas”.

Há outras espécies de líderes populistas: o grande latifundiário, o banqueiro ou o industrial, que

se apresentam como amigos do trabalhador, como pais do trabalhador (Getúlio, Ademar, João Goulart etc.), e dão a entender que resolverão os problemas do povo porque estão aí do seu lado, como o pai ao lado do filho. Mas, em vez de mostrar os direitos que o povo tem, transformam-no em humilhante dádiva que concedem às camadas populares. Em vez de desenvolverem a confiança do trabalhador em si mesmo e em sua classe, procuram amortecer nele o espírito de luta, levando-o a crer que a solução de seus problemas virá de cima para baixo, do pai para os filhos. Como o outro tipo de populista, esses também defendem o trabalhador apenas até certo ponto: aquele que não esteja suficientemente forte para resolver as coisas por si mesmo. Quando veem que esse ponto se aproxima, recuam, com medo da força da classe trabalhadora, da força dos homens do povo, e tudo fazem para impedir que estes sigam o caminho para o poder.

Outra forma de líder populista é representada pelos trabalhadores ou pequenos proprietários que saem do povo para o poder. Não precisam fingir-se de trabalhadores – eles o são. Mas como não têm a organização de classe que os sustente, e como não pensam em organizá-la, mas, sim, em subir ao poder para ajudá-la, imediatamente passam para o lado de lá. São aqueles que logo depois de eleitos se veem envolvidos pelos doutores e os grandes proprietários. Acostumam-se com tal vida e só pensam em continuar a subir. Tornam-se, assim, inimigos de sua classe. Se mantêm ares de trabalhador, é para não perderem os votos e a confiança da sua classe de origem. Este processo de trituração dos líderes operários pela classe dominante é mais ou menos longo, mas acaba sempre vitorioso porque o operário só é operário enquanto trabalha junto com outro e se identifica com sua classe. Não vamos citar exemplos, porque os trabalhadores estão acostumados a ver isso acontecer todos os dias. O líder operário só pode ser defensor de sua classe quando, apesar de mais destacado, conserva-se ligado ao trabalho de organizar sua classe para aumentar-lhe a força de seus representantes. Só assim conseguirão os homens do povo impedir que seus expoentes se passem para o lado dos inimigos.

Quando o líder populista se destaca, os grandes proprietários e todos os inimigos do povo procuram

utilizá-lo para assegurar apoio popular ao governo. Utilizam-no para toda espécie de manobras contra os autênticos líderes do povo. Procuram fazê-lo dividir os trabalhadores. Dando-lhes falsas esperanças, levando-os a acreditar que desejam promover uma mudança social e que os operários têm representantes próprios no centro de poder político.

Não há nada melhor do que o tempo para mostrar a verdade. O trabalhador pode ser enganado muitas vezes, porém, não pode ser enganado sempre. É por isso que o populismo cada vez mais perde força no Brasil. A consciência popular se desenvolve e não aceita mais esta solução. O trabalhador fica então desesperado, não sabe o que fazer, descredita de tudo e de todos. Na época de eleições, vota em “cacarecos” ou por interesse ou em atenção ao pedido de um amigo. Acha que política é pura sujeira. Torna-se um revoltado, mas, ao mesmo tempo, um apático. Nesse momento, é preciso que existam dentro de sua classe autênticos líderes, para lhe mostrar que a solução não está nos homens de fora que vêm se fingir de trabalhadores ou de amigos. Nem tampouco nos trabalhadores que saem da classe para fazer política, sem se manterem unidos a ela. Os autênticos líderes devem demonstrar aos operários, e ao povo em geral, que a solução está nas próprias massas, na organização delas, na sua força. Os trabalhadores neste estado de espírito parecem-se com o boi que forceja por abrir a porteira que o prende. Esperou várias vezes que o dono a abrisse e ele não abriu. Está irritado e quer sair para ganhar a liberdade. Mas, se seus companheiros lhe mostrarem isto, ele saberá usar a força de que é dotado e arrebentará a porteira. Este é um dos motivos deste livro.

O moralismo – Esta concepção é mais comum na classe média do que entre os operários. Como os homens dessa classe influenciam, por sua oratória e posição social relativamente elevada, aqueles que vivem do trabalho manual, convencem grande parte destes últimos. O operário passa a pensar como homem da outra classe, a qual, apesar de ser também um setor do povo, não é o mais representativo e consciente. Mas por que isto se dá? Pois não estão na classe média os doutores e os estudantes, os funcionários e outras pessoas de estudo? Sim. Embora assim seja,

não podem ter consciência clara dos problemas da maioria do povo, porque não são produtores diretos, isto é, não participam da indústria ou do campo, onde se produzem diretamente os bens fundamentais da sociedade. Estão fora do processo produtivo, atuam na fase de circulação e administração da riqueza. Ora, o problema fundamental de um país é a produção. É ela que sustenta todos os outros setores de atividade, inclusive aqueles em que se ocupam os homens da classe média, os quais, estando afastados da produção, podem dedicar-se mais ao pensamento e às ideias. Esta ocupação será muito positiva se tais ideias refletirem a realidade do País. Se, porém, essa realidade, no seu fundamento, lhes for desconhecida, pensarão que as ideias são as grandes forças que movem o mundo. Ao contrário do operário, que sabe ser o trabalho que move o mundo, que cria as coisas e lhes dá existência, o homem da classe média tende a acreditar que o pensamento é que cria o mundo. Por isso, acha que os problemas do mundo podem ser solucionados com meras ideias, com regras morais, que deverão ser aceitas por toda a gente. Afirmam que o



mal do nosso País é a falta de moralidade pública. Se o governo fosse dirigido por “homens bons”, parecidos com os homens da classe média, tudo correria bem. Ninguém roubaria nem usaria o governo para defender seus interesses. Ninguém perturbaria a ordem e a paz entre os homens. Aí termina a visão crítica com representante da classe média, que não enxerga além desse limitado horizonte. O operário consciente, o que não está sob a influência destas ideias, poderia retrucar-lhe: “Mas, apesar de tudo, minha vida vai continuar a mesma. Vou continuar trabalhando oito horas ou mais por dia, correndo risco de vida no meu trabalho, alimentando-me mal, sem ter escola para os meus filhos, sem roupa para eles, com o perigo de ficar desempregado a qualquer momento, como muitos de meus companheiros”.

E, para melhor desmascarar essa falsa solução, poderia perguntar: “Por que os homens do governo se enchem de dinheiro? E como? Só com o dinheiro que tomam do Estado? Mas por que e para que roubam?” E responderia: “Para satisfazer o seu desejo de enriquecimento. Se continuam a existir as grandes riquezas, sempre existirá a necessidade de ficar rico. Além disto, as grandes negociatas são sempre feitas com a ajuda dos particulares. Os burocratas, os altos funcionários se enriquecem com o dinheiro que lhes pagam para dar mais uma concessão, fazer um papel andar mais depressa etc. O problema não está, portanto, naquele que se vende, mas naquele que compra, pois, se não houvesse para quem se vender não haveria a tentação de humilhar-se com a desonestidade”.

Vemos, portanto, que a solução moralista só pode florescer na cabeça daqueles que estão longe dos verdadeiros problemas do povo. Ora, os inimigos aproveitam-se deste fato e passam a defender ideias semelhantes para ganhar o apoio da classe média e dos operários por ela influenciados. Surgiu no Brasil um homem que aliava os dotes de líder populista ao comando da luta contra a imoralidade pública, sem, no entanto, propor a verdadeira solução para os problemas nacionais. Este homem foi Jânio Quadros. Com o fracasso de seu governo, o povo compreendeu que o moralismo não era a solução. Qual então o verdadeiro caminho? O povo está hoje perplexo e desesperado. Por isto estão expostos a cair nas mãos de um novo demagogo que venha apresentar outra falsa

solução. Se o povo não se organizar imediatamente, e de forma independente, e não propuser seu legítimo programa para o Brasil, corre o risco de fracassar novamente, entregando-se a outros falsos líderes e a outras falsas soluções. Cabe aos operários e àqueles que adotaram a sua maneira de ver o mundo orientar esta luta, pois eles conhecem os problemas principais do País, os que se ligam ao processo de produção industrial e agrária. Os problemas da propriedade, do resultado do trabalho e da sua distribuição pelos membros da sociedade. E, por fim, o problema das relações entre os produtores (os trabalhadores) e os que vivem da apropriação desta produção (os proprietários ou capitalistas).

O desenvolvimentismo – Durante os últimos 7 anos difundiu-se a ideia, defendida particularmente pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, de que a situação brasileira só seria resolvida mediante o desenvolvimento econômico que efetivamente atingisse a todo o povo. A prática mostrou, contudo, que, apesar dos aspectos positivos, o desenvolvimento que se conseguiu no Brasil não foi, definitivamente, para todos. Ficaram assim denunciados os enganos que esta tese implicava, os interesses que defendia, bem como o caráter e as vinculações dos seus propagadores. Como se formulava esta ideologia desenvolvimentista? Dizia que o desenvolvimento econômico por meio da industrialização procurava melhorias em toda a sociedade, aumentava a produção e permitia a todos consumir os produtos produzidos. Possibilitava a construção de estradas e escolas, que a todos serviam, e dava ao Brasil consciência de sua força e potencialidade. Até que ponto esta tese é verdadeira? Eis o que os trabalhadores precisam saber para conhecer perfeitamente as artimanhas dos seus inimigos.

Ninguém pode ser contrário ao desenvolvimento, muito menos o trabalhador. O povo deve apoiar o desenvolvimento, mas deve lutar para orientá-lo a seu favor. Isto significa que o povo é contrário ao desenvolvimento capitalista, o desenvolvimento “a qualquer preço”, isto é, o desenvolvimento que leva sempre à velha conversa de “apertar o cinto” do trabalhador e abrir o do capitalista grande. Quais são os efeitos negativos desse desenvolvimento?

1. O aumento do custo de vida, ou seja, a crescente especulação devida ao fato de que o Estado, ao emitir dinheiro para dar cobertura às suas dívidas, faz crescer o meio circulante, aumentando o preço dos bens e mercadorias existentes. O industrial, o comerciante e o latifundiário aproveitam-se das mais diferentes situações para subir o preço de seus produtos. Mais adiante trataremos deste assunto. Nesse momento, o que nos interessa é assinalar que esse aumento só se produz porque o desenvolvimento não é conduzido pela classe trabalhadora, mas, sim, pelos seus inimigos;

2. As favelas se multiplicam nas cidades. Aqueles que abandonam o campo e chegam às cidades ou não encontram emprego ou se entregam a atividades esporádicas e insuficientes, que não lhes permite pagar o aluguel da habitação decente, cada vez mais caro;

3. O desemprego não deveria existir quando há desenvolvimento, mas existe, e se torna cada vez maior, porque o desenvolvimento brasileiro é desordenado e comandado pelos inimigos do povo. O interesse desses homens está em manter um grande número de desempregados para forçar a queda do preço dos salários;

4. O desenvolvimento vem sendo obtido em aliança com o capital internacional, que cada vez mais domina nossa indústria, nosso comércio e mesmo nossa agricultura. Ora, os capitais estrangeiros levam lucros, “royalties” e outras formas escorchantes de benefícios para os países de origem. E quem produz para obterem esse dinheiro é o povo brasileiro. Assim, acrescentam-se às causas do aumento do custo de vida ainda esta, que é das mais importantes;

5. O desenvolvimento executa-se particularmente no setor industrial; abandona-se o setor agrícola. Mas, como industriais e latifundiários estão aliados contra os trabalhadores – os operários, os homens da classe média e os camponeses – não levam adiante a reforma agrária que seria necessária ao desenvolvimento do sistema capitalista. Este é um novo fator do aumento dos preços e um dos fundamentais;

6. O desenvolvimento exige a conquista de novos mercados no exterior, mas o Brasil está incluído na área do dólar, cujos dirigentes dispõem de grande poder de pressão sobre o comércio exterior de nosso País. Sendo a nossa burguesia comprometida com os

interesses norte-americanos, não possui meios políticos para enfrentar as pressões, abrindo intensivamente o comércio com os países socialistas. Ficam, assim, limitadas as possibilidades de desenvolvimento do País, e nossa receita de dólares vai sendo restringida, porque o mercado internacional dos produtos agrícolas nos é cada vez mais desfavorável. Compreende-se, portanto, porque o desenvolvimento à maneira Juscelino produz mais efeitos desfavoráveis do que favoráveis. Mas quais são os efeitos favoráveis?

Além dos que já destacamos no começo deste caderno, existem outros efeitos favoráveis que são mais importantes para as camadas populares:

1. O desenvolvimento provoca o aumento do número de operários concentrados na cidade. Faz crescer a força da classe operária, dando-lhe mais confiança em si mesma;

2. A técnica se desenvolve e o homem passa a produzir maior quantidade de bens em menos tempo. Os patrões são obrigados a construir escolas, principalmente técnicas, permitindo a alguns operários estudarem e aumentarem o nível cultural da classe trabalhadora;

3. Por efeito destes acontecimentos, a consciência política dos operários e dos homens da classe média (principalmente os estudantes e os intelectuais) se desenvolve. Compreendem que é possível construir um Brasil muitas vezes melhor do que o existente, acreditam no progresso e sentem a necessidade de soluções avançadas para seus problemas. Superam rapidamente as fases atrasadas de pensamento político em que viviam. Ultrapassam o populismo e o moralismo. Mas ultrapassam também, com a ajuda dos que estudam profundamente o assunto, a fórmula do “desenvolvimento a qualquer preço”. Encontramos aí uma importante contradição: o “desenvolvimento a qualquer preço” gera tal consciência política que torna impossível a sua continuação nos termos estabelecidos pela classe dominante. Surge na consciência popular, que observa todos os dias as contradições desse desenvolvimento, o esboço de um programa autêntico e independente. Surge o anti-imperialismo, permitindo às massas descobrir o papel nocivo dos grandes grupos internacionais e de seus aliados internos. Aumenta a organização das massas, inclusive dos camponeses, assim como a consciência da

necessidade da reforma agrária. Percebe-se também que a economia não pode ficar entregue à sanha de particulares inescrupulosos, mas precisa ser planejada toda ela, para que se produza o necessário, eliminando-se o supérfluo, que apenas serve aos grupos minoritários.

O equilíbrio financeiro – Sentindo os efeitos negativos do desenvolvimento capitalista (sobretudo que, com ele, as velhas minorias dominantes da fase colonial estão perdendo o poder em favor dos industriais e financistas modernos); notando que as massas populares estão se inquietando e cada vez mais se tornam conscientes dos seus direitos, os grupos representativos do passado e dos interesses retrógrados do País há muito tempo afirmam que é o desenvolvimento enquanto tal que acarreta as crises sociais (e não a forma como é executado). Proclamam ser necessário estabilizar a economia do País, pelo menos durante certo tempo, para evitar as crises econômicas e sociais. Enquanto os trabalhadores conscientes criticam a morosidade do desenvolvimento, o qual, graças ao planejamento, aumentaria os índices de crescimento e atingiria a maioria do povo, querem aqueles grupos paralisá-lo ou diminuí-lo.

Quais os objetivos do Plano de Estabilização Mo-

netária que certos grupos defendem e aconselham? Partem do problema da inflação. Dizem que os preços aumentam porque o governo tem muitos encargos que o obrigam a emitir muito dinheiro. Quais são esses encargos?

1. A proteção cambial – O governo, segundo eles, gasta muito dinheiro financiando alguns produtos (trigo, papel de imprensa, livros, petróleo, máquinas para construções do Estado etc.). Acham que deve parar tal financiamento, colocando-se todas as divisas no câmbio livre. Esta parte do plano foi atendida com as várias “reforminhas cambiais” do governo Juscelino, terminando com a “Instrução 204”, do governo Jânio Quadros. As dificuldades criadas por esta política são cada vez maiores. Foi o que levou o atual governo a restabelecer o controle do câmbio, pela Instrução 228. Significaria que o Estado abandonaria o planejamento e controle do setor cambial da economia que favorecia a indústria nacional e o entregaria nas mãos dos que mostrassem maior força econômica; quem seriam eles senão os grandes trustes internacionais?;

2. Alguns serviços públicos estão nas mãos do Estado (eletricidade, em parte, Rede Ferroviária Federal, armazéns e silos, minérios, petróleo etc.). A tudo isto deve o Estado renunciar, porque estas empresas tendem a ser deficitárias e a aumentar as despesas do orçamento da República. Significa também que é necessário fazer cortes no funcionalismo público. O interessante é que se esquece sempre que são as forças militares o maior peso no nosso orçamento, e o mais inútil, servindo somente para deter as manifestações populares, já que o Brasil não está ameaçado de invasão, num mundo onde as armas nucleares dominam e onde, portanto, os exércitos do tipo do nosso têm pouco sentido;

3. Restrição ao crédito – O excesso de crédito cria uma situação artificial de grandes massas de dinheiro no mercado de capitais num País que tem grandes necessidades de capitais. Em virtude desta situação, fazem-se muitos empreendimentos inúteis e especulativos. Esta é a alegação, na verdade, porém, o que se pretende com a restrição do crédito é atingir somente os pequenos proprietários, reservando-se o crédito para as grandes empresas, que têm hoje necessidade de vultosas concentrações de capital;



4. Congelamento de salários – Para os capitalistas, é o aumento dos salários que obriga os proprietários a aumentarem o custo de vida. Dizem, então, que é preciso estabilizar o salário para evitar o aumento do custo de vida, que é outro fator inflacionário. O fato, porém, é que os salários aumentam para acompanhar a subida dos preços e não vice-versa; o que seria preciso era congelar os preços, mas estes, dizem os estabilizadores, serão congelados automaticamente pelo funcionamento do mercado. O Estado não deve interferir na iniciativa privada, senão para ajudá-la. Resultado: os preços continuam subindo e os salários congelados. Como se vê, este plano só serve aos grandes e alarga o abismo entre o povo e o poder. Mas ele se torna cada vez mais necessário aos poderosos capitalistas, que precisam agora de enormes quantias de dinheiro para os seus empreendimentos sempre crescentes, precisam limitar a participação do Estado na economia. Como impor um plano com esta finalidade? 1) Propagando-o pela imprensa, rádio e televisão, para obter apoio do público principalmente da classe média; 2) Conseguindo a união dos grandes proprietários em torno de um governo de sua confiança. É o que estão fazendo agora, ao tentarem o governo de união nacional com João Goulart. Existem, no entanto, interesses menores de grupos isolados que lutam para se manter no poder. Este é o fundamento das recentes crises por que o País vem passando. A presença dos movimentos dos trabalhadores torna o problema mais complexo e obriga as classes dirigentes a reestruturarem seus planos; 3) Obtendo o apoio do Exército Nacional para impedir as greves e os movimentos camponeses, estudantis e, principalmente, operários; 4) Unindo em torno de si um conjunto de intelectuais para defender suas ideias e a “Aliança para o Progresso”; e 5) Fazendo uma “caixinha” para assegurar a seus homens a permanência no poder nas próximas eleições.

A ditadura militar – À medida que o plano de estabilização monetária vai sendo aplicado, cresce a agitação popular. É mister que os grupos dominantes se apoiem num rígido esquema militar, com o sentido de garantir o governo. Pouco a pouco os militares vão tomando conta do governo, impondo-lhe sua direção. É o caso da Argentina. No Brasil, estamos, ao

tudo que indica, à beira da solução ditatorial militar, porque a ditadura disfarçada do governo de união nacional torna-se cada vez mais insuficiente. Esse parece ser o desenvolvimento natural que terá o Brasil dos próximos meses ou anos. Ele ocorreu em toda a América Latina, particularmente na Argentina, onde se deu mais recentemente, e cujas condições são bastante semelhantes às do Brasil. Esta solução determina um desmascaramento tão grande que o povo não se deixa mais iludir e apela para um caminho autenticamente seu. Na situação anterior (aquela que vivemos agora), já se desconfia, mas não se tem certeza, do caráter ditatorial do governo. E este caráter não se revelou totalmente porque: 1) Estamos às vésperas de eleições; e 2) O esquema ainda está sendo montado, com avanços e recuos.

O nacionalismo de direita – O nacionalismo burguês ou de direita é aquele que pretende reunir todo o povo brasileiro e seus exploradores nacionais contra o inimigo comum estrangeiro. Este nacionalismo descamba, na maioria das vezes, para a patriotada ou para o oportunismo. Não se apoia no conceito de que a sociedade está dividida em classes e que só haverá verdadeira libertação do Brasil num regime comandado pela maioria do povo (isto é, operários e camponeses apoiados pelos intelectuais e os pequenos proprietários nacionais que aderirem aos trabalhadores). Não se pode, contudo, entregar a liderança da luta contra os imperialistas, que subjagam nosso país, às classes não trabalhadoras, pois são vacilantes na sua oposição ao imperialismo, com o qual têm muitos pontos em comum, e tendem mais à conciliação do que à luta. Os latifundiários, os grandes comerciantes exportadores, os grandes banqueiros e industriais têm interesses ligados aos grupos internacionais, dos quais são aliados. Os pequenos proprietários, os intelectuais e os profissionais liberais, na maioria dos casos, preferem vender-se aos donos do poder do que se opor radicalmente a eles. Esperam obter altos cargos de direção, empréstimos e favores dos grandes capitalistas nacionais e internacionais. As únicas classes que nada têm a ganhar com o imperialismo e nada têm a perder com a mudança social são exatamente os trabalhadores do campo e da cidade, que se tornam, portanto, os únicos capazes

de conduzir a luta de libertação do povo brasileiro. E, somente sob o seu comando, esta luta será levada a bom termo. Por isto, devemos combater o nacionalismo de direita, que entrega o comando da luta pela emancipação nacional aos grandes capitalistas que se pretende serem nacionais. Eles só fazem nacionalismo da boca para fora. Os grandes industriais, principalmente, usam o nacionalismo como chantagem junto aos seus aliados internacionais para obterem empréstimos e melhores condições de negociação. Este é o caso da chamada “política externa independente”, que só vai até o meio do caminho; defende a autodeterminação dos povos, mas condena o governo revolucionário do povo cubano; que é contra o colonialismo, mas nada de objetivo faz contra o domínio salazarista, nem contra o imperialismo inglês, norte-americano e de outras nações na África; que não toma posição clara a favor do ingresso de 600 milhões de chineses na ONU etc.

Por uma consciência crítica do povo brasileiro

De tudo que vimos, podemos concluir pela absoluta necessidade de que o povo, liderado por uma vanguarda consciente, composta de operários, camponeses, estudantes e intelectuais, desmoralize definitivamente todas as falsas soluções. Elas apenas retardam a verdadeira resolução dos problemas populares, que só será obtida com a tomada do poder pelas classes que representam a esmagadora maioria do povo.

Para que isto se efetive, é preciso arrancar a máscara dos inimigos do povo, os falsos cordeiros, cuja pele esconde lobos famintos de carne humana, que devoram sob a forma de crianças condenadas pela miséria à morte, à fome, à ignorância, de operários mortos no trabalho odioso e sem segurança, de camponeses sem roupas e sem alimentação, casa e higiene; de jovens ociosos atirados à criminalidade, de jovens operárias e camponesas prostituídas; de legiões de desempregados famintos percorrendo este imenso e rico Brasil. É de tudo isto que se alimentam os inimigos do povo, enriquecidos para o esbanjamento e o luxo, a ociosidade e o prazer, arrancados impunemente das mise-

ráveis condições de existência das massas brasileiras. É urgente que o nosso povo adquira a consciência crítica, porque é graças a ela que se organizará para derrotar definitivamente seus inimigos e preparará a tática de luta organizada, que prevê e compara a sua força e a do adversário, a força de ataque e de defensiva que deve adotar.

Para este fim são absolutamente indispensáveis os seguintes requisitos: 1) A consciência crítica, que identifique os inimigos do povo; 2) A união da maioria dos trabalhadores numa só organização ou num conjunto unificado de organizações; e 3) A luta sistemática e com uma palavra de ordem única, cumprida pela maioria dos trabalhadores.

Para o despertar da consciência popular no Brasil contribuíram alguns acontecimentos importantes: 1) A luta pela democracia e pela paz e sua vitória relativa em 45; 2) A luta em favor da exploração estatal do petróleo; 3) O suicídio de Vargas e sua carta-testamento, que denuncia dramaticamente as pressões dos grandes grupos internacionais e nacionais; 4) O contragolpe de novembro de 1955; 5) A estrondosa eleição de Jânio Quadros, como indício de opção popular e sua renúncia, que demonstrou a inutilidade da solução pessoal para os problemas do povo; 6) Logo após, a campanha pela legalidade; e 7) A pregação atual das reformas de base, particularmente a reforma agrária, o surgimento do movimento camponês e a criação das bases da aliança operário-estudantil-camponesa. Nesse sentido, foi de grande importância o I Congresso Nacional da Reforma Agrária, em Belo Horizonte.

Hoje, o povo brasileiro já percebeu que não é inferior nem preguiçoso; que pode construir um dos maiores países do mundo; que nada justifica a existência da fome e do analfabetismo no Brasil e que a imoralidade pública não se elimina com demagogos moralistas. O povo exige reformas de estrutura, cujo fundamento são as chamadas reformas de base. Mas que significa isto senão a compreensão da necessidade de destruir os seus inimigos e colocar-se ele próprio no poder? Que significa isto senão a negação do regime capitalista em que vivemos e a busca de nova solução, que só pode ser a única existente: o socialismo? O povo já descobriu, portanto, os seus verdadeiros problemas e está caminhando para descobrir a verdadeira solução deles.

Os verdadeiros problemas do Brasil

Quais são os problemas do povo, qual a sua origem e quais os culpados por ainda permanecerem sem solução?

A origem de todos os problemas do povo está na divisão da sociedade entre a maioria de pessoas que vive de seu trabalho, de um lado, e, de outro, uma minoria que vive do resultado do trabalho destes milhões de seres humanos. Noutras palavras, aquelas que produzem não são os que se apropriam do resultado de seu trabalho. De um lado, a produção é coletiva, ou seja, feita por conjuntos cada vez maiores de indivíduos; de outro, a apropriação do produto desse trabalho é individual (pelo proprietário das máquinas, instalações locais, terras etc., onde os outros trabalham). O aumento do custo de vida, a corrida constante dos preços à frente dos salários, assim como os demais problemas brasileiros, resultam desta situação originária. Daí decorre a miséria social, expressa pela má habitação, inexistência de condições de higiene, analfabetismo, doenças sociais (as que têm origem nas más condições de vida, tais como doenças de Chagas, tuberculose, verminoses, malária, doenças carenciais etc.), a alta mortalidade infantil e todo o cortejo de males que a miséria traz consigo. Este tipo de sociedade impele os trabalhadores para os locais de residência cada vez mais longínquos, devido à especulação imobiliária, criando-lhes ainda o angustiante problema dos transportes. O capitalismo se desenvolve de forma desordenada, o que se exprime no fato de que quanto maior o número de desempregados, mais baixo o salário e, conseqüentemente, mais altos os lucros, o que determina aumentar cada vez mais o número de desempregados. Assim, cria-se o clima de frustração coletiva que favorece a criminalidade. A miséria, a ignorância ou o desejo de ficarem ricas como as patroas levam as moças do povo a se prostituírem. Os verdadeiros problemas do povo brasileiro possuem todos origem comum: a forma pela qual se faz a produção e como se relacionam os homens nessa produção, relação esta sancionada pelo direito de propriedade promulgado pela classe dominante.

Quando os demagogos nos vierem apontar falsas soluções, já podemos dizer-lhes: só há uma solução

– a derrubada dos nossos inimigos e a conquista do poder por nós. Só então instalaremos um regime de felicidade e liberdade para todos.

Por trás de todo este quadro estão os inimigos do povo; mas, afinal, quem são eles? **US**

*JÚNIOR, Theotônio. Quais são os inimigos do povo? Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira AS, Cadernos do Povo Brasileiro, volume 6, 1962.

O Brasil na era da ditadura

Agradecimento ao site <http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/>, de onde as imagens e as informações para as legendas foram retiradas.

Mais respeito com estes cavalheiros.

Você se lembra.
 Há apenas alguns anos, ninguém dava nada por eles, quando eles apareciam impressos no nosso dinheiro.
 A gente procurava se livrar deles o mais depressa possível, quando chegavam às nossas mãos, porque dali a pouco iriam valer menos. Cada vez menos.
 Era a inflação, que os enriquecia rapidamente.
 Depois, veio a Revolução e o esforço para fortalecê-los, valorizá-los.
 E veio o governo atual, do presidente Médici. Com ele, o aperfeiçoamento da nossa política econômica.
 O fortalecimento definitivo da nossa moeda. O crescimento da renda per capita. Um crescimento tão acentuado que está deixando meio boquiabertos os caras lá fora.
 Agora, eles valem, cada vez mais, o que merecem. E quando chegam às nossas mãos, a gente já não pensa em se livrar deles depressa. Muito antes pelo contrário.
 A gente olha pra eles com carinho, com admiração. E até fica chateado quando tem de passá-los adiante.
 Agora, eles exigem respeito. Já podem exigir.



Com a suposta ideia de colonização da Amazônia e de instalar 500 mil colonos em agrovilas, a Rodovia Transamazônica foi um projeto faraônico da ditadura militar

ATLANTIS
 MAAAA
 MAAAA

- fabricante de Polflor, Fin, Nugget e muitos outros.

CIA. QUÍMICA DUAS ÂNCORAS - fabricante de Pomada Duas Âncoras, Parquetina e outros.

Fábrica Nacional de Embalagens S/A



Foto: Jornal do Brasil

General Médici e General Meira
Mattos - Academia Militar das
Agulhas Negras, 1970



O presidente Garrastazu Médici
(ao centro), junto com ministros,
inaugura em 9 de outubro de 1970,
no Pará, os trabalhos de construção
da Rodovia Transamazônica

O golpe militar de 1964, em si, foi muito rápido na sua execução pelos militares, em articulação com os civis, notadamente o empresariado. Malgrado uma distante comparação, foi quase como a queda do Império e a chegada da República, a que o povo assistiu e recebeu, no primeiro momento, aparvalhado ou totalmente alheio, como ocorreu em muitos rincões do nosso país continental.

Não obstante ter sido deflagrado num átimo, alguma coisa como do dia para a noite, o malfadado golpe, consolidado numa sangrenta ditadura militar, teve uma longa duração difícil de compreender e muito pior de conviver, ainda que por adesões, por oposições ou simplesmente deixando que o tempo se encarregasse de esvaziá-lo.

A ditadura militar de Médici usou a conquista do campeonato de futebol em 1970 como parte da campanha publicitária "Pra frente Brasil" (jogador ao lado de Médici: Carlos Alberto Torres)



1. Capa da revista O Cruzeiro, junho de 1970
2. Slogan de campanha do governo Médici, 1970
3. Frase copiada da campanha de Richard Nixon, veiculada em 1968 nos Estados Unidos: "America, love it or leave it"
4. Propaganda no governo Médici sobre a Semana da Pátria

Para ser bem preciso, o golpe militar de 31 de março de 1964 conseguiu se sustentar – sem se legitimar, apesar das vãs tentativas via parlamento – por mais de duas décadas, ao fim das quais deu-se por vencido, embora não de forma expressa, quando aceitou a eleição indireta de Tancredo Neves acenando para o surgimento de novos ares democráticos no Brasil.



Comício em São Paulo, 1974 - A partir do governo Geisel, foi iniciada uma gradativa abertura política e manifestações públicas eram permitidas

O Brasil na era da ditadura

Concentração do movimento Custo de Vida em São Paulo, 1978



Foto: Rosa Gaudiano

Esses longos 21 anos deixaram sequelas multiformes, quase impossíveis de serem apagadas de qualquer memória. Foram anos de mudanças abruptas, de censura generalizada, de torturas, mortes, prisões e desaparecimentos, insistentemente negados e de estatísticas manipuladas, em favor de um engodo dirigido à população por meio da publicidade mais primária, que lembrava muito a propaganda de massas do nazismo. Tudo está compilado, às claras ou sub-repticiamente, nas diversas mídias que se sustentaram no período. Mas, seguindo a atual voz corrente, é muito importante lembrar da época para evitar sua repetição.



Helenira R. de Souza
Nazareth (PCdoB),
desaparecida em 1972

Ísis Dias de Oliveira
(ALN), desaparecida
em 1972





General Geisel, Rio de Janeiro

Foto: Luiz Humberto



Na manhã de 15 de abril de 1971, o empresário Henning Albert Boilesen foi executado a tiros por cinco militantes de grupos de terrorismo. Ele era presidente da empresa Ultragaz e fundador do órgão Operação Bandeirante (OBAN), embrião do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Coordenação de Defesa Interna). Segundo relatos de militares e militantes da época, o empresário tinha o sádico hábito de assistir às sessões de torturas realizadas pela Operação.



Desde manchetes objetivas de jornais, como no caso da edição do hediondo Ato Institucional nº 5, até os espaços na imprensa ocupados por poemas ou receitas culinárias, tudo foi feito para legitimar o golpe, de um lado, e para calar a oposição, de outro. As manchetes arquivadas não deixam que as mentiras prosperem, assim como os slogans, pretensamente criativos, não passam de mensagens surreais, meras tentativas de encobrir a verdade que se escondia por trás do autoritarismo e da violência que gerava o medo.

As imagens, as manchetes e a imprensa dita alternativa deixaram guardados para sempre os rastros do golpe, o cansaço/enfraquecimento dos golpistas e o caminho da anistia, que ensejou a volta dos brasileiros exilados e a recomposição do tecido social. Foram anos de lutas, de sofrimentos, de resistência e de renascimento. **US**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes; e
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, contendo um breve

título e a referência completa da obra resenhada – título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002); e

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações, contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto e informar **endereço completo**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, às datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico:

andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados em pen drive (acompanhados ou não da respectiva cópia impressa) e que não forem aceitos para publicação não serão devolvidos; e

7 - Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas, a dois exemplares.

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE
Marinalva Silva Oliveira (SINDUFAP SSIND)

1º VICE-PRESIDENTE
Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA SSIND)

3º VICE-PRESIDENTE
Paulo Jorge Moraes Figueiredo (ADUNIMEP SSIND)

SECRETÁRIO GERAL
Márcio Antônio de Oliveira (APES JF SSIND)

1ª SECRETÁRIA
Marina Barbosa Pinto (APES JF SSIND)

2º SECRETÁRIO
Paulo Marcos Borges Rizzo (SSIND do ANDES-SN na UFSC)

3º SECRETÁRIO
Rondon Martin Souza de Castro (SEDUFMS SSIND)

1º TESOUREIRO
Fausto Camargo Junior (SINDCEFET-MG SSIND)

2º TESOUREIRO
Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN SSIND)

3º TESOUREIRO
João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR SSIND)

REGIONAL NORTE 1

1º VICE-PRESIDENTE
Amecy Gonçalves Bentes de Souza (ADUA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Carlossandro Carvalho de Albuquerque (SINDUEA)

1º SECRETÁRIO
Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (ADUNIR SSIND)

2ª SECRETÁRIA
Vânia Graciele Lezan Kowalceuk (SESUDF-RR)

1º TESOUREIRO
Antônio José Vale da Costa (ADUA SSIND)

2º TESOUREIRO
Edilson Lobo do Nascimento (ADUNIR SSIND)

REGIONAL NORTE 2

1º VICE-PRESIDENTE
José Queiroz Carneiro (ADUFPA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP SSIND)

1º SECRETÁRIO
Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA SSIND)

2ª SECRETÁRIA
Brenda Perpétua Pereira da Mota (SINDUFAP SSIND)

1º TESOUREIRO
Roberto Cezar Lobo da Costa (ADUFRA SSIND)

2º TESOUREIRO
Enilson da S. Souza (SINDUFOPA SSIND)

REGIONAL NORDESTE 1

1º VICE-PRESIDENTE
Antônio Gonçalves Filho (APRUMA SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Daniel de Oliveira Franco (ADUFPI SSIND)

1º SECRETÁRIO
José Alex Soares Santos (SINDUECE SSIND)

2º SECRETÁRIO
José Policarpo Costa Neto (APRUMA SSIND)

1º TESOUREIRO
Raimundo Renato Patrício (APRUMA SSIND)

2ª TESOUREIRA
Erlênia Sobral do Vale (SINDUECE SSIND)

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE
Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Geraldo Marques Carneiro (ADUFURRN/ADUERN SSIND)

1ª SECRETÁRIA
Rejane Dias da Silva (ADUFEPE SSIND)

2º SECRETÁRIO
Ibiraci Maria Fernandes Rocha (ADURN SSIND)

1º TESOUREIRO
Ademir Gomes Ferraz (ADUFERPE SSIND)

2ª TESOUREIRA
Eliane Maria de Menezes Maciel (ADUFPB-JP SSIND)

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE
José Valter Alves da Silva (ADUSC SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS SSIND)

1º SECRETÁRIO
Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro (APUR SSIND)

2º SECRETÁRIO
Marcos Antônio Assis Lima (ADUSB SSIND)

1º TESOUREIRO
José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB SSIND)

2ª TESOUREIRA
Gracinete Bastos de Souza (ADUFES-BA SSIND)

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE
Maurício Alves da Silva (SESDUFT SSIND)

2º VICE-PRESIDENTE
Claus Akira Matsushigue (ADUNB SSIND)

1º SECRETÁRIO
Fábio Henrique Duarte (SESDUFT SSIND)

2º SECRETÁRIO
Fernando César Paulino Pereira (ADCAC SSIND)

1º TESOUREIRO
Fernando Lacerda Junior (ADUFG SSIND)

2º TESOUREIRO
Edney Rocha Freitas (ADCAJ SSIND)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE
Dorival Gonçalves Junior (ADUFMAT SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Marina Evaristo Wenceslau (ADUEMS SSIND)
1º SECRETÁRIO
Eduardo Soares Gonçalves (ADUNEMAT SSIND)
2º SECRETÁRIA
Gicelma da Fonseca Chacorosqui Torchi
(ADUFDOURADOS SSIND)
1ª TESOUREIRA
Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT SSIND)
2º TESOUREIRO
Mário Luiz Alves (ADUFDOURADOS SSIND)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Rubens Luiz Rodrigues (APES JF SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Márcia Cristina Fontes Almeida (ASPUV SSIND)
2ª SECRETÁRIA
Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES SSIND)
1º TESOUREIRO
Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP SSIND)
2º TESOUREIRO
Antônio Maria Pereira de Resende (ADUFLA SSIND)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE
Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF SSIND)
2º SECRETÁRIO
João Pedro Dias Vieira (ASDUERJ)
1ª TESOUREIRA
Maria Luiza Testa Tambellini (ASDUERJ)
2ª TESOUREIRA
Enedina Soares (ADUNIRIO SSIND)

REGIONAL SÃO PAULO

1ª VICE-PRESIDENTE
Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Osvaldo L. Angel Coggiola (ADUSP SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Betania Libanio Dantas de Araujo (ADUNIFESP SSIND)
2º SECRETÁRIO
Ivonésio Leite de Souza (ADUNIMEP SSIND)
1ª TESOUREIRA
Lighia Brigitta Horodyski Matsushigue (ADUSP SSIND)
2º TESOUREIRO
Rubens Barbosa de Camargo (ADUSP SSIND)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE
Maria Suely Soares (APUFPR SSIND)
2ª VICE-PRESIDENTE
Cintia Xavier (SINDUEPEG SSIND)
1ª SECRETÁRIA
Maria Luiza Domingues (SINDUFT-PR SSIND)
2º SECRETÁRIO
Henrique Radomanski (SESQUEM-SSIND)
1º TESOUREIRO
Marcos Antônio Baldessar (SINDUFT-PR SSIND)
2º TESOUREIRO
Alberto Elvino Franke (SSIND do ANDES-SN na UFSC)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto Pires (SEDUFMS SSIND)
2º VICE-PRESIDENTE
Daniel Luiz Nedel (SESUNIPAMPA SSIND)
1º SECRETÁRIO
Henrique Andrade Furtado de Mendonça
(ADUFPEL SSIND)
2º SECRETÁRIO
Carlos Schmidt (SSIND do ANDES-SN na UFRGS)
1º TESOUREIRO
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS SSIND)
2º TESOUREIRO
Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG SSIND)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF, 70302-914
Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I
Rua 7, casa 79, conj., 31 de Março - Bairro Japiim I - Manaus - AM, 69077-080
Tel.: (92) 3237-5189
E-mail: andesnorte1@bol.com.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II
Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA -
Setor de Recreações - Altos - Caixa Postal 8603 - Belém - PA, 66075-110
Tel.: (91) 3259-8631
E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I
Rua Tereza Cristina, 2266, salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE, 60015-141
Tel.: (85) 3283-8751
E-mail: andesne1@gmail.com

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II
Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE, 52020-160
Tel.: (81) 3037-6637
E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III
Av. Presidente Vargas, 60, sala 101 - Barra Center - Salvador - BA, 40140-130
Tel.: (71) 3264-2955
E-mail: andesne3andes@gmail.com

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE
Av. Afonso Pena, 867, salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG, 30130-002
Telefone: (31) 3224-8446
E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO
Alameda Botafogo, 68, qd. A, lt. 05, casa 03 - Centro - Goiânia - GO, 74030-020
Tel.: (62) 3213-3880
E-mail: andesrp@gmail.com

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL
Av. Alziro Zarur, 338, sala 03 - Cuiabá - MT, 78068-365
Tel.: (65) 3627-7304
E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - São Paulo - SP, 05410-010
Tel.: (11) 3061-3442 / Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 277, sala 1306 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, 20047-900
Tel.: (21) 2510-4242
E-mail: andesrj@msm.com.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL SUL
Rua Emiliano Pernetta, 424, conj. 31, Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR, 80420-080
Tel.: (41) 3324-6164
E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

ANDES-SN / ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
Av. Protásio Alves, 2657, sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS, 90410-002
Tel.: (51) 3061-5111
E-mail: andesrs@andes.org.br

Somos Fortes pela base
e a base é você.

Já se
sindicalizou?



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CEP - CRILOTAR

File-se ao ANDES-SN,

www.andes.org.br | facebook.com/andessn



Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

www.andes.org.br/universidadeesociedade

www.andes.org.br